

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**JOSÉ BARROS FILHO**

**A TRADIÇÃO ENGAJADA:**  
origens, redes e recursos eleitorais no percurso de um agente

São Luís  
2007

**JOSÉ BARROS FILHO**

**A TRADIÇÃO ENGAJADA:**

origens, redes e recursos eleitorais no percurso de um agente

Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais  
apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Ciências Sociais da Universidade Federal  
do Maranhão para defesa pública

Orientador: Prof. Dr. Igor Gastal Grill

São Luís

2007

Barros Filho, José.

A tradição engajada: origens, redes recursos eleitorais no percurso de um agente / José Barros Filho. – São Luís, 2007.

160f.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientador: Igor Gastal Grill

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, 2007.

## **A TRADIÇÃO ENGAJADA:**

origens, redes e recursos eleitorais no percurso de um agente

Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais  
apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Ciências Sociais da Universidade Federal  
do Maranhão para defesa pública

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### BANCA EXAMINADORA

---

**Prof. Dr. Igor Gastal Grill** (Orientador)  
Doutor em Ciência Política  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima da Costa Gonçalves**  
Doutora em Políticas Públicas  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof. Dr. César Barreira**  
Doutor em Sociologia  
Universidade Federal do Ceará

## **AGRADECIMENTOS**

A minha mãe, Dona Deuza, pelo carinho e paciência de sempre.

Ao seu Zé Barros, meu pai, figura de algum modo sempre presente em tudo que fazemos.

Aos meus irmãos pelo convívio, apoio e amizade.

A Renata, com quem compartilho muito desse trabalho, por cotidianamente me fazer rê-amar.

Aos colegas do mestrado, especialmente a Amanda, Gerson, Carlos, Ernesto, Christianne e Bruno.

A Nonato Penha, pela ajuda de sempre.

A Sislene, pela força nas traduções.

Aos professores do Programa, muito especialmente Sandra Nascimento, Maristela de Paula Andrade, Beta, Carlão, Biné, Horácio Antunes e Sérgio Ferreti.

Às professoras Arleth Borges e Beta pelos valiosos comentários na banca de qualificação.

À professora Maria de Fátima Gonçalves pelo incentivo, ajudas e inspiração, minha sempre gratidão.

Ao professor Igor Gastal Grill pela disposição permanente em discutir e orientar esse trabalho.

À FAPEMA pela concessão da bolsa de pesquisa.

## RESUMO

Este trabalho procura focalizar as diferentes lógicas que unem recursos sociais, herança política e atividade profissional, através da análise do percurso de Flávio Dino de Castro e Costa. Num primeiro momento, estudo as origens sociais do agente, atentando para o perfil familiar e as relações deste com diferentes concepções e práticas políticas. Relaciono a constituição de alianças políticas para o enfrentamento de problemáticas legítimas referidas ao espaço “jurídico”; e uma produção intelectual movida pelo desejo de intervenção em “questões sociais” ao itinerário profissional do agente no campo do direito, marcado pela “militância política”. Procuo ainda compreender as estratégias de reconversão de diferentes recursos sociais em bases eleitorais a partir da análise de sua candidatura a deputado federal pelo Estado do Maranhão, nas eleições de 2006. Destaco, para tanto, os trunfos constituídos no espaço profissional, as redes de relações pessoais e políticas que lhe possibilitaram atuar como mediador de interesses de bases eleitorais junto aos “centros do poder”. Entra em jogo aqui a mobilização de cadeias de líderes-seguidores, marcadas por relações de reciprocidade e trocas entre bases eleitorais e candidato, com vistas à criação e cultivo de alianças políticas. Por último, busco examinar a constituição de uma *rede de grandes eleitores* para a disputa eleitoral, privilegiando não somente divisões políticas mais institucionalizadas, como os partidos, mas centrando a análise no modo como o candidato agencia recursos para compor uma rede política em torno de seu empreendimento eleitoral, rede esta atravessada por diferentes lógicas – parentesco, relações pessoais, alianças políticas com bases em laços de reciprocidade, adesão a facções e serviços jurídicos.

**Palavra-chave:** herança política; recursos eleitorais; mediação; redes políticas.

## RÉSUMÉ

Ce travail vise focaliser sur les différents logiques que unissent ressources sociaux, héritage politique et activité professionnelle, à travers de l'analyse du parcours de Flávio Dino de Castro et Costa. D'abord, j'étudie les origines sociaux du agent, en faisant attention au profil familial et à ses relations avec différents conceptions et pratiques politiques. Je rapporte la constitution des alliances politiques pour des problématiques légitimes du champ «juridique», et une production intellectuelle qui se déplace pour le désir d'intervenir en «questions sociaux» dans le parcours professionnel du agent dans le champ du droit, remarqué par la «lutte politique». Je vise aussi comprendre les stratégies de reconversion des différents ressources sociaux en bases électoraux a partir de l'analyse de leur candidature à «député fédéral» pour l'état du Maranhão, dans les élections de 2006. Je remarque les atouts constitués dans le champ professionnel, les reseaux de relations personnelles et politiques, lesquelles lui a permis agir comme médiauteur des intérêts de bases électoraux, auprès des «centres des pouvoirs». Entre en Jeu ici la mobilisation des chaînes des líderes-suívantes, remarqué par relations de réciprocité et changes entre bases électourax et candidats, en visant à la création et la culture de alliances politiques. Enfin, Je veux examiner la constitution de un réseau des grands électeurs en direction à la dispute électoral, en privilégiant non seulement les divisions politiques mais aussi les divisions, par exemple les parti, mais en centrant l'analyse dans la manière comme le candidat les ressources afin de composer un réseau politique vers leur entreprise électoral, ce que est traversé par différents logiques –parenté, relations personnels, alliances politiques avec bases en liens de réciprocité, adhésion à factions et services juridiques.

Mots-clés: héritage politique; ressources électoraux; réseaux politiques

## LISTA DE SIGLAS

<b>ADEPOL</b>	Associação dos Delegados de Polícia
<b>AJUFE</b>	Associação dos Juizes Federais
<b>APROAB</b>	Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil
<b>APRUMA</b>	Associação dos Professores da UFMA
<b>AML</b>	Academia Maranhense de Letras
<b>AMLJ</b>	Academia Maranhense de Letras Jurídicas
<b>APEM</b>	Arquivo Público do Estado do Maranhão
<b>ARENA</b>	Aliança Nacional Renovadora
<b>DCE</b>	Diretório Central
<b>FAMEM</b>	Federação dos Municípios do Estado do Maranhão
<b>IAJUP</b>	Instituto de Apoio Jurídico Popular
<b>IHGM</b>	Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão
<b>PAN</b>	Partido dos Aposentados do Brasil
<b>PDC</b>	Partido Democrata Cristão
<b>PDS</b>	Partido Democrata Social
<b>PFL</b>	Partido da Frente Liberal
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>PSDB</b>	Partido da Social Democracia Brasileira
<b>UJS</b>	União da Juventude Socialista
<b>PC do B</b>	Partido Comunista do Brasil
<b>SIOGE</b>	Serviço de Imprensa Oficial do Governo do Estado
<b>SINPROESSEMA</b>	Sindicato dos Professores do Ensino Médio do Maranhão
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>TRE</b>	Tribunal Regional Eleitoral
<b>UFMA</b>	Universidade Federal do Maranhão
<b>UMES</b>	União Municipal de Estudantes

## LISTA DE QUADROS E TABELA

<b>Quadro 1</b>	Subsídios para análise das posições de Nicolau Dino de Castro e Costa .....	23
<b>Quadro 2</b>	Cargos ocupados por Sálvio Dino de Castro e Costa no governo estadual ...	29
<b>Quadro 3</b>	Subsídios para análise das posições de Sálvio Dino de Castro e Costa .....	31
<b>Quadro 4</b>	Posições político-institucionais de Flávio Dino e (dis)posições em sua produção intelectual .....	56
<b>Quadro 5</b>	Quadro sinótico sobre material de campanha de Flávio Dino.....	83
<b>Quadro 6</b>	Quadro sinótico sobre material de propaganda de “aliados” de Flávio Dino.....	105
<b>Quadro 7</b>	Principais votações de Flávio Dino indicadas por municípios e alguns dos respectivos apoiadores.....	109
<b>Tabela 1</b>	Profissões e ocupações declaradas no “Manifesto da Sociedade Civil em apoio a Flávio Dino Deputado Federal”.....	98

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Ilustração 1</b>	Genealogia de Flávio Dino Castro e Costa .....	42
<b>Ilustração 2</b>	Flávio Dino em entrevista ao programa da TV Difusora de Caxias....	72
<b>Ilustração 3</b>	Manchete sobre liberação de recursos no “Jornal de Verdade” .....	74
<b>Ilustração 4</b>	Associação entre Vidigal, um “caxiense”, e Flávio Dino, um <i>mediador</i> .....	78
<b>Ilustração 5</b>	Imagem de vídeo sobre solenidade mostra conversa de Flávio Dino com Marco Aurélio de Mello, Ministro do STF.....	79
<b>Ilustração 6</b>	Flávio Dino com Nelson Jobim, então Ministro do STF.....	79
<b>Ilustração 7</b>	Imagens de vídeo com registro de Flávio Dino atuando como secretário-geral do CNJ.....	79
<b>Ilustração 8</b>	A proximidade com o poder: foto de Flávio Dino em conversa com Pedro Malan, então ministro da Fazenda do Brasil.....	79
<b>Ilustração 9</b>	Inserção do candidato Flávio Dino no Horário Eleitoral Gratuito exibido na TV, uma “externa” feita em frente ao prédio do STF, em Brasília.....	90
<b>Ilustração 10</b>	Material de campanha da candidata Cleide Coutinho.....	103
<b>Ilustração 11</b>	Rede política da campanha de Flávio Dino identificada pela pesquisa.	113
<b>Ilustração 12</b>	Mapeamento de apoiadores por município, no Estado do Maranhão....	114
<b>Ilustração 13</b>	Reportagem mostrando o candidato Flávio Dino em conversa com Aldo Rabelo, deputado federal pelo PC do B e presidente da Câmara dos Deputados .....	120

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.1 Redes, facções e mediação: noções para pensar o trabalho .....	16
<b>1.2 Notas sobre o trabalho de campo</b> .....	19
<b>2 PATRIMÔNIO SIMBÓLICO FAMILIAR: estratégias de consagração e reprodução da “vocação”</b> .....	21
<b>2.1 Posições e disposições de Sálvio Dino de Castro e Costa</b> .....	26
<b>2.2 Transmitindo a herança</b> .....	32
<b>2.3 Trajetória de um herdeiro</b> .....	43
2.3.1 Produção intelectual: imbricações entre o direito ordinário e a política extraordinária...	49
2.3.2 Estreando com legitimidade .....	53
<b>3 A CONSTRUÇÃO PÚBLICA DO CANDIDATO</b> .....	61
<b>3.1. A busca do reconhecimento público como político</b> .....	61
<b>3.2 Diferentes modalidades de campanha e de apresentação</b> .....	66
3.2.1 Gestar identidades, gerir relações .....	67
3.2.2 <i>Recursos</i> instrumentais: mediação de <i>recursos</i> públicos e a lógica política de compromissos e empenhos eleitorais .....	72
3.2.3 Propaganda política e diversidade de bases sociais de apoio .....	80
3.2.3.1 Atividade profissional, títulos sociais e reconversões na política.....	88
3.2.3.2 O manifesto do “voto de opinião” .....	94
3.2.3.3 Mediando “consciências”: disputas pelo voto de opinião .....	99
3.2.3.2 O que dizem os panfletos dos “aliados políticos”.....	101
<b>4. REDES E RELAÇÕES ATUALIZADAS NA CAMPANHA ELEITORAL</b> .....	108
<b>4.1 Conjunto de ação “ideológico” e o voto de opinião como trunfo</b> .....	115
4.1.1 O professor-discípulo .....	116

4.1.2 Dirigente do PC do B.....	118
<b>4.2 Investidura faccional e ampliação das bases eleitorais .....</b>	<b>121</b>
4.2.1 O vereador empresário.....	122
4.2.2 O secretário de governo .....	126
<b>4.3 Etnografia de um grupo de apoiadores .....</b>	<b>128</b>
4.3.1 O comício .....	131
4.3.2 Dia seguinte ao comício .....	134
4.3.3 Conversa com um <i>sub-líder</i> .....	135
<b>4. 4 Acompanhando as atividades de campanha do candidato .....</b>	<b>140</b>
<b>4.5 Trânsito, identidades e interdições: quem votou em Flávio Dino? .....</b>	<b>144</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>148</b>
REFERÊNCIAS .....	152
ANEXO.....	160

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo dessa dissertação é apreender as lógicas, processos e formas de relação entre origens sociais e *tomadas de posição* no trabalho de mobilização de recursos sociais para constituição de *redes* com vistas à disputa eleitoral. Tomo como estratégia de análise o esquadramento do percurso de um agente, Flávio Dino de Castro e Costa, filho de uma família com “tradicional” presença na política e no espaço jurídico no Maranhão, que mobiliza recursos oriundos desses espaços na empresa de “volta”<sup>1</sup> à política após 16 anos de magistratura federal e ocupação de funções públicas de destaque.

Com base nessa perspectiva, a análise da trajetória de Flávio Dino pode servir para entender a maneira como este agente incorpora práticas, concepções de política, se estabelece em campos de saber e poder, reatualizando heranças familiares, rede de relações pessoais, espaços de socialização política<sup>2</sup>. Na primeira parte do trabalho, destaco o percurso de Flávio Dino até a sua “volta” à política. A atenção se volta para as origens sociais do agente, bem como seu itinerário escolar e profissional e como se relacionam com tomadas de posição do agente em relação à “política”, ao direito e à intelectualidade.

Foco na descrição do agente sobre seu convívio com a “política” e com o “direito”, para evidenciar os processos de “familiaridade com” e “familiarização desses” espaços que implicaram na ratificação do investimento familiar sob forma de “vocação” em seguir a profissão jurídica e a política.

Pierre Bourdieu inspira parte deste trabalho e, desse modo, assume importância na análise os condicionantes sociais no percurso do agente, estudados a partir de informações concernentes à origem social, características sociais (formação escolar, família, espaços de socialização, formação religiosa), bem como os princípios de hierarquização e estruturação dos capitais que definem a legitimidade do poder no espaço jurídico e político.

Nestes espaços sociais, os agentes estão posicionados com capitais, podendo lançar mão de recursos, acionar esquemas de percepção e apreciação, gerando práticas sociais.

---

<sup>1</sup> No trabalho, as aspas duplas são empregadas para marcar citações e categorias nativas. O itálico será usado como marcador de categorias e recursos teóricos, assim como termos em língua estrangeira.

<sup>2</sup> Grynspan estudou as relações de patronagem no Brasil a partir da análise da trajetória política de Tenório Cavalcante. Assim se refere ao valor eurístico da análise de trajetórias individuais: “[...]o exame de trajetórias individuais nos permite avaliar estratégias e ações de atores em diferentes situações e posições sociais, seus movimentos, seus recursos, as formas como os utilizam ou procuram maximizá-los, suas redes de relações, como se estruturam, como as acionam, nelas se locomovem ou as abandonam. Centrando nossa atenção em atores estamos, ao mesmo tempo, refletindo sobre padrões e mecanismos sociais mais amplos”. (GRYNSPAN, 1990, p.2).

Os trunfos acumulados, os capitais adquiridos e potencializados e as reconversões desses capitais importam em modificações de estratégias sociais. Assim, as opções, carreiras e estratégias serão objetivadas a partir do mapeamento *dos possíveis* em cada momento, fruto do cruzamento entre os princípios de hierarquização do espaço social com as posições do agente.

Em relação ao Brasil, no entanto, outras lógicas podem colaborar na elucidação da configuração que pretendo estudar, os quais se baseiam em relações de *parentesco*, *patronagem*, *amizade*, bem como o *capital social*<sup>3</sup> acumulado pelo agente. Coradini chama atenção para as relações políticas em condições periféricas, se dá por meio de lógicas personificadas em redes de reciprocidade, “dom” e na personificação de qualidades<sup>4</sup>.

O estudo de Daniel Pécaut (1990) sobre as relações entre intelectualidade e política no Brasil, indica que a idéia de um campo intelectual orientado por idéias de autonomia não se enquadra nas várias conjunturas intelectuais no Brasil, nas quais, boa parte dos intelectuais subordinam sua produção cultural a demandas políticas, a que o autor chamou de “realismo”.

No tópico “Patrimônio Simbólico Familiar: estratégias de consagração e reprodução da vocação” busco recompor a trajetória da família Castro e Costa, traçar as propriedades de posição de cada agente para entender o sistema de relações sociais no qual se movem. É imprescindível a análise dos espaços que possibilitaram a aquisição de disposições sociais. No caso de Flávio Dino, traçar esses espaços possibilitou visualizar em que medida suas práticas políticas relacionam-se com as disposições adquiridas e expressas no convívio de sua família com a política, no engajamento em causas políticas, no recrutamento, quando adolescente, por organizações políticas de esquerda.

Procuró ainda analisar a produção intelectual, atentando para o lugar institucional de fala do agente nos diversos momentos, a *tomada de posição* diante de temas e problemas, a escolha *dentre os possíveis* e o conjunto de outros agentes envolvidos nas disputas pela definição legítima dessas questões.

---

<sup>3</sup> Para Bourdieu “capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns [...] mas também são unidos por lugares permanentes e úteis.” (BOURDIEU, 2001a, p.67-69).

<sup>4</sup> Cabe aqui assinalar a utilização problemática da noção de *campo* de Pierre Bourdieu em relação ao contexto brasileiro, uma vez que, como indica Coradini “[...]em condições periféricas, não haveria processo histórico nessa situação de relativa autonomização dos diferentes ‘campos’, as relações entre a constituição dos agentes, ou suas respectivas estruturas de capital e disposições, e as tomadas de posição implicariam, em graus mais elevados, outras lógicas sociais”. (CORADINI, 2003, p.1).

Ressalto a maneira como ascendentes e descendentes, tendo por suporte o capital social de que dispõem, articulam política, direito e produção literária num amálgama de tradição familiar e “descoberta” de “vocações” individuais de seus membros.

Após situar o agente e suas relações constituídas nas experiências familiares, intelectuais, políticas e profissionais, parto para entender que concepções o agente incorpora para falar como “ex-juiz” que se “tornou” político, sem para tanto, constituir relações muito diferentes das quais já mantinha.

A estratégia de análise se volta para as condições de “retorno” de Flávio Dino à política eleitoral. Quais os trunfos mobilizados para o seu investimento na política? Que *rede política* constrói em torno de sua candidatura a deputado federal? Quais são os elementos dessa trajetória oferecidos em forma de símbolos a serem consumidos pelo eleitorado?

Nesta parte do trabalho, a intenção é analisar quais os critérios acionados para a construção da imagem de Flávio Dino como “homem político”, isto é, de que princípios classificatórios se parte para apresentá-lo no espaço de concorrência política. Entra em jogo a consecução de *estratégias*<sup>5</sup> na arena eleitoral, atualizados pela dinâmica deste espaço de competição, com vistas à constituição de bases eleitorais. Estão em jogo ainda as formas de apresentação política e como as mesmas se relacionam aos variados recursos sociais e políticos de que dispõe o agente, tais como títulos profissionais, condição prévia de liderança em determinadas áreas, redes pessoais e políticas reatualizadas, a condição de mediador de demandas regionais, etc.,.

Na análise de como Flávio Dino constrói “regiões”<sup>6</sup> para si, inicialmente, dou relevo às auto-classificações que funcionam para o agente como um *rito de instituição* (BOURDIEU, 1998) no espaço político-eleitoral. Esquadrinhar essas auto-classificações significa entender as concepções de política de que o agente lança mão em sua empresa político-eleitoral.

Antes de uma questão abstrata, que remete para uma idealização da política com atividade caracterizada por certos valores, princípios, o que pretendo aqui é explicar como ela

---

<sup>5</sup> Diferente do sentido comum, que remete para a idéia de algo planejado, de cálculo racional, estratégia aqui se baseia na idéia de Pierre Bourdieu, isto é, como conhecimento incorporado que os agentes sociais adquirem ao longo do tempo e de suas vidas: “Ela [estratégia] é produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais [...] O bom jogador [...] faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige. Isso supõe uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variadas, nunca perfeitamente idênticas”. (BOURDIEU, 1990, p.81).

<sup>6</sup> Configurar uma região neste trabalho não remete a critérios geográficos e físicos, mas a representações mentais que produzem, por *atos de magia social*, sua própria legitimação através da ordenação do “real” (BOURDIEU, 2004b, p.116).

é pensada em certas situações. Trata-se de considerar a política como uma prática social que não necessariamente coincide com os modelos e tipos eleitos como legítimos em cada contexto<sup>7</sup>. No estudo das relações políticas de um agente, poder-se-ia priorizar apenas as agências formais como partido, organizações sindicais, parlamentos etc., normatizando as relações por critérios prévios que, muitas vezes, não contemplam a complexidade dos elementos em jogo.

### 1.1 Redes, facções e mediação: noções para pensar o trabalho

Para examinar os problemas e temas levantados, no intuito de decompor a realidade empírica e recompô-la, procuro utilizar instrumentos analíticos que dêem conta da dinâmica e instâncias próprias da situação estudada. Exponho aqui os principais referenciais analíticos acionados, sobretudo, para estudar a reconversão de origens, trajetórias, títulos em recursos mobilizados na conformação de *bases políticas*. Algumas noções ganham centralidade nesse trabalho para compreender a dinâmica e o alcance do que se pretende estudar. São elas as noções de *rede*, *facção* e *mediação*.

Quanto à noção de *facção*, como afirma Palmeira:

Há múltiplas definições de facções, mas entre os antropólogos há um certo consenso de que se trata de unidade de conflito, cujos membros são arregimentados por um líder com base em princípios variados. Em geral, estão em jogo conflitos considerados políticos (envolvendo o uso do poder público). As facções não são grupos corporados (via de regra os autores pensam-nas como quase-grupos, grupos diádicos não corporados etc.). (PALMEIRA, 1996, p.54, nota 5)

Landé caracteriza *facção* como “formada por membros instáveis, duração incerta, liderança personalística, ausência de organização formal e um interesse maior por poder e espólios do que por ideologia ou política”. (LANDÉ, 1977, p. 73). As *facções* são controladas e o recrutamento de seus componentes é feito por um líder. Em função dos objetivos desse líder é que a facção existe.

Na definição de Mayer:

---

<sup>7</sup> Endosso a perspectiva de que não se deve buscar uma essência do que seja “político”, mas pensar as relações sociais em que a “política” aparece. Essa perspectiva é sintetizada por Palmeira e Barreira: “[...] trata-se menos de discutir em abstrato as relações entre o domínio político e o Estado do que de interrogar a política que é feita, a política que as pessoas dizem fazer ou que identificam como sendo feita pelos outros [...] significa dizer que não há limites atribuídos a priori ao que possa ser pensado e vivido como próprio da política e que eventuais limites, socialmente construídos, não gozam do privilégio da imutabilidade”. (PALMEIRA; BARREIRA, 2006, p.9).

[...] as facções são unidades de conflito acionadas em ocasiões específicas. As facções são ‘vagamente ordenadas’, suas bases de arregimentação são ‘estruturalmente diversas’ e tornam-se manifestas por meio de uma interconexão de autoridade pessoal entre líder e seguidor. Baseiam-se, também, muito mais em transações do que em questões de princípio, e podem ter como núcleo grupos ou cliques<sup>8</sup>. (MAYER, 1987, p.149).

Já o conceito de *rede política* tem um alcance positivo quando se quer analisar o capital de relações de um agente, acumulado ao longo de seu itinerário e como o mesmo é mobilizado para um fim específico. Pode-se compreender as associações políticas a partir do compartilhamento, pelos membros do grupo, de critérios de adesão - como posição ideológica, filiação a partidos políticos, pertencimento a uma categoria profissional; ou pela diversidade dos critérios pelos quais se estabelecem relações entre o *líder* e os *seguidores*.

Mayer (1987) e Landé (1977), ao estudarem esse último aspecto, operam com a categoria *rede* para pensar a política como um espaço atravessado por relações de compromisso que se dão pelos mais variados interesses e fazem parte de estratégias diversas.

Como sugere Landé, para efeito do estudo, é necessário que as redes sejam “limitadas” segundo alguns critérios, tendo assim um “tamanho manejável” pelo detalhamento das modalidades de *alianças diádicas*<sup>9</sup> que as conforma. Essas alianças têm como lógica de sustentação princípios de reciprocidade, estruturados a partir de *estrelas de primeira grandeza* e *egos focais*. Uma *rede política* assim pensada pode conter cadeias de *líderes-seguidores* em que um *líder* pode ser ao mesmo tempo, líder, na condição de *estrela de primeira grandeza* que controla um séqüito e, *seguidor*, quando ligado a um ego central da teia em questão.

Mayer, por sua vez, a partir da noção de *quase-grupo*, pensa rede como uma estrutura limitada. O *quase-grupo* é composto por um conjunto finito de relações estruturado em torno de um *ego*, e assim pode ser manejado em função dos desejos e projetos deste. Por isso não tem continuidade no tempo e não se rege por estatutos ou definição clara de regras. O *ego*, em função de seus objetivos políticos específicos, estrutura *conjuntos de ação* a partir de variadas *bases de interconexão*, podendo fazer uso do parentesco, de relações de amizade, patronagem etc.

Optei então por analisar a “volta” à política de Flávio Dino a partir das noções de *rede* e *facção*, levando em conta a maneira como este agente reatualiza para a disputa

<sup>8</sup> São indivíduos que monopolizam as atividades de lideranças de um agrupamento político informal.

<sup>9</sup> Landé se refere a dois tipos de alianças diádicas: “aquelas entre pessoas iguais e aquelas entre pessoas de status diferentes, isto é, aquelas que são ‘horizontais’ e aquelas que são ‘verticais’”. (LANDÉ, 1977, p.4).

político-eleitoral relações anteriores constituídas nos mais variados espaços, mobiliza *heranças simbólicas*, capitais de relações sociais em variados níveis.

Um dos trunfos importantes para a construção de lideranças políticas, isto é, para arregimentação de apoios, adesões e bases eleitorais é a capacidade do “homem político” constituir-se como *mediador*.

Para Wolf, o mediador (ou intermediário) estabelece o contato entre um grupo local e instituições nacionais (WOLF, 2003a). Segundo o autor, a função do mediador é estabelecer relações entre indivíduos orientados para a comunidade e aqueles orientados para a nação, comparado a “Jano, têm a face voltada para duas direções ao mesmo tempo” (WOLF, 2003a, p.88).

Briquet (1999), ao analisar a mediação política exercida pelos ‘notáveis’ na região da Córsega (Itália), identifica modificações havidas em função de novas modalidades de relacionamento que aqueles estabelecem com o Estado. Para o autor, o aumento da intervenção estatal na região possibilitou a solidificação do poder dos notáveis a partir de sua capacidade de consolidar as mediações entre a sociedade local e instâncias do poder central. Pois, o pertencimento às redes clientelísticas tornou-se um meio privilegiado para chegar aos recursos sociais liberados pela autoridade pública (sob a forma de assistência, empregos, subvenções, políticas públicas).(BRIQUET, 1999, p.16).

A atividade de mediador, no entanto, é exercida a partir de certas lógicas e contextos. Velho e Kuschnir (2000) apontam que o mediador é aquele que consegue transitar por “diferentes províncias de significado” (VELHO; KUSCHNIR, 2000). Ainda segundo esses autores, o decisivo no mediador é que ele demonstre sua capacidade de “trânsito”, o que equivale a demonstrar o manancial de capital social de que dispõe por diferentes espaços. No espaço da política, o mediador se estabelece pela constituição de “redes de troca e reciprocidade que envolvem bens materiais e valores muito diversificados”. (VELHO, KUSCHNIR, 2000, p.87).

Goldman também indica a complexa situação do exercício de mediação:

Ela [mediação] exige, por um lado, que algum tipo de relação entre aqueles que o mediador deve pôr em contato efetivamente se estabeleça ou, ao menos, pareça se estabelecer – sob pena de que se duvide de sua capacidade ou interesse em mediar. Por outro lado, entretanto, a mediação exige também, e sempre, que um contato direto entre os mediados jamais se estabeleça completamente – o que faria com que a mediação simplesmente perdesse a razão de ser. (GOLDMAN, 2006, p.274)

Neste trabalho, a *mediação* é pensada como mecanismo de constituição de bases políticas<sup>10</sup> e a conquista de apoios, bem como a manutenção de bases conquistadas, além do signo de prestígio e a capacidade de trânsito. Entra em jogo a demonstração, pelo agente, de sua capacidade de estabelecer alianças verticais e horizontais, intermediando “pleitos” de apoiadores junto ao centro do poder. Trata-se de um agente cuja “reputação” lhe possibilita um “capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento”(BOURDIEU, 2004c, p.187), lançando mão do estoque de “prestígio” e reconhecimento, reificado na mediação de recursos e “convênios”. O capital social se transforma em artefato na disputa política.

A “reputação” é em parte construída pela utilização da profissão de juiz. Esta é simultaneamente apresentada pela lógica intrínseca ao exercício da profissão, o qual remete para a partilha de valores e condutas de magistrado, e também utilizada como um título, um trunfo que indica o trânsito do agente.

Busco configurar a rede política e os recursos utilizados pelo candidato – recursos materiais, notoriedade, militância – e as modalidades dos seguidores – clientelas pessoais, membros de redes políticas com clientelas próprias, e por último que tipo de retribuição está em jogo, qual o idioma da reciprocidade se fala.

## **2.2 Notas sobre o trabalho de campo**

O trabalho de campo ocorreu a partir do primeiro semestre de 2006, com a coleta de dados biográficos e informações sobre relações de parentesco, percurso profissional e origens sociais do agente. Compilei currículos, materiais jornalísticos, livros de pretensão classificatória e memorialísticos. Consultei em São Luís os arquivos da UFMA, visitei a Biblioteca Pública Benedito Leite, a Biblioteca Dunshe de Abranches da Assembléia Legislativa do Maranhão, a Biblioteca Central da UFMA, a Biblioteca da Casa de Cultura Josué Montello e o SIOGE.

Uma segunda parte do trabalho de campo ocorreu a partir de agosto de 2006, quando comecei a acompanhar atos de campanha de Flávio Dino, coligindo materiais de campanha, notícias sobre a campanha veiculadas em jornais, panfletos, programas do Horário Eleitoral Gratuito.

O acompanhamento dos atos de campanha aconteceu de duas maneiras. Primeiro, pela tentativa do pesquisador acompanhar formalmente os eventos da candidatura. Assim,

---

<sup>10</sup> O trabalho de Marcos Bezerra (1999) indica como a transferência de verbas federais por parlamentares federais para os municípios é uma forma de vinculação e cultivo de lideranças locais.

resolvi me apresentar ao candidato e lhe falar da intenção da pesquisa, estudar as relações entre direito e política no Maranhão a partir de sua trajetória. Afável, o candidato se colocou a inteira disposição da pesquisa e disse que não haveria problemas em acompanhá-lo pelo “interior” do Estado.

Desse modo, acompanhei ainda uma viagem do candidato por alguns municípios do Estado, integrado a um grupo de militantes ligados ao PC do B que o acompanhavam naquelas cidades com poucos apoiadores. Depois dessa primeira viagem, decidi que seria mais fácil conduzir a pesquisa sem que fosse necessário integrar-me ao pessoal da campanha. A estratégia agora era tomar nota dos eventos da campanha e acompanhá-los por conta própria. Nos vários momentos em que mantive contato com a “direção” da campanha em São Luís, fui sempre tratado de forma amistosa, não havendo dificuldades para conseguir informações sobre agenda, aliados políticos, material propaganda.

Um dado que não pode ser desprezado no trabalho de campo é o fato de ter sido militante do Partido dos Trabalhadores, o que me possibilitou mobilizar uma rede de contatos na “militância”, já que alguns dos “cabos eleitorais” de Flávio Dino me conheciam da militância partidária e do movimento estudantil universitário. Havia, portanto uma familiaridade com o tema, pois conhecia “amigos” do candidato, tanto pela inserção no espaço do direito como pela militância partidária. Assim, mais do que o contato com “nativos”, mobilizei a rede de “amigos” e “conhecidos” em prol da pesquisa, sendo este um meio valioso de obtenção de informações. Nisso busquei acionar minha própria rede e seguir assim a trilha da campanha quando fosse possível, buscando informações, conquistando informantes.

Além do trabalho de observação direta de atos de campanha, fiz também entrevistas com apoiadores de Flávio Dino. Ao todo foram feitas 17 entrevistas, entre os meses de agosto e dezembro de 2006. A entrevista mais longa demorou 2 horas, a mais breve, 10 minutos. O tempo total de entrevistas foi de 12 horas.

A seleção dos entrevistados buscou representar as várias lógicas presentes na campanha de Flávio Dino. Isso implicou um mapeamento inicial dos apoios recebidos, das lógicas de retribuição em jogo e das modalidades de adesão à campanha.

O material empírico derivado das entrevistas deve ser compreendido dentro dos limites impostos pelo efeito de constrangimento causado pelo gravador. Em certa ocasião, a exemplo, a entrevista era marcada por uma relativa homogeneização na descrição sobre o candidato apoiado, com destaque para o “brilhantismo” do candidato, sua capacidade política etc. Terminada a entrevista, o entrevistado, em tom de desabafo, falava de seu desagrado

quanto ao modo como estava sendo tratado pelo candidato e seus assessores após as eleições; que nunca mais o haviam procurado, que antes das eleições era diferentes, etc; relatou-me ainda o trabalho de campanha em nuances que não havia dado na entrevista. Em outro momento, o entrevistado, durante a entrevista, credita a “grande votação” do candidato Flávio Dino à sua capacidade política, ao trabalho que fez durante a campanha. Após a entrevista, sintetizou-me assim esse mesmo aspecto: “Não foi uma varinha de condão, ele entrou no esquema político do estado, que são as alianças com lideranças”.

Em situações nas quais avalei que seria possível criar embaraços aos informantes, procedi à mudança dos nomes destes, no intuito de preservá-los.

## **2. PATRIMÔNIO SIMBÓLICO FAMILIAR:** estratégias de consagração e reprodução da “vocação”

Esta parte do trabalho trata do mapeamento das origens sociais e familiares de Flávio Dino de Castro Costa, destacando-se as carreiras profissional e política de seu avô, Nicolau Dino de Castro e Costa (1900 -1974), e de seu pai, Sálvio de Jesus de Castro e Costa (1932 - ). Procuro ressaltar ainda a maneira como eles articularam política, direito e produção literária.

A condição de origem guarda relações sobre a maneira como Flávio Dino usa título de carreiras, se auto-define como político, formas de utilização da atividade política e profissional. As posições dos ascendentes<sup>11</sup> podem informar a utilização de certas concepções de política, bem como a utilização estratégica do patrimônio familiar tanto no espaço profissional como da política.

Nicolau Dino descende de uma “tradicional” família “amazonense”, a família Tapajós<sup>12</sup>. O livro “A genealogia da família Tapajós” (1971), de Hugo Tapajós, considera Francisco Manuel Antônio Monteiro Tapajós (1815-1877) o “patriarca” da família. Filho de portugueses, Francisco Tapajós tornou-se um próspero proprietário de terras às margens do Rio Tapajós, na então província do Grão-Pará. Colaborou com o governo provincial no combate à “Revolta dos Cabanos” e, em sinal de gratidão pelos serviços prestados, foi proclamado pelo Imperador D. Pedro II<sup>13</sup> “Herói de Tapajós”, tendo este permitido que usasse um sobrenome brasileiro, sendo Tapajós o escolhido. Além de Coronel-Comandante da

<sup>11</sup> A genealogia aqui feita é precária, pois não consegui informações relativas a várias alianças matrimoniais.

<sup>12</sup> Dados coligidos a partir de Tapajós (1971) e Barata;Bueno (s/d).

<sup>13</sup>

Guarda Nacional, Francisco Tapajós enveredou pela política. Foi deputado provincial em 1874, ocupando a presidência da Assembléia Provincial do Grão-Pará.

Uma de suas filhas<sup>14</sup>, Heloisa Clementina Monteiro Tapajós (1843-1897), casou-se com o “maranhense” Nicolau Castro e Costa (1833-?). Nicolau Castro e Costa chegou a ocupar postos políticos, sendo eleito deputado da Assembléia Provincial do Amazonas em 1874. Desse casamento nasceu José Joaquim Tapajós de Castro e Costa (1873), que, por sua vez, casou-se com a farmacêutica Rachel Fonseca Castro e Costa. Os dois são os de Nicolau Dino de Castro e Costa.

---

<sup>14</sup> Casado por duas vezes, o coronel Francisco Tapajós teve ao todo 18 filhos.

**Quadro 1: Subsídios para análise das Posições de Nicolau Dino de Castro e Costa<sup>15</sup>**

Vida acadêmica	Espaço intelectual	Produção intelectual	Espaço jurídico (carreira)
<p>“Da inseminação artificial humana” (Tese apresentada à Faculdade de Direito de São Luís)_____</p> <p>Formou-se pela Faculdade de Direito do Pará_____</p> <p>Curso secundário _____</p> <p>Curso primário_____</p>	<p>Patrono da Academia Maranhense de Letras Jurídicas (sagração póstuma)</p> <p>_____</p> <p>Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão</p> <p>_____</p> <p>“Gregório de Matos” _____</p>	<p>“O Visconde de Vieira da Silva”_____1974</p> <p>_____1964_</p> <p>“Bacharéis, mestres e escolares”_1956</p> <p>_____1954</p> <p>“Onze votos vencidos”_____1952</p> <p>“O primeiro dos três discursos célebres de Vieira da Silva”_____1952</p> <p>“Forças militares cearenses nos campos do Maranhão” _____1951</p> <p>_____1950_</p> <p>“O forte de Itapecuru”_____1948_</p> <p>_____1926_</p> <p>_____X_</p> <p>_____1920</p> <p>_____X</p> <p>_____X</p>	<p>_____Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão</p> <p>_____ Nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão</p> <p>_____ Nomeado Juiz de Direito da Capital São Luís</p> <p>_____Nomeado Juiz de Direito no Maranhão</p> <p>_____Nomeado Promotor Público no Maranhão</p>
Nasceu no Estado do Amazonas _____		_____1900	

Nicolau Dino fez os estudos secundários em Belém, assim como o curso de Direito, na então Faculdade de Direito do Pará, formando-se em 1920. Ao vir para o

<sup>15</sup> Dados retirados de Coutinho (1993), Costa (1952) e do IHGM(2005).

Maranhão, seguiu o padrão de acesso às carreiras jurídicas de Estado no início do chamado período republicano<sup>16</sup>, cuja nomeação dependia da indicação dos chefes políticos locais.

Foi então nomeado promotor público, depois juiz de direito, em 1926, passando por comarcas do interior do Estado, dentre as quais a de Grajaú, onde casou-se com Maria José de Castro e Costa, “membro de tradicional família da cidade de Grajaú”(COSTA, 1981), a família Barros. Esta família se instalou, desde o século XIX, na “região” de Barra do Corda, Pastos Bons e Grajaú e tem como “patriarca” Salomão Barros, descendente de judeus. Os membros da família ocuparam postos políticos de destaque na “região”<sup>17</sup>, além de serem reconhecidos como “intelectuais”, sobretudo pelo fato de produzirem a historiografia do local<sup>18</sup>. A herança familiar do lado dos Barros, como será visto, foi mobilizada durante a campanha de Flávio Dino à Câmara Federal.

Em 1948, Nicolau chegou ao cargo de juiz de direito da Capital e, um ano depois foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Em 1964, foi eleito presidente desse órgão. Faleceu como desembargador.

Nicolau Dino se envolveu em “querelas políticas”, sendo identificado à facção dominante na política local nos anos 50, o “Vitorinismo”<sup>19</sup>. É consagrado o episódio ocorrido nas eleições para a presidência do Tribunal de Justiça, em 1958, no qual Nicolau, em função de seus alinhamentos políticos<sup>20</sup>, envolveu-se em uma disputa com outro magistrado pela condição de presidente do Tribunal.

---

<sup>16</sup> Sobre as formas de controle exercidas pelos grupos políticos locais sobre o poder Judiciário na chamada Primeira República, o jurista Victor Nunes Leal (1978) indica que esse controle se dava, em parte, pela falta de garantias institucionais como a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de vencimentos dos juizes estaduais. O trabalho de Koerner (1994) também aponta o mesmo padrão de controle em relação à chamada Justiça Federal.

<sup>17</sup> Entrevista concedida por um descende da família: “[...] os Barros quando chegaram em Grajaú, ele chegaram de certa forma influenciando politicamente a cidade, depois desapareceu”.(Entrevista concedida por Alan Kardec Barros em 21/11/06).

<sup>18</sup> Sálvio de Jesus de Castro e Costa escreveu "Raízes Históricas de Grajaú", onde relata os conflitos travados entre “indígenas” e “posseiros” na ocupação da região. Por ocasião do “Encontro da Família Barros”, realizado em Grajaú, em 1º de julho de 2006, Allan Wlisses Duailibe Barros enviou carta sobre o evento, ao jornalista Heider Moraes, do Jornal “Turma da Barra”, de circulação nos municípios de Grajaú, Barra do Corda. Na carta publicada, o “parente” assim descreve o autor e livro: “Destarte, o intelectual, ex-Deputado e membro da Academia Maranhense de Letras, Sálvio Dino, que há quatro décadas orgulha o nosso povo pelo amor a Grajaú, uma das vozes mais altivas do Maranhão do Sul, bisneto de Margarida Duarte de Barros, irmã de Salomão Barros, relançou a sua belíssima obra "Raízes Históricas de Grajaú", referência obrigatória para o estudo da história de Grajaú! O escritor Sálvio tem uma alma nobilíssima, pelo seu legado, pela obstinação em "sonhar" com uma Grajaú justa, desenlaçada dos grilhões centenários que retroage o nosso povo, repudiando as contendas de há quase duzentos anos, relatadas por Abranches, no seu genial "A Esfinge do Grajaú!"(Jornal Turma da Barra, acesso em 12/08/2006)

<sup>19</sup> Como acentua Gonçalves, o “Vitorinismo é uma classificação arbitrária, imposta na tentativa de instituir uma pretensa clivagem entre as administrações anteriores a José Sarney em 1965”. (GONÇALVES, 2006, p.53).

<sup>20</sup> O episódio é narrado pelo jornalista Benedito Buzar: “Com a divisão reinante no Tribunal de Justiça, por força do alinhamento dos magistrados às facções políticas dominantes no Estado, a corrente que obedecia à orientação do Palácio dos Leões elegeu os desembargadores Nicolau Dino e Tácito Caldas para presidente e vice,

Nicolau Dino fez incursões pela vida intelectual. Em 1926, escreveu “Gregório de Matos”, uma tese para concurso de história da literatura. Em 1952, publicou “Onze votos vencidos”, livro que reproduzia julgados nos quais havia participado como desembargador. Dois anos depois, apresentou à Faculdade de Direito de São Luís a tese “Da inseminação artificial humana” (1953), com a qual pleiteava a cadeira de Direito Civil. Em 1965, apresentou nova tese intitulada “A figura moderna dos edifícios de apartamentos deve ser enquadrada juridicamente como uma ‘commixto’ de propriedade e condomínio”, também para cátedra de Direito Civil. Escreveu “Visconde de Vieira da Silva” (1974), livro sobre o seu patrocinador no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM).

Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (1956), e escreveu artigos para a revista do Instituto: “O primeiro dos três discursos célebres de Vieira da Silva” (1952) onde relata discursos proferidos por Luis Antônio Vieira da Silva, Senador pelo Maranhão, patrono de sua cadeira no IHGM; “Bacharéis, mestres de escolares” (1956), no qual tematiza a ação de bacharéis em direito, juízes e promotores que criaram escolas pelo interior do Maranhão; e “Forças militares cearenses nos campos militares do Maranhão” (1951), um relato da presença de forças armadas cearenses no Maranhão.

Tido como “muito estudioso”, propriedade ressaltada pelo neto:

Pessoa sempre muito estudiosa, com essa tradição de estudo. Eu lembro, quando eu era criança, ele tinha muitos livros. Essa é uma imagem que marca muito. Lia muito Rui Barbosa, ele produzia teses também, artigos, textos, enfim, defendia teses jurídicas inovadoras. Ele foi pros Estados Unidos naquele tempo de navio, 1940, defender um ponto de vista acerca da legalidade da inseminação artificial. Foi um estudo de vanguarda naquele momento, eu tenho inclusive esse estudo. (Entrevista com Flávio Dino, em 22/11/06)

Além de ser membro do IHGM (1973), Nicolau Dino figura no panteão jurídico local como patrono da cadeira nº 40 Academia Maranhense de Letras Jurídicas - AMLJ, atualmente ocupada por seu neto, Flávio Dino de Castro e Costa.

Agências como a AMLJ, as “Escolas Superiores”, eventos de premiações, laureamentos moldam, cultivam a crença de que o campo jurídico é distinto dos demais por seus atributos de transcendência, erudição e autoridade. São mecanismos de distinção entre o “notável” e o “profano”, designando, por critérios “profanos” quem são os “notáveis”. (CORADINI, 1998b).

---

respectivamente; já o segmento afinado com as Oposições elegeu os desembargadores Francisco Costa Fernandes e Eugênio de Lima para os mesmos cargos. Enquanto Nicolau Dino, que detinha o Livro de Atas, pedia ao Governo do Estado reforço policial para garantir o Tribunal, Francisco Costa Fernandes Sobrinho, em poder do qual ficaram as chaves da Secretaria, recusava as tropas militares”.(BUZAR, 1998, p.345-346).

Muito embora a Academia Maranhense de Letras Jurídicas queira se distinguir da Academia Maranhense de Letras pelo fato de voltar-se para produção sobre o Direito, não são os saberes específicos que são exigidos de seus membros, mas uma inserção na “tradição” cultural da “região”, como se percebe no discurso do acadêmico Milson Coutinho<sup>21</sup>

Para isso são as Academias. Eternizar o que é efêmero, arquivar no cartório da cultura homens, fatos, livros, idéias, etapas.

[...]

Se esta Academia nasceu para cultuar os ‘Varões de Plutarco’ de nossas letras jurídicas, fazendo-os renascer na lembrança das gerações passantes, e se brotou, também, destinada a promover o incremento de novas e esperadas batalhas em favor da divulgação das obras, que, de certo se haverão de escrever no terreno do Direito, é verdade que a ela cabe também a inquestionável missão de resgatar memórias apagadas, e trazer do silêncio de seus túmulos as figuras maranhenses que honraram as tradições desta terra. (COUTINHO, 2003, p. 15).

A relação dos intelectuais do presente com os do passado, que é expressa pelos patronos nas academias, pelas placas comemorativas, pelos batismos de prédios, bibliotecas, mais que um tributo à memória, é uma relação de filiação onde o conjunto das supostas vocações equivalentes são congregadas para que se fixem as genealogias, as linhagens culturais, reproduzindo a tradição. A sucessão entre Flávio Dino e seu avó demarca a presença da família e do agente nesta tradição.

Flávio Dino faz alusão constante à “tradição jurídica maranhense”. Foi no período em que estava na direção da Seção Judiciária da 16ª Região da Justiça Federal que se instituiu o Prêmio de Monografias Jurídicas “Alberto Tavares”, mecanismo de transmissão de capital simbólico entre os “juristas”<sup>22</sup>.

## 2.1 Posições e disposições de Sálvio Dino de Castro e Costa

Sálvio de Jesus de Castro e Costa nasceu em 1932, na cidade de Grajaú, onde o pai ocupava o cargo de juiz de direito. Coursou o primário naquela cidade e o secundário em

<sup>21</sup> O discurso foi proferido em 22 de março de 1986. Ao final do referido discurso apresenta o nome do “maior dos maranhenses vivos”, José Sarney, para integrar a AMLJ como membro-fundador. Autodefine-se como jornalista, advogado e historiador. Integra o Tribunal de Justiça do Maranhão, foi seu presidente entre 2004-2005. Ocupa a cadeira de n.º 3 da AMLJ, além da cadeira de n.º 15 da Academia Maranhense de Letras.

<sup>22</sup> Na apresentação da publicação do I Prêmio de Monografias (1998), o presidente da Comissão Julgadora, Juiz Cândido Artur Medeiros Ribeiro Filho, assegura: “São Luís tem crescido muito nos últimos anos. E, como não poderia deixar de ser, as atividades culturais têm acompanhado esse progresso, inclusive para que possamos continuar fazendo jus ao título de Atenas. Dentro desse contexto, experimentamos sensível evolução no campo das Letras Jurídicas, em razão da qual a juventude estudiosa do Maranhão, de vez em vez, participa, com notável entusiasmo, dos mais diversos concursos lançados em nossa província”. (RIBEIRO FILHO, 1998)

São Luís, no tradicional Colégio São Luís. Dados biográficos e auto-biográficos<sup>23</sup> informam que Sálvio participou do movimento estudantil, foi membro da União Maranhense de Estudantes Secundaristas (UMES) e atuou nas mobilizações da chamada “greve da meia-passagem” em São Luís, em 1954.

Na Faculdade de Direito de São Luís, participou do “Parlamento Escola”<sup>24</sup>, sendo o “orador oficial” do Centro Acadêmico Clodomir Cardoso. Formou-se em 1954 e ingressou na advocacia criminalista. Sálvio Dino se autodefine como “destacado orador”, participando “de famosos júris na capital e no interior do Estado” (COSTA, 1981). Foi conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil do Maranhão entre 1970 e 1975.

Sálvio Dino segue o padrão de formação dos juristas tradicionais. Além de o pai ocupar posição de destaque no campo jurídico como desembargador, reconverteu a formação de bacharel em direito para outras esferas de atuação profissional como o jornalismo<sup>25</sup>. A capacidade oratória, primeiro do bacharel em Direito, depois do profissional, parece ser condição de possibilidade de consagração no espaço jurídico local. O próprio Sálvio Dino, em livro sobre a história da Faculdade de Direito do Maranhão, evoca essa propriedade como distintiva: “Vê-se a tônica dos grandes oradores. Na idade de ouro dos bacharéis da Rua do Sol, ser brilhante tribuno era condição imprescindível para obter êxito.”(COSTA, 1996, p.64).

Sálvio Dino ingressou na política, elegendendo-se vereador em 1954, aos 22 anos de idade, pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Em 1962, foi eleito deputado estadual pelo mesmo partido, que nesse período, integrava as chamadas “Oposições Coligadas”<sup>26</sup>, facção que se opunha ao governador Newton Bello. Teve seus direitos políticos cassados em 1964 em virtude do Golpe Militar, sob a acusação de “exercício de atividades comunistas” (BUZAR, 1998, p.450), sendo preso pelo regime militar. A sua cassação é sempre referida nas apresentações de livros e em coletâneas nas quais figura. A cassação política constitui-se em um dos elementos explicativos da *tomada de posição* à “esquerda” do filho Flávio Dino:

---

<sup>23</sup> Utilizei apresentações contidas em contra capas de livros de Sálvio Dino, bem como produções sobre os chamados intelectuais maranhenses.

<sup>24</sup> O Parlamento-Escola era uma instituição que existia na Faculdade de Direito de São Luís, funcionando nos moldes do poder legislativo. Sálvio Dino, tido como destacado orador nesse espaço, o qualifica como “autêntica escola de oradores”(COSTA, 1996, p.64). Era a própria síntese da imbricação entre o direito e a política, uma narrativa que se esforça por indicar uma formação orientada para as lides políticas.

<sup>25</sup> Nos elementos biográficos coletados sobre Sálvio Dino, há menção ao fato de, desde muito cedo, ter trabalhado em jornais, como redator e repórter dos Diários Associados e como cronista do jornal O Estado do Maranhão.

<sup>26</sup> “Uma das mais conhecidas, re-conhecidas e legitimadas clivagens registradas pela historiografia política regional” (GONCALVES, 2006, p.55), “Oposições Coligadas”, designa uma *facção política* que lutava pelo comando político do Estado, cujo principal inimigo era Vitorino Freire e que elegeu José Sarney para mandatário do Estado nas eleições de 1966.

[...] era uma galera que, desde muito cedo, 14, 15 anos, estava enfronhado na política. E, gente também que viveu muito trauma da ditadura. O pai de Flávio foi cassado e perseguido. O Buzar, que é o padrinho dele, foi cassado, *mutatis mutandis*, no ambiente de casa, Maria Aragão sumiu diversas vezes. Eu era muito garoto, mas Carlos se lembrava, todo mundo desesperado procurando. Lucio Santos, o pai dele, era do MDB histórico. Então, todo esse ambiente refletia numa formação política, numa politização e numa politização mais à esquerda”. (Entrevista com de Mário de Andrade Macieira em 04/08/06)

Com a vitória de José Sarney, candidato das “Oposições Coligadas” ao governo do Estado nas eleições de 1966, Sálvio Dino se valeu das relações que mantinha com essa facção, principalmente com o político Henrique de La Roque, deputado federal pela ARENA, e integrou a equipe da Secretaria da Fazenda, cujo secretário era Pedro Neiva de Santana. Quando este assumiu o governo do Estado (1970-1974), Sálvio Dino foi nomeado Procurador do Estado.

Com os direitos políticos restabelecidos, Sálvio Dino foi eleito deputado estadual em 1974 pela ARENA, partido de sustentação política do regime militar. Em 1978, candidatou-se pelo mesmo partido, não conseguindo a reeleição, ficando na primeira suplência. Em 1980, assumiu o mandato, pelo PDS, exercendo a vice-liderança do Governo João Castelo na Assembléia Legislativa. Em 1982, voltou a candidatar-se a deputado estadual, não se reelegendo e ficando na sexta suplência.

As tentativas frustradas de eleição para deputação estadual<sup>27</sup> indicam um político com influência eleitoral em declínio. O bloqueio eleitoral em relação ao cargo de deputado estadual parece impor uma redefinição de sua estratégia eleitoral, esta se voltando para a disputa eleitoral no município de João Lisboa, onde foi eleito prefeito por duas vezes, em 1989 e 1997, pelo PFL. Em 2004, candidatou-se à prefeitura do município, terminando a eleição como o candidato menos votado<sup>28</sup>.

A Consulta aos Anais da Assembléia Legislativa do Maranhão de 1980 indica um parlamentar debatedor de “questões sociais”, com pronunciamentos a favor dos “posseiros” do Maranhão<sup>29</sup> e contra a “grilagem” e “a exagerada demarcação de terras indígenas na região de Barra do Corda e Grajaú”<sup>30</sup>.

<sup>27</sup> Em 1994, candidatou-se ao cargo de deputado estadual pelo estado do Tocantins, pelo PFL, não se elegendo.

<sup>28</sup> Nessas eleições obteve apenas 492 votos, enquanto o prefeito eleito obteve 4.500 votos.

<sup>29</sup> Ver discurso intitulado “Grilagem de terra no Maranhão”, pronunciado em 14 de maio de 1980.

<sup>30</sup> “Essas teses de dizer que as multinacionais, que os grupos econômicos na Amazônia estão expulsando, expurgando ou achatando o próprio índio são teses, via de regra, esposadas pelos radicais de esquerda do Brasil”.(COSTA, 1980, p.10).

Quadro 2: cargos ocupados por Sálvio Dino de Castro e Costa em governos estaduais<sup>31</sup>

<b>Governante</b>	<b>Período</b>	<b>Cargo</b>
José Sarney	1966-1970	Assessor da Secretaria Estadual da Fazenda
		Professor de Direito Penal do Curso de Formação da Secretaria de Segurança do Estado (1970)
Pedro Neiva de Santana	1971-1974	Procurador do Estado
João Castelo	1979-1982	Diretor da Companhia Maranhense de Abastecimento (1979)
Luiz Alves Rocha	1982-1986	Membro da Comissão de Elaboração do Plano Cultural para o Maranhão (1984)
		Sub-secretário da Casa Civil (1986)

Sálvio Dino ocupou vários cargos de assessoria no poder executivo estadual, fruto de indicações políticas. Inicialmente, em função do bloqueio ao exercício da atividade política pelo golpe militar de 64, foi assessor jurídico da Secretaria Estadual da Fazenda, na gestão do Governador José Sarney (1966-1970); e, depois, Procurador do Estado no governo de Pedro Neiva de Santana (1970-1974). Foi Diretor Executivo e Financeiro da Companhia Maranhense de Abastecimento (1979), na gestão do governador João Castelo, e participou da comissão encarregada de elaborar um plano cultural para o Maranhão (1984), no governo Luiz Rocha, além de ter sido sub-secretário da Casa Civil desse mandatário. Foi ainda, professor de Direito Penal do Curso de Formação da Secretaria de Segurança do Estado (1970).

Com base nessas informações é possível concluir que Sálvio Dino sempre esteve situado em uma *rede de relações* políticas e pessoais que inclui as principais lideranças políticas do Estado.

Quanto à inserção no espaço intelectual, Sálvio Dino tem produções nas formas literárias conto, poesia e romance, além do trabalho relacionado com sua atuação parlamentar como “Onde é o Pará, onde é o Maranhão” (1990), uma resenha de sua atuação como parlamentar na “polêmica” sobre a definição das fronteiras entre esses estados. No gênero memória produziu “A faculdade de Direito do Maranhão”(1996), livro sobre as “figuras” e “lentes” da faculdade de Direito de São Luís.

O livro considerado de estréia, “Nas barrancas do Tocantins” (1981), comporta “histórias” e “crônicas” sobre a “região tocantina”. É “apresentado” por cinco figuras conhecidas do meio intelectual maranhense Carlos Cunha, historiador; o jornalista Benedito Buzar, o poeta Ubiratan Teixeira; e o então jornalista e advogado Milson Coutinho, conformando uma sociedade de admiração mútua. Os atributos com os quais Sálvio Dino é

<sup>31</sup> Fonte: Assembléia Legislativa do Maranhão. Biografia dos Deputados (1983-1987). Sioge: Maranhão, 1987. RAMOS, Clóvis. A intelectualidade maranhense (Fase Contemporânea) Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1990.

reconhecido se referem à sua “capacidade oratória”, ao “tribuno, polemista e lutador” (NASCIMENTO, 1990).

Sálvio Dino pertence a instâncias de consagração local. Foi eleito para a Academia Maranhense de Letras em 1998. É, ainda, membro fundador da Academia Imperatrizense de Letras e referido como pertencente à “geração contemporânea” da intelectualidade maranhense (RAMOS, 1990).

**Quadro 3: Subsídios para análise das Posições de Sálvio Dino de Castro e Costa<sup>32</sup>**

Vida acadêmica	Espaço/produção intelectual	Funções ocupadas	Espaço político
	Membro da Academia Maranhense de Letras	_____ 1999	2004_ disputa eleição para prefeito de João Lisboa, não se elegendo.
	Fundador da Academia Imperatrizense de Letras	_____ X	
	“A Faculdade de Direito do Maranhão”(1996) “Onde é o Pará, onde é o Maranhão”(1990)		1997_ ---Prefeito de João Lisboa (MA)
	“Nas barrancas do Tocantins”(1981) “Amaral Raposo” “Clarindo Santiago”		1994_ --Disputa eleição para deputado estadual pelo Estado do Tocantins, não se elegendo.
	“Luzia: quase uma lenda” “O perfil histórico do Rio Tocantins” “Semeando Manhãs”(1985) “Trilogia da emoção” “Verde, Sertões e Vida”	Plano de Metas do Governo Luiz Rocha (fez parte da comissão setorial de cultural)_____ 1983	1989_ ---Prefeito de João Lisboa (MA)
			1982_ -- Candidato a deputado estadual pelo PDS, não se reelegeu, ficando na sexta suplência
		Diretor Executivo e Financeiro da Companhia Maranhense de Abastecimento_____ 1979_	1980_ ---Assume mandato de deputado estadual sendo a vice-liderança na Assembléia Legislativa do Governo João Castelo
			1978_ ---não se reelegeu deputado estadual, ficando na suplência.
			1974_ --Elegeu-se deputado estadual
Professor de Direito Penal do Curso de --- Formação da Secretaria de Segurança do Estado	-----	Procurador do Estado do Maranhão_____ 1970	
		Assessor Jurídico da Secretaria da Fazenda do Maranhão_____ 1966	1964_ --- Direitos políticos cassados
Formou-se pela Faculdade de Direito de São Luís-----	“Liberdade: suprema autonomia da célula social”_____		1962_ ---Deputado Estadual (MA)
		_____ 1956_	
		Advogado criminalisa_____ 1955_	--Vereador em São Luís
		_____ 1954_	---Tido como líder estudantil na Faculdade de Direito
Secundário no Colégio São Luís Primário em Grajaú -----	-----	_____ X	
		_____ X	
Nasceu em Grajaú (MA)			1932

<sup>32</sup> Dados retirados de: Ramos (1990), Santos (2002) e Dino (1980).

## 2.2 Transmitindo a herança

Sálvio Dino casou-se com a advogada Rita Maria Santos de Castro e Costa, de cuja união nasceram quatro filhos: Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Flavio Dino de Castro e Costa e Sálvio Dino de Castro e Costa Junior, e uma filha, Themis Castro e Costa<sup>33</sup>.

Nicolao Dino de Castro e Costa Neto nasceu em São Luís e concluiu o curso de Direito na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, em 1985. Em 1986, fez uma especialização em Semiologia Política, promovida pelo curso de Direito da UFMA em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina, sendo esse um espaço de socialização das teses do chamado Direito Crítico. Seu trabalho de conclusão de curso intitulou-se “Direitos...Humanos?”. Tornou-se professor da UFMA em 1990. Nicolao Dino foi Procurador do Estado e Juiz do Trabalho. Em 1991, foi aprovado em concurso para Procurador da República e, atualmente, preside, pela segunda vez, a Associação Nacional dos Procuradores da República. Divide espaços com o irmão Flávio Dino em institutos e revistas jurídicas, com investimentos teóricos na área de Direito Ambiental.

Sálvio Dino de Castro e Costa Junior fez o primeiro e segundo grau no Colégio Dom Bosco, em São Luís, no qual foi coordenador do grêmio estudantil. Ingressou no curso de Direito da UFMA em 1994 e, no mesmo ano, sucedendo as relações políticas do irmão Flávio Dino no espaço do movimento estudantil, foi eleito Coordenador-Geral do Diretório Central dos Estudantes - DCE. Sálvio Dino Junior ainda militou no movimento do curso de Direito, integrando a gestão do Centro Acadêmico de Direito em 1996. Concluiu o curso em 1998 e ingressou na advocacia no escritório Macieira, Zagallo e Associados, do qual seu irmão Flávio Dino havia sido sócio-fundador. Entre 2000 e 2004, foi assessor jurídico da deputada estadual Helena Heluy, do Partido dos Trabalhadores - PT, ao qual também é filiado. Em 2005, assumiu a Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça no governo de José Reinaldo Tavares. Ocupa a Secretaria Extraordinária de Direitos Humanos no governo Jackson Lago (2006).

Flávio Dino de Castro e Costa nasceu em São Luís, Maranhão, em 30 de abril de 1968. Estudou no colégio católico Marista, reduto de formação da elite local, onde ocupou a direção do Centro Cívico, período marcado pela convivência com filhos de políticos<sup>34</sup>, pelo

---

<sup>33</sup> A filha do casal faleceu em virtude de um problema de saúde.

<sup>34</sup> Um dos informantes da pesquisa afirmou que, nesse período, havia a convivência de vários filhos de políticos como Igor Lago (filho de Jackson Lago, atual governador do Estado do Maranhão), José Ribamar Heluy (filho do juiz de direito José Ribamar Heluy e da então promotora de Justiça Helena Barros Heluy, atualmente deputada estadual), Gervásio Santos e Lúcio Santos (filhos do deputado Estadual Carlos Santos), Carlos

engajamento nas campanhas pelas “Diretas Já” (1984) e do Colégio Eleitoral (1985). Nesse momento, era “área de influência” do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

A adolescência é narrada por um processo crescente de afirmação política, como a primeira “intervenção pública” aos 14 anos de idade, a partir da qual “se tornou uma referência política no colégio”.

O ingresso no curso de Direito da UFMA é referido como uma decisão precoce em função da “influência familiar”<sup>35</sup>. Militou no movimento estudantil, ligando-se ao Partido dos Trabalhadores, mais tarde integrando-se à Articulação, “tendência” considerada moderada no PT. Exerceu o cargo de Secretário-geral e de Coordenador do Diretório Central dos Estudantes, em 1988. Coordenou a campanha à presidência da República de Lula, em São Luís, em 1989, sendo vice-presidente do Diretório Municipal do PT,

Trata-se de um agente cuja família detém projeção no espaço jurídico local, com um avô desembargador, o pai advogado e político e o irmão professor universitário de Direito. É possível depreender que o mesmo dispunha de um *capital social* acumulado pela família, que facilitava reconversões em sua trajetória.

Se não se pode atribuir a Flávio Dino uma deliberada posição de herdeiro do capital político familiar, pode-se perceber uma trama que permite que esse capital seja transmitido e se reatualize.

Narrando suas origens familiares Flávio Dino reivindica a condição de “classe média”, cuja preocupação dos avós e pais era a educação dos filhos<sup>36</sup>. Inicia contando fatos da vida de seu avô Nicolau Dino, do qual ressalta:

Macieira e Mario Macieira (filhos de Simone Macieira e Roberto Macieira, a primeira ex-vereadora de São Luís, e o segundo ex-secretário de Indústria no Governo João Castelo, ex-prefeito de São Luís (1981-1983) e irmão de Marly Macieira Sarney, casada com o político de projeção nacional José Sarney).

<sup>35</sup> Em discurso pronunciado na condição de presidente da AJUFE e em homenagem ao renomado jurista Evandro Lins e Silva, Flávio Dino assim indica sua “opção” pela advocacia: “[...] finalizo com o mesmo tom confessional com que iniciei, em final dos anos 70 assisti trechos do julgamento de Cabo Frio. E naquele mesmo dia aprendi o que era um cisne, o que era o canto de cisne e decidi que queria ser advogado, por inspiração da minha família. Naquela ocasião, ao finalizar, meu pai me perguntou o que eu seria quando crescesse. E eu disse que queria ser advogado, entusiasmado com as lições de Evandro Lins e Silva e Evaristo de Moraes”.(COSTA, 2002, p.584).

<sup>36</sup> Bourdieu (2001b) analisa a relação entre a aquisição do *habitus primário* e a transformação deste em uma disposição específica exigida por um campo. Afasta a hipótese de que essa transformação se dá por um processo mecânico de inculcação para demonstrar como esse trabalho é socialmente organizado, iniciando no grupo familiar, sobretudo quando este se define por um investimento em uma instituição escolar. “os novatos trazem consigo disposições previamente constituídas no interior do grupo familiar socialmente situado [...] Somente por meio de toda uma série de transações insensíveis, de compromissos semiconscientes e operações psicológicas [...] socialmente encorajadas, sustentadas, canalizadas, até organizadas, tais disposições se transformam aos poucos em disposições específicas, ao cabo de todos os ajustamentos infinitesimais necessários para “estar à altura” ou, ao contrário, “para desistir” [...] Nesse processo de transmutação, os ritos de instituição, em especial aqueles arranjados pela instituição escolar, como as provas iniciatórias de preparação e seleção, idênticas em sua lógica e seus efeitos às das sociedades arcaicas, desempenham um papel determinante ao favorecer um investimento inicial no jogo” (BOURDIEU, 2001 a, p. 199-200)

FD - Pessoa sempre muito estudiosa, com essa tradição de estudo. Eu lembro, quando eu era criança, ele tinha muitos livros. Essa é uma imagem que marca muito. Lia muito Rui Barbosa. Ele produzia teses também, artigos, textos, enfim, defendia teses jurídicas inovadoras. Ele foi pr'os Estados Unidos naquele tempo de navio, 1940, defender um ponto de vista acerca da legalidade da inseminação artificial. Foi um estudo de vanguarda naquele momento. Eu tenho inclusive esse estudo.

E - Havia também uma tese sobre condomínio...

FD - É, ele tinha umas teses inovadoras. Ele inclusive chegou a publicar uma vez um pequeno livreto chamado “Meus votos vencidos”.

E - Eu já vi na biblioteca. É um opúsculo...

FD - Exato. Então é essa imagem, era um juiz, um magistrado de carreira, que tinha posições inovadoras e certamente deve ter influenciado meu pai. Eu imagino que sim. Minha avó era uma sertaneja, uma mulher do lar, como tradicionalmente, a vida toda dedicada ao marido e aos filhos. Uma mulher que ele conheceu em Grajaú, de uma tradicional família grajauense, a família Barros. Até hoje uma família importante socialmente, né. Com muitos ramos.

Meu pai, desde cedo, meu pai estudou no Ateneu, no Colégio São Luís. Desde cedo se envolveu em política, grêmio, essas coisas, nos efervescentes anos 50, né. Depois foi eleito vereador de São Luís aos 22 anos de idade, 1954. Foi vereador de São Luís, a partir daí nunca parou, foi candidato a deputado, se elegeu deputado estadual, foi cassado quando do regime militar, foi preso, perdeu o mandato, enfim, teve essa longa trajetória de parlamentar, de mandatos, candidaturas por quase 50 anos.

Do lado da minha mãe, um imigrante português. Como a maioria dos imigrantes portugueses, comerciante. Um pequeno comerciante. Tinha um comércio de charutos, cigarros, tabaco. Acabou falecendo muito jovem. Minha própria mãe não o conheceu direito. Quando ele morreu, ela tinha 4, 5 anos de idade. E a minha avó materna, professora do município, e com essa remuneração dessa atividade, educou três filhas.

E - Aqui em São Luís?

FD - Aqui em São Luís. Meu pai e minha mãe casaram aqui em São Luís. Eu nasci em São Luís. Eu tenho essa origem remota. É basicamente isso. E eu te diria que eu sou um filho da classe média, da classe média em sentido ampliado; não da nobreza, né. Das famílias mais nobres do Maranhão, mas filho que a origem remota seria sempre a pequena burguesia, né. Porque os juizes tradicionalmente não tinham a remuneração que tinham hoje. A remuneração hoje é muito maior que há quarenta anos atrás. Tanto que o padrão de vida do meu avô era um padrão de vida modesto. Nós morávamos na Rua de Santana, do lado da Lusitana ali, no 384, e, em baixo, morava meu avô e minha avó. E nós morávamos em cima, quase um apartamento, tinha dois quartos. Uma vida de... classe média, padrão normal de classe média, nada de extraordinário. Bons colégios, meu pai tinha um carro, um fusca. Foi assim que nós, a origem social é essa, um filho da classe média, um filho da pequena burguesia. (FLÁVIO DINO, 2006, 22/11/06)

Socializado nos “gostos” da “classe média”, foi no espaço de casa, quando criança, que Flávio Dino foi iniciado na política, na literatura, nos debates nos quais se envolviam seu pai e seu avô. Porém, a empresa familiar de oferecer “bons colégios” aos filhos não se confunde com a oferta de possibilidades. (BOURDIEU, 2001b).

Esse processo, porém, não se dá na forma de um cálculo racional, nem no momento do investimento familiar na instituição escolar, nem durante a incorporação das disposições específicas nos filhos. É ao fazer passar por desinteressado (e mesmo perceber como desinteressado) esse investimento familiar no processo organizado de incorporação que as tomadas de posição dos filhos em relação aos seus “projetos pessoais” são tidas como a descoberta e o desenvolvimento de uma “vocação”.

Ao reativar sua memória familiar, Flávio Dino destaca atributos de seus ascendentes que dotam o grupo familiar de uma autoridade social nas relações locais, sobretudo nas relações com o poder, contada na forma de um ganho gerado pela vocação e pelos méritos individuais de seus membros.

A “herança política” familiar é transmitida pela conversão dessa memória de um longo aprendizado normativo com os ascendentes, em recurso dos descendentes, para justificar como escolha aquilo que é uma responsabilidade de reproduzir a “excelência” de seus antecessores (BRIQUET, 1992).

Sálvio Dino Junior e Flávio Dino têm interpretações diferentes para as suas entradas no espaço jurídico. Sálvio Dino Júnior assim explica:

SDJ- Eu tive na verdade 3 opções. No segundo ano foi que eu parei pra pensar sobre que carreira eu iria seguir. Quatro opções na verdade, muito próximas: História, Filosofia, Direito e Jornalismo. Essas quatro áreas especificamente. E eu sempre tive algo que eu identifiquei comigo como atributo meu: eu sempre gostei de pesquisar. Eu me auto-atribuo essa qualificação de ser um pesquisador, eu gosto de pesquisar. Embora admita que falta, e sempre tem, sempre faltou e falta um aperfeiçoamento acadêmico pra isso, no que eu ainda não me debrucei. Mas acho que tenho essa característica de ser um pesquisador, de ir a fundo nas questões, de levantar aspectos não ventilados ainda, é algo que me dá muito prazer desde pequeno, ainda adolescente. Então tinha muito claro estas quatro opções, e Direito não era a minha primeira opção. Direito, devo confessar, naturalmente decorria muito da influência familiar, o que não é ruim, enfim, eu não tenho porque negar isso. Minha família toda é uma família de juristas. Começou pelo meu avô, que foi desembargador, juiz aqui no Maranhão. Papai foi advogado durante muitos anos, a despeito da vida política. Minha mãe se formou em Direito também, em 82, embora não tenha exercido a profissão, mas cursou a faculdade de Direito e meus outros irmãos, naturalmente, que já, é, profissionais do Direito. Então, a ambiência toda, aquela coisa de você tá no almoço de domingo em casa, todo mundo discutindo os processos judiciais, a questão de fulano, de beltrano e de sicrano, isso acaba criando uma ambiência que é, extremamente, é, interessante, não há algo que seja, que deva ser renegado. E os livros né. As leituras que havia à disposição. Então, isso permite que, naturalmente, você se case com a ambiência. Mas numa época de escola, por conta de minha militância no movimento estudantil secundarista, eu acabava tendendo muito pra Filosofia e História. História era uma disciplina de colégio que eu amava, adorava, estudava bastante, perdia tardes e tardes, semanas de férias estudando História. História da Revolução Francesa, História do Brasil, enfim, era algo que me dava muito prazer e me dá ainda hoje, sempre que eu posso. Então, essa era minha primeira opção. Meu primeiro vestibular foi pra Filosofia, no segundo ano científico ainda, passei. Meu segundo vestibular eu passei pra História e, mas não resolvi cursar. Só então é que eu passei pra Direito, e a minha opção por Direito foi

uma opção a partir da leitura de um livro que eu destacaria como sendo um divisor de águas, chama-se “O que é Direito”, de Roberto Lyra Filho, foi um divisor de águas. Aquele livro quando eu li eu comecei a compreender melhor o qual, o quanto era importante o papel do jurista na transformação da sociedade, do engajamento necessário dos operadores do Direito que não havia que falar de (inaudível) com a realização da justiça material, com a realização da justiça social, foi um momento muito interessante. Então, aí eu parei e disse, realmente. Então eu comecei a associar essa leitura com toda essa ambiência que eu te falei, que acaba influenciando também, influenciando, positivamente. Então, eu optei por cursar, fazer o curso de direito. (Entrevista com Sálvio Dino Júnior em 16/10/2006)

Flávio Dino, operando com um fundamento “político” de suas “escolhas”, enumera os motivos da decisão por seguir carreira jurídica:

A influência familiar, certamente. Uma admiração por algumas pessoas que, era um momento em que os advogados tinham muito, muito charme social, né. Os advogados do povo, os advogados do movimento pela moradia, né. Foi muito forte ali nos anos 80, aquelas ocupações, aí tinha despejo e sempre tinha um advogado por lá. Então, havia uma admiração pela Helena, Doutor Heluy era juiz mas fazia um pouco esse papel, o Amílcar Gonçalves Rocha que, naquele momento advogava, o Josemar Pinheiro, também o Doroteu Ribeiro que era presidente da OAB naquele momento, mas tinha. Eu lembro bem do dia da votação das Diretas, a OAB estava lá. Então, havia um respeito ao lugar do advogado, né. Um lugar de autoridade e sempre uma referência para o movimento.

E a influência familiar, lógico. Depois opções, assim, até 1985, foi o ano que fiz o vestibular, eu tinha dúvida entre fazer Direito ou Economia. Eu sempre gostei muito de Economia até hoje, eu leio muito, não literatura especializada porque me falta talento pra isso, mas eu leio muito sobre economia, tenho algum conhecimento, assim, o básico, e sempre me interessei muito pelas questões econômicas, talvez influenciado pelo tal História da Riqueza do Homem, e pela visão marxista... (Entrevista com Flávio Dino em 22/11/06)

As interpretações dos irmãos se diferem pelo peso que conferem ao fato de pertencerem a uma “família de juristas”, mas têm pontos em comum: embora admitindo a influência da família e historiando momentos de dúvida, de “gosto” dividido entre várias carreiras, o Direito aparece como opção e não como imposição. Ambos procuram num engajamento pessoal a causas maiores que extrapolam o espaço da casa, os fundamentos de uma escolha que foi lapidada desde a infância, ditada pelos códigos das relações possibilitadas na família e pela família.

Para continuarem sendo “uma família de juristas”, critério de consagração da família, é preciso que essa relação de transmissão do capital herdado se efetue de forma invisível, “natural”, produzindo o efeito da naturalização da notoriedade. Uma das estratégias acionadas pelos implicados nessa sucessão é a negação das propriedades transferíveis dos ascendentes aos descendentes, movimento que a um só tempo glorifica e supera a imagem do ascendente para afirmação do sucessor e manutenção da posição da família no espaço social.

Em relação ao “gosto” político, tem-se o mesmo esquema explicativo.

FD - A primeira vez que eu ouvi falar em eleição foi em 1974. Exatamente quando meu pai foi candidato e o registro dele foi indeferido, em 74, pelo TRE do Maranhão, sob a alegação de que ele era comunista e não poderia ser candidato. Ainda não havia anistia, ele apenas havia cumprido os 10 anos. Em 64 houve a suspensão dos direitos políticos por 10 anos, ele cumpriu, se candidatou.

E aí ele foi ao TSE e conseguiu ganhar no TSE. E ganhou. Com uma comemoração dele, familiar, pelo fato dele ter conseguido ser candidato. Foi a primeira vez que ouvi falar a palavra candidato. Eu tinha 6 anos de idade. Depois, na campanha, eu lembro bem de um compacto, né, com a música de campanha, cartaz. Foi meu primeiro contato. Eu não cheguei a participar e nunca participei de uma atividade de campanha de meu pai, nunca.

E - Nem nas [campanhas] posteriores?

Nem nas posteriores. Ele nunca envolveu muito assim, ele nunca envolveu muito os filhos. Ele sempre fazia campanha no interior basicamente. São Luís, depois, ele foi progressivamente se afastando de São Luís. Naquele momento, o acesso ao interior sempre muito difícil, estradas ruins e tudo e nós tínhamos nosso compromisso: era estudar. Então, a gente nunca participou diretamente, era lógico, participa no limite ali do acompanhamento, né. A apuração era acompanhada pelo radinho de pilha, né. Aquelas apurações que demoravam uma semana, duas semanas, ficava aquele suspense, ouvindo os boletins dos vários municípios. Esse é o meu primeiro contato com a política.

Nos anos seguintes, do mesmo modo. Uma infância normal. Quando veio a greve de 79, greve da meia-passagem, eu morava na Rua de Santana, no segundo andar, como eu disse. Então, aquilo ali era uma espécie... a greve se desenrolou sob meus olhos, eu com 11 anos. Os principais eventos aconteciam ali porque era o eixo que ligava a praça Deodoro à João Lisboa, Rua de Santana, Rua Grande, Rua da Paz. Então, a primeira imagem que eu tive, para além da política tradicional, de eleições, candidaturas etc. A visão foi exatamente aquele enfrentamento. E a partir daí, eu tinha 11 anos, nunca parei de acompanhar a política, neste sentido, acompanhar, influenciado muito pela ambiência e boas leituras, né, boas leituras. (FLÁVIO DINO, 2006, 22/11/2006)

Os “projetos” de pai e filho aparecem como projetos autônomos, que se comunicam pela “ambiência”, mas se desenvolvem pela vocação e capacidade individual de ação dos agentes nos espaços sociais. Assim, tanto o pai, que nunca envolvia os filhos, como o filho, que nunca acompanhou o pai, podem mobilizar livremente os recursos do capital político familiar, adotando os mesmos códigos de identidade social para pôr em forma as relações adequadas aos espaços sociais frequentados pelo grupo familiar, sem oficializar a sucessão operada, nem as avaliações quanto à superação ou declínio da empresa política comum (BRIQUET, 1992). O declínio político do pai, consequência do bloqueio do espaço dominante pela cassação da candidatura, impondo-lhe uma *posição* no campo político, levou o agente a reverter o capital de relações sociais e reputação local em carreiras profissionais e políticas referidas a uma posição de esquerda.

O pai aparece como uma referência mítica tanto em relação à adesão à profissão, como um “homem de esquerda” situado pelo filho ao lado de “figuras de esquerda” da “região”, da qual ele se situa como um herdeiro:

Então, eu já tinha uma idéia, em razão da soma, da compreensão do que era política, Anistia. O fato de meu pai ter sido preso, cassado, a greve da meia-passagem, as leituras, e aí veio o convite para o engajamento. ”( Flávio Dino, entrevista em 22/11/2006).

O agente explica a entrada na política por meio de duas esferas: uma externa, que eram os partidos de esquerda e a militância estudantil; e outra, referida como “inserção política das nossas famílias”(Flávio Dino, entrevista em 22/11/2006).

O pai também se inscreve em uma *linhagem mitológica* (HASTINGS, 1992)<sup>37</sup> da esquerda com a qual o agente diz identificar-se:

Então, eu não me identifico muito com esse discurso da Atenas Maranhense, eu me identifico mais com a Balaiada, que eu acho um movimento interessante, com a greve de 51, com a força que o pensamento de esquerda sempre teve aqui no Maranhão a partir dos anos 40, dos anos 50, um pouco antes talvez, Reis Perdigão, Maria Aragão, depois Neiva Moreira, meu próprio pai, evidentemente, Bandeira Tribuzi [...]. É essa filiação que eu reivindico, intelectual que intervém na política sobre a ótica da esquerda. ( Entrevista com Flávio Dino em 22/11/2006).

A “herança política” de esquerda, da qual o agente é portador, forjada na “luta” e na capacidade de pensar criticamente a realidade, contrapõe-se a outra tradição, a da “Atenas Maranhense”. Aspecto atualizado no período eleitoral:

Anteontem, outra cabeça idêntica se filiou ao PC do B, o advogado Flávio Dino, que trilhou caminhos diferentes de Vidigal, no entanto com mesma visão de mundo. Dino é neto de desembargador e filho de deputado estadual. Seu pai, Sálvio Dino, notabilizou-se ainda muito jovem pela independência quando pelejava pela justiça social. Cassado seus direitos políticos em 64 pela Ditadura (64 a 85), por subversão, Sálvio Dino conheceu dias cinzentos. Surgiu daí a vocação de Flávio para a política. (Jornal Pequeno, 28/03/2006)

Bourdieu (2001c) afirma que quando se tem um antecessor que teve sua trajetória bloqueada, a sucessão importa em certa superação do antecessor pelo descendente. Aqui residem as contradições da herança. Ao evocar as lembranças das campanhas políticas do pai e as vitórias eleitorais deste, Flávio Dino aliena-se ao “projeto” heróico daquele. Mas, ao negar que este tenha lhe despertado o interesse pela política, uma vez que é ao observar uma

<sup>37</sup> Sobre a criação de linhagens mitológicas de esquerda como artefato Hastings (1992) identificou a formação de uma “linhagem comunista”, sobretudo baseada na construção de memórias dos ancestrais, em que se sobressaem os relatos de protestos, revoltas.

manifestação de “política ampla” em relação à “política tradicional” praticada pelo pai que ele deseja aquilo para si também. Flávio Dino passa a se auto-referenciar, afastando o “projeto” do pai, mas buscando ser reconhecido como herdeiro, realizador potencial da empresa familiar.

Sálvio Dino Júnior explica, em parte, a sua nomeação para o cargo de Secretário Estadual de Direitos Humanos pela importância do capital simbólico da família:

[...] o Governo Zé Reinaldo estava num momento extremamente difícil diante da sociedade e eu te diria que houve a confluência aí de três fatores desse convite ter surgido pra mim nesse momento. [...] O primeiro aspecto, a minha história de vida de luta ao lado dos movimentos sociais; o segundo aspecto, ser filiado a um partido político, o Partido dos Trabalhadores, mais especificamente; o terceiro, mais uma vez a questão familiar, vamos dizer assim, o respaldo, a respeitabilidade moral, a credibilidade moral, que, graças a Deus, a minha família construiu ao longo dos anos, que é exatamente a maior herança, o maior legado que eu recebo e tenho a responsabilidade de transmitir pr'os meus filhos, que é algo construído ao longo de décadas, isso certamente, e eu falo isso sem vaidade. (SÁLVIO DINO JÚNIOR, Entrevista em 16/10/2006)

A imagem da família como portadora de certos atributos – “respeitabilidade moral”<sup>38</sup>, “respaldo” é o que garante o acesso ao posto político. A herança familiar é vivida como credibilidade, respeitabilidade, como trunfo político, mas também patrimônio que o agente se compromete a reproduzir<sup>39</sup>.

A escolha política do agente é vivida como um trunfo pessoal, mas cujo lastro se finca na família, detentora de “respeitabilidade”, de excelência moral, critério distintivo no interior da *comunidade moral* (BAILEY, 1971).

Interessante notar que na presente “memória familiar” narrada, quanto mais distanciamento imposto entre os “projetos” geracionais, mais lucro simbólico se auferia com a herança. Se para Flávio Dino seu mérito maior está em desenvolver uma vocação a partir de elementos externos à família, Sálvio Dino Junior, ao contrário do irmão, atribui à esfera privada sua iniciação política e, não por coincidência, posiciona-se como sucessor do irmão em relação ao capital político herdado da família.

<sup>38</sup> Para Briquet, “Se o valor de um patrimônio político familiar é avaliado globalmente sob a forma de prestígio coletivo, ele depende também daqueles recursos que dispõem cada membro pertencente” (BRIQUET, 1992, p.162). Essa passagem acima se aproxima das narrativas identificadas por Grill (2003), que “procuram enfatizar a reputação ‘familiar’ e dos ‘homens políticos’ a ela pertencentes, associando história a currículos políticos, a demonstrações de condutas morais e a realizações pessoais. Situam as ‘imagens’ dos grupos familiares de acordo com identidades que acreditam ser a eles atribuídas”. (GRILL, 2003, p.96).

<sup>39</sup> Como sugere Briquet, se o capital político familiar gera lucros e benefícios em nome dessa origem familiar, tem como contrapartida “um conjunto de deveres que lhe são imputados pela posição” (BRIQUET, 1992, p.159).

Meu contato com política, ele, na verdade iniciou dentro de casa. Na esfera privada, de casa, eu tive contato com a esfera pública, é relativamente esperado, considerando que num bolo de uma família de políticos etc. A influência de papai acabou sendo muito forte, né. [...] Então, os meus contatos iniciais foram todos no sentido de acompanhamento das eleições de papai a deputado estadual. Papai, ele foi cassado em 64, no primeiro mandato de deputado dele, estadual, e só reconquistou os direitos políticos dele dez anos depois, quando ele teve a oportunidade de se candidatar e se elegeu deputado estadual e a posse dele foi exatamente no dia do meu nascimento, 1º de fevereiro de 1965. O dia que eu nascia ele retomava a carreira política, assumindo na Assembléia Legislativa. Então, minha infância toda foi um pouco acompanhando essa participação, esse retorno da vida pública dele. Eu, é, vamos dizer assim, quando me inteirei por, mais claramente, eu já tinha 12 anos de idade e já estava começando a me interessar pela política do grêmio estudantil.

[...]

Foi um primeiro contato e, naturalmente, isso foi instigando que você fosse buscando leituras, fosse conhecendo novas pessoas, conversando com mais gente. De modo que eu te diria que na eleição de 89, na primeira eleição de Lula, eu já tava participando, eu era presidente do grêmio do Dom Bosco na ocasião, tava na 8ª série e já tava participando da campanha do voto pelos 16 anos. Foi o primeiro pleito pós-regime de 88. O voto era facultativo, foi uma campanha pra que o jovem de 16 anos tirasse o título de eleitor, participasse e depois fui me engajando na própria campanha do Lula. Foi um primeiro momento histórico de minha vida pessoal, mais ou menos, que eu poderia te dizer de uma participação mais efetiva no próprio movimento estudantil. É, isso se deu pela interferência, não diria interferência, mas pela orientação muito forte de duas pessoas: o Márcio Tadeu, pelo fato de tá no Dom Bosco, e Flávio, pelo fato de tá no auge do movimento estudantil da Universidade Federal do Maranhão. São duas pessoas com quem eu conversei, dialoguei muito, nessa fase da adolescência, que me orientaram leituras também, que contribuíram pr'um entendimento melhor do mundo, das coisas, do nosso papel nesse mundo e de um engajamento por uma questão que fosse além das questões meramente privadas. (Entrevista com Sálvio Dino Júnior em 16/10/2006)

Muito embora também marque sua história com datas e fatos bem determinados que dão conta de uma “tomada de consciência” na sua relação com “a política”, Sálvio Dino Junior coloca-se como um aprendiz natural do pai e do irmão, diminuindo a essência vocacional de suas práticas políticas. A constante evocação de uma “ambiência”, de “leituras disponíveis”<sup>40</sup> e indicadas pelos mais velhos aos mais novos – a lembrança do avô que lia Rui

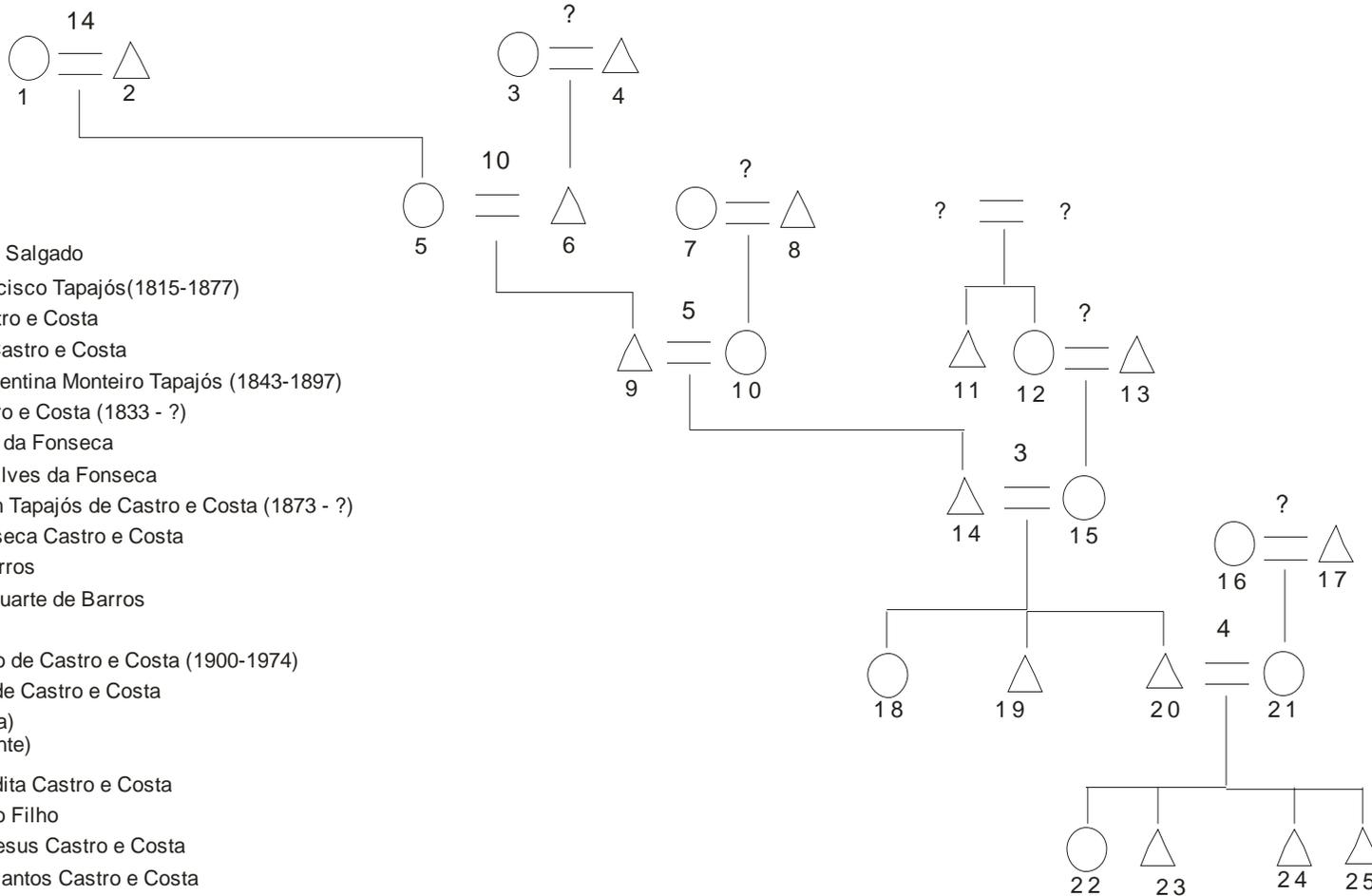
---

<sup>40</sup> Trecho de entrevista: “Minha casa sempre teve muitos livros, desde meu avô, como referi, meu pai também, meu pai até hoje lê todos os dias, como eu leio todos os dias, como eu me esforço para meus filhos ler, ele sempre leu todos os dias. Nós acordávamos, ele tava sentado na mesa lendo, ou escrevendo, ou alguma coisa. Então, evidentemente, isso influencia e ele tinha uma frase muito emblemática – “Meu filho, leia os clássicos”. [...] Eu apenas não consegui ler os Sermões, do Padre Antônio Vieira, que ele gostaria que eu lesse, mas... ele dizia “leia os clássicos”, mas era muito isso, “leia os clássicos”. Ele procurava dizer o tempo todo, ao modo dele, né: “Façam política, mas não deixem de estudar, façam política mas não seja político profissional, tenha a sua própria formação”. Talvez, por ele, em razão da experiência, saber o tanto que a política é absorvente, né. Tanto que ela acaba tragando todas as dimensões da vida. Então ele sempre fazia o contraponto, talvez ao modo dele, hoje eu compreendo isso, ou vejo assim, um contraponto à força atrativa que a militância tinha, né. Sobretudo pelo encanto, o encantamento, você descobrir o mundo, o Brasil, um momento novo... [...] Um grupo do qual eu conhecia o Lucio Santos, que hoje é médico em São Paulo, filho do então deputado Gervásio Santos. Ele participava de um grupo. E como tinha afinidade paterna, meu pai amigo do pai dele, e de algum modo eles se freqüentavam. Eram mais ou menos da mesma geração. Aí Lúcio me convidou para participar. Óbvio que naquele momento eu já tinha consciência, uma percepção do que era política, tinha algumas leituras. Eu tinha lido o primeiro livro que me marcou, que agora meu filho leu. Foi “Os Carbonários”, do Alfredo Sirkis...” (Entrevista com Flávio Dino em 22/11/2006)

Barbosa, a indicação do pai para a leitura dos clássicos, a apresentação da literatura “crítica” no Direito, primeiro de Nicolau Dino Neto ao irmão Flávio Dino, depois deste ao irmão mais novo Sálvio Dino, o incentivo de Nicolau Dino Neto para que se inscrevesse no concurso para juiz federal, o fato de ter lido “Os Carbonários” na exata idade em que seu filho o está lendo agora – são indicadores do investimento primário da família no processo de escolhas de seus membros.

---

# Ilustração 1 – Genealogia de Flávio Dino Castro e Costa



1. Rosa Marinho Salgado
2. Coronel Francisco Tapajós(1815-1877)
3. Luiza de Castro e Costa
4. João Pedro Castro e Costa
5. Heloisa Clementina Monteiro Tapajós (1843-1897)
6. Nicolau Castro e Costa (1833 - ?)
7. Anna Pereira da Fonseca
8. Boaventura Alves da Fonseca
9. José Joaquim Tapajós de Castro e Costa (1873 - ?)
10. Rachel Fonseca Castro e Costa
11. Salomão Barros
12. Margarida Duarte de Barros
13. José Silva
14. Nicolau Dino de Castro e Costa (1900-1974)
15. Maria José de Castro e Costa
16. ? ( Professora)
17. ? (Comerciante)
18. Maria Benedita Castro e Costa
19. Nicolau Dino Filho
20. Salvio De Jesus Castro e Costa
21. Rita Maria Santos Castro e Costa
22. Témis Castro e Costa
23. Nicolau Dino Neto Castro e Costa
23. Flávio Dino Castro e Costa
23. Sálvio Dino Júnior Castro e Costa

### 2.3 Trajetória de um herdeiro

Ao narrar hoje sua trajetória, num contexto em que acabara de se eleger a deputado federal, Flávio Dino agrega como fator de coerência a atribuição de suas escolhas a uma consciência política que possuía do mundo.

Em 1990, Flávio Dino defendeu monografia de conclusão de curso intitulada “O direito de greve no Brasil: evolução e limitações atuais ao seu exercício”. Em 1991, ingressou na advocacia trabalhista, assessorando sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), a partir dos contatos que mantinha com o movimento sindical, em virtude de sua militância. Trata-se de uma reconversão. O militante, agora advogado, herda uma *rede de relações* que lhe possibilita assessorar essas entidades.

A advocacia para sindicatos ligados a centrais sindicais relaciona-se à militância e ao engajamento político, mas também remete a um tipo de engajamento profissional da época, para as estreitas relações que esses advogados mantinham com partidos de esquerda e entidades sindicais como a CUT.

Um advogado que seguiu esse padrão indica o contexto:

Eu tenho a impressão, porque Cintra era advogado sindical, Amílcar era advogado sindical, Dutra era advogado sindical, mais de sindicato de trabalhadores rurais, mas era advogado sindical, eu tenho a impressão de que ele [Flávio Dino], Dimas, que era do Escritório de Dutra, esse pessoal todo, ou tava na Sociedade Maranhense de Direitos Humanos ou na advocacia sindical. Então, eu acho que ele [Flávio Dino] percebeu que era mais ou menos o caminho natural de quem se formava em direito nessa perspectiva mais crítica: ou fazer concurso público ou ia advogar no movimento social e popular. (Entrevista concedida por Mário de Andrade Macieira em 04/082006).

No caso de Flávio Dino, esse padrão se combinava com a atuação na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), quando foi secretário da Comissão de Direitos Humanos da OAB Maranhão, além de advogado eleitoral do Partido dos Trabalhadores.

Flávio Dino articulou um engajamento referido à “militância de esquerda” no movimento estudantil e nas opções político-partidárias com o capital de relações sociais, fruto da condição de membro de uma família tradicional no direito<sup>41</sup>. Não por acaso seu livro “O direito de greve no Brasil”(1991) foi apresentado por José Carlos Sousa e Silva, tradicional

---

<sup>41</sup> A notoriedade familiar no espaço jurídico é assim referida pelo agente “[...] tinha convite inclusive de outros escritórios, exatamente por ser uma família nesse momento já consolidada no meio, quer dizer, meu avô tinha sido desembargador, meu pai, embora político, mas da área, meu irmão Nicolau já naquele momento juiz, então, juiz do trabalho, então tinha uma, logo em seguida Procurador da República, era professor da Universidade, então tinha um nome”(Entrevista com Flávio Dino em 22/11/2006)

advogado de São Luís, amigo de seu pai, Sálvio Dino e notabilizado por advogar para a Família Sarney, e José Antônio Almeida, à época presidente da OAB, quadro histórico do PSB, amigo do irmão Nicolau Dino.

Na posse de Flávio Dino na Academia Maranhense de Letras Jurídicas (AMLJ), José Carlos Sousa e Silva tomou novamente o lugar de “apresentador” daquele e, assim, se refere a ele em seu discurso de boas-vindas:

Hoje é, sem dúvida, um dia muito especial para a Academia Maranhense de Letras Jurídicas, pois, ao receber o Dr. Flávio Dino de Castro e Costa para tomar posse na cadeira de n.º 40, cujo Patrono é seu avô Nicolau Dino de Castro e Costa, cumpre desse modo o seu dever, trazendo, para o seu quadro de acadêmicos um cultor do Direito de muita inteligência e cultura jurídica.

Inicialmente, quero refirir-me ao garoto Flávio Dino, que vi, pela primeira vez, no Colégio Marista, num fim de tarde, no encerramento do Congresso Marial, fazendo um belíssimo discurso de improviso. Naquele momento, dizia eu: Meu Deus! São Luís continua sendo a Atenas Brasileira. Está aí, nesse jovem, a continuação do que fizeram gerações e gerações de maranhenses inteligentes e estudiosos, elevando a nossa terra e a nossa gente ao cenário nacional e até internacional. Perguntei às minhas filhas, que estavam ao meu lado: Quem é esse jovem? Minha filha Anamaria respondeu-me: É Flávio Dino, filho de um colega seu.

[...] Não sou mais o seu professor, Dr. Flávio Dino, pois não tenho nada a ensinar-lhe. Tenho, sim, a aprender com seu convívio, ao seu lado, nesta Academia, que a partir de hoje terá em Vossa Excelência um colaborador de elevado nível moral e de saber jurídico. (SILVA, 2003, p.107 e p.110)(sic)

Tem-se aqui uma situação em que o “mérito” é construído, não a partir de propriedades restritas a um campo profissional, mas potencializadas pelos códigos de um “aristocratismo ilustrado”<sup>42</sup> (CORADINI, 1998b, p.219). São os atributos sociais e culturais de Flávio Dino que são ressaltados a partir de uma rede de relações sociais e familiares, mas que operam o efeito de tornar-lhe notável como jurista.

Em 1993, Flávio Dino prestou concurso para uma vaga de professor de Direito Público na UFMA. O pouco investimento em trunfos acadêmicos fez com que sua inscrição

---

<sup>42</sup> Estudando a elite médica do Rio Grande do Sul, Odaci Coradini (1998b) descreve os padrões de recrutamento e seleção acionadas por esta e destaca que, “se por um lado, a ‘cultura geral’ se constitui num dos traços mais valorizados como traço de recrutamento e seleção, por outro lado, essa concepção de ‘cultura’ é extremamente particularista. Ou seja, apesar da dependência relativamente à França e outros centros ocidentais e das permanentes referências a essas fontes, como as trajetórias de seus componentes se desenrolaram através de uma sucessão de ‘redes’ de relações de reciprocidade, dentre as quais se destacam as de parentesco e ‘amizade instrumental’ (WOLF, 1980), por ‘cultura’ em geral é entendido a celebração erudita dos pares profissionais e seus estilos de vida (através de ‘memórias’, ‘elogios históricos’, etc.) ou mesmo dos próprios clãs ou de outras unidades sociais próximas, através da literatura, de ‘memórias’, nomeação de objeto, etc.” (CORADINI, 1998b, p. 221)

no certame fosse garantida graças a uma ação judicial movida por ele, pois Flávio Dino não atendia aos requisitos estabelecidos no edital<sup>43</sup>. Foi aprovado e nomeado em 1994.

Ainda em 1994, investiu na carreira jurídica de Estado, ingressando na magistratura federal, alcançando o 1º lugar em concurso nacional. Entre 1995 e 1997, exerceu a função de juiz federal junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), sendo também diretor do Fórum da Seção Judiciária do Maranhão.

Sobre o concurso, Flávio Dino atribui a seu irmão, Nicolau Dino, o incentivo para inscrever-se no certame. Se, de um lado, como já se notou anteriormente, há um investimento familiar expresso nessa escolha pela carreira de Estado, por outro o agente novamente procura posicionar-se como sujeito livre, não determinado pela sua rede de relações pessoais, mas exaltando valores dessa rede como norteadores de sua conduta, como a percepção sobre profissão e política.

E - E a saída da advocacia, quais foram as condições que possibilitaram a sua saída para a magistratura. Foi uma definição?

FD - Não foi uma definição, pelo contrário, eu nunca pensei em fazer outra coisa que não fosse advocacia e política. Era o que me encantava, me motivava, tanto que havia tido alguns concursos, promotor, juiz de direito, e eu nunca me escrevi em nenhum. Naquele momento já praticamente todos os meus amigos eram promotores, Ney Bello, Sérgio, Araújo, que hoje é Procurador da República, James, que hoje juiz do trabalho... Amílcar, não. Mas Amílcar resolveu fazer concurso muito determinado, obviamente, pelas condições pessoais dele. Ele já com idade mais avançada do que a minha, eu muito jovem, 23, 24 anos. Ele já deveria beirar os 40 anos, e tinha, tem três filhos. Eu acho que isso que o motivou muito a fazer concurso, mais determinações do momento da vida, mas não foi essa a influência. Então, meus amigos todos eram promotores, juizes etc. praticamente não tinha ninguém advogando. E aí eu... um dia Nicolau virou e disse “olha, vai ter concurso pra juiz federal”. E o concurso, naquele momento era quase um mito, ninguém passava, era muito difícil passar, já havia tido dois recentemente e não tinha passado ninguém do Maranhão... É, é um mito, né, hoje têm vários maranhenses, 20 maranhenses, na época tinham dois maranhenses, que era o Leomar e o Cândido. Então, me atraiu, sempre eu gosto de desafios [...] Foi um sábado, eu lembro que a gente tava vindo de um jogo de futebol, na segunda feira ele me ligou, eu tava no escritório, ele já era Procurador, disse “Flávio, a inscrição acaba hoje, vai”, eu disse “Não tenho a menor chance de passar nisso”, “Não, mas pra te testar é bom, pra tu olhar como é que é”. E eu acabei indo fazer o concurso. Me inscrevi, não tinha documentação, não tinha nada, aí complementei depois. Aí, fiz a primeira prova, tirei 5,6, a nota mínima era 5, mas nessa primeira prova já, vamos imaginar que fossem 1000 candidatos, sobraram 50, mais ou menos isso, ainda sobraram 100, vamos imaginar. Aí, pô, já passei na primeira, vamo vê como é a segunda. Aí a segunda foi uma prova, era uma dissertação naquele momento, e era uma dissertação que possibilitava uma abordagem política muito intensa porque o título era “A internacionalização do direito constitucional e a constitucionalização do

---

<sup>43</sup> O edital do concurso exigia como requisito mínimo para os candidatos especialização em Direito ou em Metodologia do Ensino Superior e também experiência mínima de 3 anos de docência. Os títulos que apresentou no item “formação universitária” foram monitoria, bolsista e cursos de extensão. No item produção científica aparece a publicação do livro “O direito de greve no Brasil” e do artigo “Da Inconstitucionalidade Parcial da Lei nº 8.429/92”.

direito internacional”. Então aquilo pra mim foi tudo que eu queria, se fosse uma de direito penal, provavelmente eu não teria passado. E aí eu abordei, já naquele momento, os fatos que levavam à mundialização ou a globalização, as repercussões jurídicas disso, as implicações que isso tinha no contexto da soberania, quer dizer, fiz uma boa abordagem, certamente uma boa abordagem, tirei uma nota alta, mais alta, fui melhorando na classificação. Aí fui me motivando, eu disse, vai dar, até, progressivamente vim melhorando meu desempenho, até que na última prova, na prova oral, eu tive um desempenho excelente. É...já havia me preparado bastante em relação à chamada dogmática jurídica, e aí eu consegui, na prova oral, eu tava em terceiro lugar, aí passei a ser o primeiro lugar no concurso em razão da prova oral. E aí foi assim. Aí eu me vi de novo clivado pela dúvida, assumo ou não assumo, porque naquele ano havia um movimento de eu ser candidato a deputado estadual, em 94, ou a federal. Alguns diziam pra eu ser candidato a deputado federal, no caso do Haroldo Sabóia, por exemplo, que já queria ser candidato a Senador e desejava ou que eu fosse estadual em dobradinha com ele, alguma coisa assim, ele já tava no PT. E de outras pessoas também, do próprio Marcio Jerry. Eu tinha um pouco de dúvida porque sempre a atração pela política partidária tava na história da minha vida, mas muito difícil. Eu entrei na justiça assim, eu vou ver como é isso aí, vou passar um tempo. Eu sempre tive essa idéia que eu não seria juiz a vida toda. Mas acabei logo em seguida...

E - Por conta da política?

FD - Por conta da política, por conta da política, por conta da força que eu sabia que a política exercia sobre mim. A política aberta, logo, como juiz você faz política também, como eu fiz, e podia fazer o resto da vida e me sentia bem assim. Mas você tem um limite da sua inserção institucional, de lugar que você ocupa no Estado, o lugar de onde você fala, então, obviamente, cria constrangimentos, constrangimento não no sentido pejorativo da palavra, cria limitações óbvias, que são necessárias na democracia. Então, eu sempre tive essa idéia de tempo, passar um tempo, consolidar, de algum modo, uma imagem profissional, aí volta a história da imagem paterna dizendo “leia os clássicos”, ou seja, não seja político profissional. E hoje, tanto que eu vejo minha participação política como muita serenidade, um mandato com serenidade, não é profissão, eu não quero me tornar um político profissional, tanto que eu quero continuar a dar aula, de ter algum tipo de participação, palestra, etc., eu não vou ser político profissional, ter um mandato como profissão. Então, naquele momento eu imaginava que ser juiz era importante nesse sentido, de consolidar uma imagem profissional, de uma pessoa preparada tecnicamente, intelectualmente, por isso também eu achava importante, além da função, obviamente, uma função relevante, você consegue fazer boas coisas. Depois veio o movimento associativo que completou, o que faltava eu supria essa carência da intervenção política mais aberta, eu supria...

Em 1998, foi eleito vice-presidente da Associação dos Juizes Federais (AJUFE)<sup>44</sup>, no momento em que associações de juristas de Estado começam a exercer um papel político mais efetivo e ampliam a legitimidade, instituindo-se na condição de porta-vozes do mundo jurídico<sup>45</sup>. No momento em que sobressai uma disputa sobre a definição do papel político do

<sup>44</sup> A AJUFE, fundada em 1970, representa os magistrados da justiça federal do Brasil. Esta, por sua vez, compreende dois graus de jurisdição, a justiça federal de 1º grau, com seções judiciárias em cada Estado, e a justiça federal de 2º grau, os Tribunais Regionais Federais.

<sup>45</sup> Sobre a mudança do perfil das associações de juristas de Estado, Engelman enuncia: “Esse processo permite a maior articulação de profissionais tradicionalmente desengajados de lutas políticas, como os magistrados, que constituem um espaço no interior do mundo jurídico para publicizar posições políticas [...] as associações passam a monopolizar a articulação destes em torno de diversas demandas, assim como, a opinião pública legítima das carreiras representadas”. (ENGELMAN, 2006, p.168).

magistrado, ao mesmo tempo podendo fazer a “política legítima” neste espaço (ENGELMAN, 2006, p.44).

A partir de 1999, Flávio Dino começou a atuar como juiz convocado no Tribunal Regional Federal (TRF) da 1º Região, em Brasília. Em 2000, foi eleito presidente da AJUFE, posição que lhe deu acesso a vários espaços institucionais no campo jurídico como o de membro do Conselho da Justiça Federal e secretário executivo da Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal (2000-2002).

Nesse momento, a AJUFE assumiu posições em temas e problemas para além da defesa da corporação, com a participação em redes e articulações institucionais em temas como direitos humanos. Integrou o Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, articulou campanha pela federalização da competência em crimes contra os direitos humanos, participou da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e do Conselho Deliberativo Federal do Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Ministério da Justiça.

No período em que esteve à frente da AJUFE, Flávio Dino ganhou atuou como porta-voz autorizado da instituição pôde opinar sobre os mais variados temas e performar discursos (BOURDIEU, 1998). A sua construção como perito no assunto compreende tanto o acúmulo de trunfo no terreno da produção intelectual como de articulador da reforma do Judiciário, a partir da condição de representante da AJUFE. Em 2002, assumiu a função de diretor de assuntos legislativos da entidade, tido como um dos principais negociadores da Reforma do Judiciário, intervindo como especialista em comissões do Congresso Nacional. A criação do Conselho Nacional de Justiça, tema de seu trabalho, esteve no centro do debate da chamada reforma do Poder Judiciário, no início dos anos 2000, opondo defensores, que reivindicavam um “controle social” sobre a atividade jurisdicional de juizes e tribunais, aos opositores, que consideravam tal proposta uma ingerência externa que ameaçava a independência do Poder Judiciário.

Flávio Dino participou desse debate, tomando posição e procurando encaminhar a forma correta de compreender a problemática. Essa *tomada de posição* ocorreu simultaneamente como dirigente da AJUFE e também no espaço acadêmico, já que a dissertação mestrado<sup>46</sup>, defendida em 2001, intitulou-se “Autogoverno e controle do Judiciário no Brasil: a proposta de criação do Conselho Nacional de Justiça”. O tema que escolheu em breve iria reverter em capital de notoriedade no espaço jurídico.

---

<sup>46</sup> O mestrado em Direito Público foi organizado por um convênio entre a UDF, faculdade particular de Brasília, e a Universidade Federal de Pernambuco. realizado entre 1999 e 2001

Em 2001, a dissertação foi publicada pela Editora Brasília Jurídica, sediada em Brasília. O livro tem “duas apresentações”, uma do então ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Nelson Jobim; e outra de Maria Tereza Sadek, cientista política de produção acadêmica consagrada no tema Judiciário<sup>47</sup>. Isso sugere uma tentativa de legitimação, simultaneamente, no espaço do jurídico, no espaço acadêmico e político, dadas as posições desses agentes.

O livro enfoca a “crise” do Judiciário brasileiro, voltando-se para o mapeamento das principais propostas de reforma do Judiciário até aquele momento, fechando com a defesa da criação do Conselho Nacional de Justiça. O investimento que fez neste último tema possibilitou a sua instituição como *perito* (BOURDIEU, 1989, p.49) no assunto.

Neste espaço, o agente empreendeu alianças verticais com integrantes do Poder Judiciário: primeiro com o juiz Tourinho Neto, então presidente da AJUFE, quando Flávio Dino iniciou sua militância nessa instituição; depois com Costa Leite, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e, por último, Nelson Jobim, presidente do STF.

A “competência jurídica”, aliada a uma “re-conhecida” capacidade de negociação e mediação, potencializou o estabelecimento de uma série de vínculos e a expansão de sua *rede de relações* políticas no interior do espaço judicial, particularmente com a chamada cúpula do Judiciário brasileiro. Nesse caso, é necessário destacar que a aliança estabelecida com o então presidente do STF, Nelson Jobim<sup>48</sup>, possibilitou-lhe ocupar cargos como o de coordenador da Comissão de Modernização do Judiciário (2004), criada pelo STF com a função de executar a reforma judiciária aprovada em 2004, cuidando da reforma constitucional, infraconstitucional e “reforma gerencial do poder Judiciário brasileiro”; coordenador do Gabinete Extraordinário de Assuntos Institucionais da Presidência do STF (2005). Pode-se compreender essa relação em termos de uma *aliança diádica vertical*<sup>49</sup>(LANDÉ, 1977), ao mesmo tempo um *capital social*, mobilizado pelo agente no campo jurídico e político.

A posição central que ocupou na negociação da reforma do Judiciário e do “Pacto por um Judiciário Democrático e Republicano”<sup>50</sup>, bem como os trunfos no espaço intelectual

---

<sup>47</sup> Sadek coordena estudo sobre o Poder Judiciário no Brasil, a partir de pesquisas realizadas no Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP), enfocando principalmente temas como “Reforma do Judiciário” e “Acesso à Justiça”. Para uma apreciação da produção do IDESP, ver Engelman (2006) e Koerner (2002).

<sup>48</sup> Nelson Jobim presidiu o STF entre maio de 2004 e abril de 2006.

<sup>49</sup> Segundo Landé, aliança diádica vertical é “uma aliança entre duas pessoas de status, poder ou recursos desiguais que acham útil ter como um aliado alguém superior ou inferior a si mesmo.” (LANDÉ, 1977, p.19).

<sup>50</sup> Pacto realizado em dezembro de 2004 celebrado entre os três poderes da República com o intuito de aprovar a Reforma do Judiciário.

obtido pela publicação de um livro sobre o tema e as alianças políticas no interior do espaço judicial, o colocaram na função de secretário-geral do recém-criado Conselho Nacional de Justiça<sup>51</sup>.

### 2.3.1 Produção intelectual: imbricações entre o direito ordinário e a política extraordinária.

No espaço jurídico Flávio Dino participou de instâncias como a comissão editorial da Revista “Direito e Política” do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP), sediado em São Paulo, é professor do Instituto Brasileiro de Direito Público, membro do Instituto “O Direito por um Planeta Verde”, do qual fazem parte o irmão Nicolao Dino e o amigo, juiz federal, Ney Bello de Barros Filho<sup>52</sup>. É membro do Conselho Consultivo da Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil (APRODAB)<sup>53</sup>.

A participação nessas instituições indica as alianças e os temas nos quais Flávio Dino investe no campo jurídico. Pela lista de artigos e trabalhos publicados, é possível identificar os mais diversos temas, Direito Ambiental, Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Penal, Direito Público, “Acesso à justiça”, “trabalho escravo”, crimes ambientais e “Direitos Humanos”.

Um dos *atos performativos* que produziram maior efeito simbólico foi a disputa do “perfil” de magistrado. Flávio Dino defende a alteração na “postura” desse profissional pela assimilação de um novo “código deontológico”, baseado na responsabilidade social do magistrado diante das circunstâncias sociais do País, defendendo um papel proeminente do Judiciário na implementação das chamadas políticas públicas<sup>54</sup>.

Um sistema judicial mais ativista e protagonista, e mesmo o uso político das carreiras de Estado como de juiz federal. Aqui a crítica se volta para os modelos e definições tradicionais da função jurisdicional, de magistratura. Os atributos deontológicos desse “novo”

---

<sup>51</sup> Criado pela Emenda Constitucional nº45/04, este órgão tem por função “o controle da atuação administrativa e financeira do Judiciário, competindo-lhe zelar pela observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência no âmbito da administração judiciária”(CNJ, 2005, p.7). Responsável pelo “controle ético-disciplinar dos membros do poder judiciário”, o CNJ teve atuação decisiva na “empresa moralizante” de combate ao chamado nepotismo no Judiciário, emitindo resolução que proíbe a prática do nepotismo.

<sup>52</sup> Ney Bello Barros Filho é contemporâneo de Flávio Dino na faculdade de Direito. Neto de Newton Bello, ex-governador do Estado do Maranhão, Ney Bello Filho também foi familiarizado desde cedo nos espaços de poder. Seu pai é o atual secretário de obras e infra-estrutura do governo Jackson Lago. É reconhecido como especialista na temática do Direito Ambiental.

<sup>53</sup> Seu irmão Nicolau Dino faz parte do conselho deliberativo desta instituição.

<sup>54</sup> Sobre essa posição ver o artigo “A Função Realizadora do Poder Judiciário e as Políticas Públicas no Brasil” (2005).

juiz se confundem com os seus próprios atributos, sendo mesmo uma descrição de sua atuação como jurista.

A produção intelectual de Flávio Dino imbrica-se com os postos e funções por ele assumidos. Isto é, os artigos e livros que produz vinculam-se aos problemas práticos com os quais se deparou:

E - Essa relação da produção intelectual com a intervenção política, como é que se dá?

FD - Sempre foi determinada a partir da intervenção política, que sempre foi o mais forte. Então, eu escrevo sobre trabalho escravo porque eu passei a atuar no Conselho Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. Sobre o CNJ por causa da minha atuação na reforma do Judiciário. Direito do trabalho, também, direito ambiental porque a temática do desenvolvimento sustentável é muito atraente, direito ambiental entra exatamente nessa intersecção. Talvez os interesses no mundo do direito sempre foram determinados politicamente, pela política, pela via da política. (Entrevista com Flávio Dino em 22/11/2006)

A produção do conhecimento se subordina ao reconhecimento de problemas oficiais, vinculando teoria e intervenção nas problemáticas estabelecidas. Flávio Dino reproduz a maneira tradicional pela qual se materializa a relação teoria-prática no espaço jurídico brasileiro<sup>55</sup>, pois sua produção intelectual é quase totalmente subordinada às problemáticas práticas, quer como agente investido de encaminhar lutas políticas da corporação que representa, quer como representante de comissões encarregadas de determinados problemas. Assim reproduz a lógica fortemente presente do campo jurídico brasileiro, marcada pela não-separação entre um pólo de “práticos” e um de “acadêmicos”.

Daniel Pécaut (1990), ao analisar as condições de constituição do intelectual como ator político, ressalta estratégias como a profissionalização, institucionalização e legitimidade científica que, imbricadas, vão estabelecer relações entre o campo intelectual e o campo político, por volta de 1970, no Brasil.

Por essas estratégias, garante-se uma hierarquização que coloca as “camadas cultas” em posição de liderança em relação às outras e uma diferenciação dentro do próprio meio intelectual, que vai concentrar discursos competentes na fala de algumas personalidades.

---

<sup>55</sup> Como nota Engelman (2006) a formação do campo jurídico brasileiro apresenta uma série de especificidades em relação à Europa e aos Estados Unidos. Uma delas é que nesses contextos há uma separação entre um pólo voltado para a interpretação puramente teórica da doutrina, sob o monopólio dos professores, e um pólo voltado para as questões da aplicação prática do direito, sendo este o caso da magistratura. No Brasil, “as disputas em torno da definição do direito legítimo de ser “aplicado” e as problemáticas consideradas “juridicamente legítimas” são definidas tradicionalmente no espaço do “mundo prático” da advocacia e das carreiras de Estado [...] Ao contrário do que ocorre na Europa e nos Estados Unidos, o espaço das faculdades de direito não se autonomiza profissionalmente em relação ao mundo dos práticos, estando profundamente integrado a este”. (ENGELMAN, 2006, p.27).

Quanto mais atuante no campo político, mais destaque e prestígio o intelectual agrega. Para Pécaut, a associação entre produção acadêmica e destinação “prática” dessa produção é possível graças a uma coesão entre os intelectuais que, por mais divergentes quanto à orientação teórica e política, convergiam quanto à funcionalidade política do intelectual.

A imbricação na trajetória de Flávio Dino entre a ocupação de espaços institucionais no campo jurídico, produção intelectual dentro desses espaços e a mediação política remete também aos atributos ordinários e extraordinários exigidos dos juristas. Mais notadamente, tento aqui analisar o alcance de suas alocações produzidas a partir da AJUFE.

Num espaço em concorrência, Flávio Dino lançou mão dos atributos ordinários de magistrado, mas consegue distinção através do extraordinário: a demonstração de uma “cultura geral” que lhe permite atuar e produzir artefatos intelectuais sobre os mais variados temas. Seus pares lhe dirigem atenção não pelo que os iguala, mas pelo reconhecimento das características que lhes falta. A falta, no entanto, não significa desvalorização do atributo dentre os profissionais do direito, mas que tal atributo é estratégia de disposição social entre distintos e comuns.

A relevância dos atributos “extraordinários” para a consagração no campo jurídico é percebida no discurso de homenagem que o atual presidente da AJUFE prestou a Flávio Dino por sua eleição ao cargo de deputado federal.

Flávio, conheci você há dez anos. Éramos ambos delegados da Ajufe reunidos para discutir o novo estatuto da entidade. Fiquei impressionado com o seu aguçado senso político e domínio sobre o tema. Eloqüente e inteligente, facilmente atraía adeptos para suas idéias. Saí da reunião com a certeza de que aquele juiz de fisionomia um tanto engraçada, de rosto arredondado e de rara habilidade oratória era um líder, líder que não tardaria a se revelar para toda a magistratura federal.

Logo em seguida, já como diretor da Ajufe, Flávio se credenciou, por seu trabalho e talento, como sucessor natural de Tourinho Neto à presidência da associação. Fiquei honrado quando Flavio me convidou para integrar sua chapa. Eleito presidente da Ajufe, ele passou-me a tarefa de coordenar a comissão encarregada de elaborar sugestão de anteprojeto de lei, cuidando da criação dos Juizados Especiais Federais. Com seu diferenciado tino político e jurídico, Flávio tinha a clara percepção de que a concretização dessa proposta de criação dos Juizados Especiais Federais seria uma das principais realizações da entidade. Tinha razão. A lei 10.259, de 2001, implementou na seara federal esse novo modelo de funcionamento judicial, em meio a muito ceticismo, gerado principalmente pela cultura da preservação dos privilégios processuais da Fazenda Pública.

[...]

Por participar desse momento histórico, posso dizer que a criação dos Juizados foi para a Ajufe e Flavio Dino, não uma missão institucional, mas uma causa, um ideal que apenas instituições vibrantes comandadas por homens com largueza de alma são capazes de tornar realidade.

[...]

Não foi sacrifício, mas otimismo daqueles que não temem desafios, principalmente os grandes.

[...]

Citei dois momentos da história da Ajufe, tendo Flávio como protagonista maior. Poderia focalizar outras questões de alta envergadura estratégica e política para a magistratura. A Ajufe, dentre as entidades de classe da magistratura, foi a única que, desde o primeiro instante, durante a gestão de Flávio, manifestou-se favoravelmente à criação do Conselho Nacional de Justiça, como órgão estratégico para estabelecer plano de ação a ser observado pelo Judiciário, assim como para realizar estudos para o seu aperfeiçoamento.

A forma como ficou disciplinado o CNJ na Constituição e a proposta da Ajufe, defendida por Flávio, bem demonstram a influência da entidade nessa questão. Do mesmo modo, o tema referente à federalização da competência para o julgamento de lesões contra os direitos humanos e, ainda, a previsão, para o âmbito federal, do fundo Judiciário.

No plano institucional, Flávio restabeleceu a participação do presidente da Ajufe nas reuniões do Conselho da Justiça Federal com direito a voz; reafirmou a independência da Ajufe em relação a outras entidades de classe e a consolidou como interlocutora necessária das grandes questões afetas ao Judiciário, fazendo da credibilidade da Ajufe a sua fonte de legitimidade para manter diálogo sereno e qualificado com as instâncias judiciárias federais, tribunais superiores, especialmente Supremo e STJ, órgãos do governo federal e as casas do Congresso Nacional.

Flávio sedimentou o nome da Ajufe na mídia nacional, como fonte de informações e esclarecimentos, não apenas sobre aqueles assuntos que dizem respeito diretamente à magistratura.

Na qualidade de Secretário-Geral do CNJ, Flávio teve participação direta no movimento que conferiu uma nova imagem ao Judiciário brasileiro, notadamente quanto à fixação do teto remuneratório e à eliminação do nepotismo.

Caro amigo Flávio, nossa amizade me deu o privilégio de, neste momento, em nome da magistratura nacional, prestar esta justa e devida homenagem. Devo dizer, por fim, que um deputado é escolhido pelo povo, mas um líder nato, como é o seu caso, se afirma, sem demora, em todo e qualquer espaço que ocupa, de modo que, temos a mais absoluta certeza, você não apenas terá um papel de destaque, com realce em sua competência e integridade, como será, em pouco tempo, uma liderança e um referencial ético dentro do parlamento brasileiro, assim como ainda é, e sempre será, no Judiciário.

Flávio, seja feliz na nova missão.

Brasília (DF), 10 de outubro de 2006. (<http://www.ajufe.org.br>, acesso em 10/10/2006)

Os temas são definidos pela possibilidade intelectual de legitimar uma “prática”. Se por um lado a AJUFE tem o poder de constituir problemas e soluções; por outro, como agência que agrega agentes imbuídos da função particular legal e socialmente legítima de opinar, sentenciar, portanto, intervir, temas são propostos a ela.

Ao tomar posição numa instituição corporativa, Flávio Dino testa o reconhecimento que seus pares lhe deferem. Mais do que uma liderança política referida aos problemas da corporação, Flávio Dino torna-se uma personalidade capaz de constituir e traduzir questões internas à AJUFE e também para além dessa instituição. É como intelectual da instituição que ele tem acesso à atuação política. Temas como “federalização dos crimes contra os direitos humanos”, “trabalho forçado” e “reforma do Judiciário” permitem-lhe falar

aos juristas sobre política e falar no campo político sobre o direito. Essa posição concentra em Flávio Dino a função de mediador, de tradutor entre as questões jurídicas e políticas, aproximando-as e, principalmente, por serem os mesmos os critérios de funcionamento da política e do direito, ampliando seus espaços de atuação.

### 2.3.2 “Estreando” com legitimidade

O livro “Direito de greve” foi publicado em 1991, pela editora da UFMA. Trata-se da monografia de conclusão do curso de Direito defendida por Flávio Dino e orientada por seu irmão Nicolau Dino. O livro foi prefaciado pelo então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil do Maranhão, professor de Direito Eleitoral da UFMA, José Antônio Almeida, “militante” do PSB, que apresentava Flávio Dino como “um dos mais brilhantes estudantes com que a Universidade Federal do Maranhão contou ultimamente” (ALMEIDA, 1991).

A “orelha” do livro é da autoria de José Carlos Sousa e Silva, ex-presidente da OAB – Maranhão, professor de direito da UFMA, alinhado ao chamado Grupo Sarney, na qualidade de advogado eleitoral. É a reprodução de um artigo de jornal publicado à época da defesa da monografia no qual Sousa e Silva exaltava a “liderança política” de Flávio Dino durante o curso de Direito e pede ao Reitor da UFMA que publique a monografia<sup>56</sup>.

O trabalho de Flávio Dino pretendia abordar o direito de greve no “setor privado”, mas o autor admite a impossibilidade de tratar desse tema sem tocar em outro correlato: a atividade sindical: “[...] no desenvolvimento do estudo, serão inevitáveis digressões sobre as organizações dos trabalhadores, em função da intrínseca ligação entre greve e atividade sindical, sendo aquela uma das principais manifestações desta.”(COSTA, 1991, p.12).

Travava-se de “pôr em forma” uma demanda do movimento sindical, a legitimidade do direito de greve em um cenário com um novo estoque interpretativo disponibilizado pela Constituição de 1988<sup>57</sup>. Sua abordagem é um amálgama de posições críticas emergentes nesse período, no espaço jurídico da *doutrina* do Direito do Trabalho, com referências a trabalhos do advogado e político Tarso Genro e ao livro “Propostas para uma

---

<sup>56</sup> José Carlos Sousa e Silva recepcionou Flávio Dino na Academia Maranhense de Letras Jurídicas. Em um discurso memorialístico, refere-se ao fato mais uma vez: “Logo após a publicação desse artigo, o Professor Jerônimo Pinheiro, então Reitor da Universidade Federal do Maranhão, telefonou-me: ‘Vou atender a sua recomendação. A monografia de Flávio Dino será publicada pela Universidade’.”(SILVA, 2003, p.108).

<sup>57</sup> Engelman (2006) aponta uma diversificação do campo jurídico no Brasil nos anos 90, decorrente, entre outros fatores, do cenário propiciado pela Constituição Federal de 1988, o qual possibilitou tanto a redefinição doutrinária das disciplinas jurídicas como mudanças na fundamentação prática dos juristas.

compreensão materialista do Direito do Trabalho”, publicação do Instituto Apoio Jurídico Popular<sup>58</sup> (IAJUP). Alinhado com a “crítica jurídica”, Flávio Dino, porém, não excluiu do repertório do livro as doutrinas tradicionais e dominantes no campo do direito.<sup>59</sup> O agente se serve das duas, tanto numa perspectiva crítica, próxima de uma leitura marxista e materialista do Direito do Trabalho, como de abordagens tidas como mais conservadoras.

A leitura do direito de greve é feita com fundamento em “posições técnicas”, a partir dos parâmetros dominantes no espaço do direito e também pelo reconhecimento de certos condicionantes sociais para além do direito, o que importava em uma reflexão sociológica e política da questão. Flávio Dino entra nas lutas doutrinárias em torno da definição legítima do direito de greve, abordando questões como o caráter irrestrito ou não do direito de greve, “greve abusiva”, diante das novas disposições trazidas pela Constituição de 1988. O que importa é a preocupação em traduzir o reconhecimento do direito de greve como legítimo, uma demanda do movimento sindical.

O investimento de Flávio Dino no tema - propiciado pela possibilidade de determinados usos do direito, envolvendo sua posição pública em relação a uma causa coletiva, no caso o direito de greve, estreitamente vinculado ao “movimento sindical” - se relaciona com o perfil profissional que assumiu de advogado vinculado aos movimentos sociais.

Porém, a própria “topografia” do livro já indica não ser este o único critério que norteia sua distinção autoral. Na capa, o título faz referência à “militância” política do agente; logo nas primeiras páginas um agradecimento ao irmão, orientador do trabalho, o implica na transmissão familiar da condição de “literato”; mais adiante no prefácio, um advogado situado no pólo “progressista” indica o *espaço do possível* à época e a tomada de posição profissional decorrente dessa possibilidade; envolvendo o livro, as orelhas dão a dimensão de como as relações pessoais conformam os usos intelectuais na imbricação poder-política-direito.

A transmissão de capital intelectual opera o efeito de legitimidade não só quando se é prefaciado, orientado por “personalidades”. O trabalho inverso também produz o mesmo efeito.

---

<sup>58</sup> O IAJUP fez parte de uma rede de organizações mobilizadas em torno da redefinição das doutrinas e práticas jurídicas a partir de uma aposta na construção e divulgação da “crítica do direito”. Esta é uma organização surgida nos anos 80, coordenada pelo advogado Miguel Pressburguer, e que congrega uma rede de juristas cujo objetivo era “criticar e desmistificar o Positivismo e o Dogmatismo Jurídico”.

<sup>59</sup> Há referências de doutrinadores consagrados nas mais diversas áreas, a exemplo, no Direito Civil como Arnold Wald e Maria Helena Diniz, no Direito Constitucional como José Afonso da Silva, no Direito do Trabalho, como Amauri Mascaro Nascimento, no campo da Hermenêutica, Carlos Maximiliano.

Ao homenagear personalidades<sup>60</sup> como Alberto Tavares, Antenor Bogéa, Doroteu Ribeiro, José Maria Ramos Martins, bem como a história de uma instituição, como da Seção Judiciária do Maranhão<sup>61</sup>, Flávio Dino investe-se da função de guardião da “tradição”, assumindo uma identidade pela qual reconhece os seus pares.

A reprodução da “tradição jurídica” local não pode ser dissociada da reconversão das posições do grupo familiar capaz de jogar com a lógica da “tradição jurídica local”, de uma família que ocupa posições de destaque na “tradição jurídica local”. Embora as posições de membros mais recentes como o próprio Flávio Dino procurem reconverter essa tradição a partir de outros códigos, com tomadas de posição à esquerda.

---

<sup>60</sup> Flávio Dino, em publicação que organiza par homenageá-los, os qualifica como “professores” e coloca-se na posição de “discípulo” que, com outros, atestam a competência dos mestres. (COSTA, 1997)

<sup>61</sup> Quando diretor da Seção Judiciária do Maranhão, Flávio Dino organizou uma publicação que pretendia contar a história de 30 (trinta) anos da instituição, e “resguardar” a “tradição” e o “patrimônio”, pelo qual era responsável na condição de diretor, da “ação corrosiva do tempo”. No sumário, tópicos intitulados “os pioneiros” e outro “os sucessores” dão a dimensão da empresa do agente. Ao mesmo tempo em que resgata a memória, inscreve-se nela ao dizer que a “publicação norteará os próximos anos da Justiça Federal do Maranhão”, pois pauta seus feitos durante a gestão e “algumas perspectivas para o futuro” (COSTA, 1998).

Quadro 4 - Posições político-institucionais do Flávio Dino e as (dis)posições em sua produção intelectual

Espaço Acadêmico	Espaço de Consagração	Produção Intelectual			Espaço Político-institucional		
		Título	Tema	Ano	Espaço Institucional	Profissão	Militância Política
Docência/Investimento acadêmico	Honorarias						
Professor Licenciado da UFMA		Política e Justiça	Atuação política	2006	Membro da equipe de elaboração do programa em Segurança Pública e Justiça do candidato à presidência da República Luis Inácio Lula da Silva Candidato a deputado federal pelo PC do B - MA	Advogado	Filiação ao PC do B
		Segurança: prioridade nacional	Segurança Pública				
Professor de Direito UNB		Medidas Provisórias no Brasil: origem, evolução e novo regime constitucional	Medidas Provisórias	2005	Secretário Geral do Conselho Nacional de Justiça  Coordenador do Gabinete Extraordinário de Assuntos Institucionais da Presidência do STF	Juiz Federal	
		O Conselho Nacional de Justiça: Missões e Primeiros Passos	CNJ				
		Superar limites no controle jurisdicional das políticas públicas - sugestões para uma cultura no Judiciário	Deontologia /Reforma do Judiciário				
		Reforma do Judiciário: Comentários à Emenda nº 45	Reforma do Judiciário				
		A Função Realizadora do Poder Judiciário e as Políticas Públicas no Brasil	Deontologia do magistrado				
		A Função Realizadora do Poder Judiciário e as Políticas Públicas no Brasil	Deontologia do magistrado				
		O Combate ao Trabalho Forçado no Brasil - Aspectos Jurídicos	Trabalho forçado				
		Conselho da Justiça: autogoverno e controle	Reforma do Judiciário/CNJ				
		A Função realizadora do Poder Judiciário e as políticas públicas no Brasil	Deontologia do magistrado				
		O Combate ao Trabalho Forçado no Brasil	Trabalho forçado				
Professor de Direito UNB/ Membro do Conselho	Medalha Ministro Carlos Madeira	O Combate ao Trabalho Forçado no Brasil: Aspectos Jurídicos	Trabalho forçado			Juiz Federal	

Editorial da Revista Direito e Política	(Justiça Federal)*			2003	Representante da AJUFE na Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo Juiz Coordenador do Juizado Especial Federal do DF Diretor de Assuntos Legislativos da AJUFE		
	Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho – MA*	As infrações administrativas ambientais no direito brasileiro: tipicidade, processo e sanções	Direito Administrativo				
		O Combate ao Trabalho Forçado no Brasil: Aspectos Jurídicos	Trabalho forçado				
		O Combate ao Trabalho Forçado no Brasil: Aspectos Jurídicos	Trabalho forçado				
		Por que deve ser criado o Conselho Nacional de Justiça no Brasil	Reforma do Judiciário/CNJ				
		A morte das agências reguladoras brasileiras	Direito Administrativo				
		Percorrendo os caminhos da Justiça	Crise do sistema de justiça				
		Infrações Administrativas Ambientais no Direito Brasileiro: Tipicidade, Processo e Sanções	Direito Ambiental				
		Federalização da Competência para Julgamento de Crimes Contra os Direitos Humanos	Competência da Justiça Federal				
		Trazer a Justiça para perto é a solução	Reforma da Justiça				
		Uma nova Lei Áurea	Trabalho Escravo				
		O fantasma do confisco					
	As Mãos da Insegurança						
Conclusão do Mestrado, com Dissertação sobre a criação do Conselho Nacional de		Crimes e Infrações Administrativas Ambientais - Comentários à Lei 9.605/98(2ª. Ed )	Direito Ambiental	2001	Secretário Executivo da Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal/ Membro do Conselho da Justiça Federal	Juiz Federal	Presidente da AJUFE
		Infrações Administrativas Ambientais no Direito Brasileiro: tipicidade, processo e sanções	Direito Ambiental				
		Diretrizes para a Instituição do Conselho Nacional de Justiça no Brasil	Reforma do Judiciário				

Justiça Professor de Direito da UFMA		A nova Justiça Federal - Está próxima a criação dos Juizados Especiais graças a uma ampla aliança celebrada pelos três Poderes	Perfil da Justiça Federal				
		Vencendo o dragão - A consolidação entre os juízes de uma nova visão institucional e fundamental para a luta contra a corrupção	Deontologia do magistrado				
		Controle judicial sobre as agências reguladoras	Função Jurisdicional				
		Autogoverno e controle do judiciário no Brasil: a proposta de criação do Conselho Nacional de Justiça	Reforma do Judiciário				
		Diretrizes para a Instituição do Conselho Nacional de Justiça	Reforma do Judiciário				
Professor de Direito da UFMA (Licenciado)		Desapropriação em matéria ambiental	Direito Ambiental	2000	Secretário Executivo da Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal Membro do Conselho da Justiça Federal	Juiz Federal	Presidente da AJUFE
		A Filosofia Liberal e o Federalismo Contemporâneo	Filosofia Política				
		Debate: Reforma do Judiciário - Para a Justiça funcionar	Reforma do Judiciário				
		As infrações administrativas ambientais	Direito Ambiental				
Ingresso no Mestrado em Direito Público		Desapropriação em matéria ambiental	Direito Ambiental	1999	Juiz convocado no Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Brasília Filiado à Associação dos Juizes pela Democracia*	Juiz Federal	Vice-presidente da AJUFE
		Os Caminhos da Reforma Penal	Direito Penal				
		Da aplicação das penas às pessoas jurídicas na nova lei ambiental	Direito Ambiental				
		A Reforma do Judiciário: Contradições e Perspectivas	Reforma do Judiciário				
		Prioridades na reforma do Judiciário	Reforma do Judiciário				
Professor de Direito da UFMA		Judiciário: Qual Reforma?	Reforma do Judiciário	1998	Juiz do Tribunal Regional Eleitoral – MA Diretor do Fórum da Seção Judiciária do Maranhão	Juiz Federal	Apóia a oposição na AJUFE e elege-se Vice-presidente
		A qualidade no serviço judiciário	Administração do poder judiciário				
		Globalização e Crise Constitucional	Direito Constitucional				

		A competência para multar na nova Lei Ambiental	Direito Ambiental				e
Professor de Direito da UFMA		Dificuldades e limitações para o exercício da atividade jurisdicional na atualidade	“Deontologia” da carreira	1997	Juiz do Tribunal Regional Eleitoral – MA  Diretor do Fórum da Seção Judiciária do Maranhão	Juiz Federal	Diretor da AJUFE
		Reforma Agrária	Questão social				
		Globalização e Crise Constitucional	Direito Constitucional				
Professor de Direito da UFMA		Reforma do judiciário: um novo desenho para a justiça eleitoral	Reforma Eleitoral	1996	Juiz do Tribunal Regional Eleitoral – MA  Diretor do Fórum da Seção Judiciária do Maranhão	Juiz Federal	Diretor da AJUFE
Professor de Direito da UFMA <sup>62</sup>		A nova lei de concessões de serviços públicos	Direito Administrativo/ Serviços Públicos	1995	Juiz do Tribunal Regional Eleitoral - MA	Juiz Federal	
		Poder Judiciário: para quê? Para quem?	Poder judiciário				
Aprovado no concurso público para professor de direito da UFMA				1994	Aprovação em concurso público para Carreira de Estado de Juiz Federal	Advogado	
Professor Substituto do Curso de Direito da UFMA		Da Inconstitucionalidade Parcial da Lei nº 8.429/92	Direito Constitucional	1993	Assessor Jurídico de Sindicatos  Secretário da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA	Advogado	Filiado ao PT
		Conseqüência da decretação de inconstitucionalidade do art. 240, alínea 'e', da lei 8112/90	Direito Administrativo/ Servidor Público				
		O Direito de greve no Brasil	Direito do trabalho/Greve	1991	Assessor Jurídico de Sindicatos	Advogado	Vice-Presidente do Diretório Municipal do PT

<sup>62</sup> Ministrou as disciplinas Direito Constitucional e Direito Administrativo.

							– São Luís
		Contribuição à história do movimento estudantil do Maranhão desde o momento de sua inserção no movimento estudantil nacional	História do Movimento Estudantil	1989	Coordenador do DCE-UFMA Delegado ao Congresso da UNE	Estudante	Coordenação da Campanha de Lula
				1988	Coordenador do DCE-UFMA	Estudante	Articulação Estudantil
				1987	Secretário Geral do DCE-UFMA	Estudante	
				1986	Ingresso no Curso de Direito	Estudante	“Área de Influência” do PT
				1985	Presidente do Centro Cívico do Colégio Maristas	Estudante	Campanha do Colégio Eleitoral
				1984	Presidente do Centro Cívico do Colégio Maristas	Estudante	Diretas/ “Área de influência” do PC do B
				1983	2º Grau – Colégio Marista		
				X	Primeiro Grau – Colégio Marista		
				1968	Nasceu em São Luís		

### 3. A CONSTRUÇÃO PÚBLICA DO CANDIDATO

No momento em que um candidato lança-se à empreitada eleitoral, toma posições em função do estado do *espaço político*, no qual busca aliados, *seguidores* e outros *recursos*<sup>63</sup>. Importa entender a maneira como Flávio Dino tomou *posições*, relacionando com suas origens e *bases sociais*, a partir das quais é possível identificar as formas de reconversão de *recursos sociais* em *capital político* e *recurso eleitoral*, atentando ainda para os condicionantes sociais e históricos que permitem tornar eficaz o uso desses variados *recursos*.

Nesta parte do trabalho, a intenção é analisar quais os critérios acionados para a construção da imagem de Flávio Dino como “homem político”, isto é, de que princípios classificatórios se partem para apresentá-lo no espaço de concorrência política. Entra em jogo a consecução de *estratégias*<sup>64</sup> na arena eleitoral, atualizados pela dinâmica desse espaço de competição, com vistas à constituição de *bases eleitorais*. Estão em jogo, ainda, as formas de apresentação política e como as mesmas se relacionam aos variados *recursos* sociais e políticos de que dispõe o *agente*, tais como títulos profissionais, condição prévia de liderança em determinadas áreas, *redes pessoais* e políticas reatualizadas, a condição de *mediador* de demandas regionais etc.

Inicialmente, a análise se volta para as auto-classificações que funcionam para o *agente* como um *rito de instituição* (BOURDIEU, 1998) no espaço político-eleitoral. Esquadrinhar essas auto-classificações significa entender as concepções de política de que o *agente* lança mão para operacionalizar a constituição de uma *rede* de líderes e seguidores (LANDÉ, 1977) em prol de sua empresa político-eleitoral.

#### 3.1. A busca do reconhecimento público como político

---

<sup>63</sup> Seguindo as indicações de Coradini acerca a reconversão de recursos sociais em capital eleitoral “[...] não se trata de qualquer legitimidade, mas da legitimação de características sociais tidas como eleitoralmente pertinentes [...] na relação entre qualquer característica ou recurso social de origem e ascensão, seja na esfera política ou em outra qualquer, a reconversão nunca é direta. Isso porque essa reconversão sempre depende de diferentes lógicas sociais, vinculadas a esferas diferentes, o que faz com que, inclusive, os ‘interesses’ e o valor associado a determinadas características possam adquirir significados contrários”. (CORADINI, 2001, p.9).

<sup>64</sup> Diferente do sentido comum, que remete à idéia de algo planejado, de cálculo racional, estratégia aqui se baseia na idéia de Pierre Bourdieu, isto é, como conhecimento incorporado que os agentes sociais adquirem ao longo do tempo e de suas vidas: “Ela [estratégia] é produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais [...] O bom jogador [...] faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige. Isso supõe uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variadas, nunca perfeitamente idênticas”. (BOURDIEU, 1990, p.81).

Em setembro de 2003, o então juiz federal Flávio Dino concedeu uma entrevista ao jornal “O Estado do Maranhão”, quando sua candidatura à prefeitura de São Luís era suscitada por um grupo de “amigos”, contemporâneos seus de “militância” no Partido dos Trabalhadores. Quando inquirido sobre as conseqüências da decisão de deixar a magistratura para entrar na política, Flávio Dino afirma:

Há 20 anos dirijo minha atividade pública com o objetivo de realização de um ideário de direitos humanos plenos. Assim foi entre 1983 e 1993, no movimento estudantil, depois como advogado de movimentos populares. Mesmo nesses 10 anos após o concurso para juiz, não me desvinculei desse ideário. Ser juiz e desenvolver uma atuação partidária são atitudes coletivas que dependem não só de nós. Sei desses movimentos de alguns amigos, que me honram muito [...]

**Política é coisa que sempre fiz.** E ainda não decidi se voltarei. Pode ser em 2004, 2006, em 2010 ou em dois mil e nunca. Não tenho uma obsessão de que seja agora em 2004. Pode se dar em algum momento ou pode nunca se dar. **O que importa é manter seus compromissos ideológicos, e disso tenho consciência de que nunca me afastei.**

Sei que há candidatos fortes, políticos tradicionais, que estão há décadas disputando mandatos e já foram testados eleitoralmente. Mas o processo está aberto e se renovado. **Creio que haja espaço para o novo.** (O Estado do Maranhão, p.3, São Luís, 07/09/03). (grifos meu).

Algumas propriedades se sobressaem na auto-apresentação de Flávio Dino. Uma primeira se refere ao fato de ele se definir como alguém sempre ligado à prática política. O “interesse público”, a “motivação ideológica” e ideários como os “direitos humanos” dão a substância desse engajamento político permanente.

Embora afirme sempre ter feito política, define-se como o “novo” na política, utilizando a retórica de desconfiança em relação aos políticos tradicionais (OFFERLÈ, 1999).

Essa entrevista foi concedida em um momento de indefinição quanto à entrada na “política partidária”, o que só veio a ocorrer em 2006, quando Flávio Dino filiou-se ao PC do B para disputar as eleições para deputado federal. Às vésperas de sua filiação, concedeu entrevista ao jornal O Imparcial, na qual evoca o “começo” de sua *trajetória* como militante para explicar os motivos que o levaram a deixar a magistratura e escolher o PC do B:

**A opção pela política precede meu ingresso na magistratura. Na verdade, quando tinha 15 anos de idade comecei a participar do movimento estudantil, ainda secundarista. Na ocasião me aproximei do PC do B então na semi-ilegalidade, por volta de 1983.** A partir daí, atuei politicamente em todos os movimentos como a campanha das Diretas Já e as campanhas eleitorais que se sucederam até 1992. Atuei também na construção do movimento estudantil na Universidade, e assim sucessivamente.

**Então a política precede a magistratura. Minha ida para a magistratura foi uma opção política,** também, por acreditar que naquele momento era uma oportunidade de ocupar o Estado para, dentro desse ramo do poder, criar um projeto.

Esse projeto é condensado, sintetizado, na reforma do judiciário. Na minha opinião a tarefa foi cumprida. (O Imparcial, São Luís, 26 mar. 2006, p.3). (grifos meu).

A *trajetória* política se materializa na atuação no movimento estudantil, campanhas eleitorais e eventos reconhecidos na vida política nacional como a campanha das “Diretas Já”. A escolha profissional aparece como subordinada a uma motivação política prévia, pois a política precede a magistratura e é pela crença na politização da carreira que o *agente* define o seu rumo profissional e diz alcançar seu “objetivo político” nesse espaço: a reforma do Judiciário.

Tudo se passa como se houvesse uma missão política da qual o *agente* nunca se afastou, indicada pelo investimento coerente que não se interrompe, nos diferentes espaços nos quais se inseriu. A política, guiada por uma “posição ideológica constante”, apresenta-se como o fio condutor de uma biografia<sup>65</sup> de engajamento.

Em outra entrevista concedida, reafirma seu envolvimento político:

Minha participação na política começou na luta pela *redemocratização* do país, na campanha das Diretas Já. Nesse período, a Igreja Católica era claramente guiada pela proposta de opção preferencial pelos pobres, o que influenciava fortemente a educação que recebíamos no Colégio Marista. Daí para o movimento estudantil e para a política partidária foi um passo. Na magistratura, ajudei a dirigir o movimento pela reforma do Judiciário, cujo resultado mais evidente é a criação do Conselho Nacional de Justiça, que entre outras medidas importantes proibiu o nepotismo e fixou o teto salarial no serviço público. **Assim, nunca deixei a política desde que nela entrei, há 20 anos, apenas me afastei da atuação partidária.** Conheço e vivenciei o imenso poder transformador do Judiciário, porém a política tem um papel insubstituível. É nela que projetos gerais de organização da sociedade se confrontam, políticas públicas são construídas e o destino de todos nós é desenhado. (Jornal Pequeno, São Luís, 09/04/06, p.5). (Grifos meus)

Acrescenta aos seus dados biográficos a “influência” da Igreja Católica na “politização”, o papel de dirigente da reforma do Judiciário e os produtos “políticos” dessa reforma como o combate ao nepotismo e a criação do Conselho Nacional de Justiça.

No trecho acima, a noção de política é tensa. Classificada em função dos espaços em que ela é praticada, há a “participação política”, da qual, segundo o *agente*, nunca se afastou, referida aos engajamentos nos movimentos estudantis secundaristas, universitário; no judiciário; e à “política partidária”, à qual quer voltar. Em relação ao nível de exercício de poder conferido ao *agente*, Flávio Dino classifica a “participação política” como criadora de “medidas importantes”, “papel transformador”, porém insuficiente. É a “atuação partidária”, que é feita tendo em vista as disputas mais gerais pelos rumos da sociedade, isto é, aquela

<sup>65</sup> Sobre a biografia como construção estratégica para dotar de coerência uma “história de vida” desenvolvida a partir de auto-representações do agente, ver Bourdieu (2005).

cujos instrumentos são os partidos que se confrontam em disputas eleitorais, a “política insubstituível”, da qual não se pode afastar. Há uma noção de política atravessada pelo ideal de liberdade de ação<sup>66</sup> do *agente* condicionada pela proximidade com os centros de poder político da sociedade.

A interpretação política abre dois horizontes: possibilita a politização de diferentes esferas de atuação, embora com limitações institucionais, como no caso da magistratura; outro, a política partidária, vista como plena porque possibilita a disputa “dos rumos da sociedade”, no entanto, é ameaçada pela “profissionalização da política”, registrada como ocupação repetitiva de mandatos eletivos.

O sentido do político profissional é apresentado de modo pejorativo, construído como aquele à procura do poder de forma incessante, ou de riqueza através da política. Sem doutrinas políticas ou princípios<sup>67</sup>.

Isso é reforçado quando Flávio Dino indica a maneira diferente com a qual pretende fazer a política: “Essa é a dignidade da vida pública, que tem que ser recuperada e reforçada. Política não pode ser profissão nem balcão para realização de negócios e negociatas”. (EMA, 26/03/06, p.3).

Mas se a política é vivida como missão, “interesse público“, um dever maior, a pulsão pela política é assumida também como “vocação”: “Deixei de ser magistrado para atender a uma vocação maior, alimentada desde a infância, e retomar minha atuação político-partidária”. (Jornal de Verdade, Caxias, maio 2006, p.2).

Está-se diante de uma lógica de denegação da profissionalização política (OFFERLÉ, 1999, p.17). A inserção na política aqui ocorre por outro motivo que não a atividade política em si, mas a partir da idéia de “missão”, “vocação” e “serviço”. Sendo assim, o *agente* se auto-define como alguém que vive para a política “sem viver da política“ (WEBER, 1982)<sup>68</sup>.

---

<sup>66</sup> Neste artigo publicado no jornal O Estado do Maranhão, novamente aparece a referência à liberdade como atributo da “política partidária”: “Deixo agora a magistratura e reingresso na política partidária. Não é uma opção simples, nem uma aventura. Depois de meses de reflexão, volto ao exercício livre e integral da política, movido em primeiro lugar pelo espírito humanista que abracei.”

<sup>67</sup> Em uma conversa com uma líder de campanha de Flávio Dino, ele me explicava que o afastamento entre este e o candidato ao governo do Estado da Coligação à qual pertencia se deu pela ação de “emprenhamento” deste último por dois “profissionais” da política.

<sup>68</sup> Weber distingue duas formas de fazer política, ou se vive da política ou se vive para a política. A distinção estaria em que “[...] vive da política como profissão quem trata de fazer dela uma fonte duradoura de receitas; vive para a política quem não se acha nesse caso”. (WEBER, 1982, p.82). Muito embora Weber priorize a dimensão econômica do lucro, daí sua oposição entre “profissionais” e “vacionados”, é preciso levar em conta o lucro simbólico que os “vacionados” auferem com seu “desinteresse” em viver da política.

Anteontem, outra cabeça idêntica se filiou ao PC do B, o advogado Flávio Dino, que trilhou caminhos diferentes de Vidigal, no entanto com mesma visão de mundo. Dino é neto de desembargador e filho de deputado estadual. Seu pai, Sálvio Dino, notabilizou-se ainda muito jovem pela independência como pejejava pela justiça social. Cassado seus direitos políticos em 64 pela Ditadura (64 a 85), por subversão, Sálvio Dino conheceu dias cinzentos. Surgiu daí a vocação de Flávio para a política. [...] Pertenceu antes da magistratura ao PC do B e ao PT. No PT exerceu cargos de dirigente municipal e estadual [...] No ato de sua filiação ao PC do B, na sede da OAB, em São Luís, anteontem, Flávio Dino declarou que o essencial não é ser anti-Sarney mas, sim, pós-Sarney para lutar por melhores dias, arrancando o Maranhão da estagnação em que se encontra. Na ocasião, o governador José Reinaldo disse que votará em Dino para deputado federal [...] Vidigal e Flávio Dino deixaram cargos importantes para se reintegrar na política. Eles representam o novo que pode levar o Estado a um futuro próspero e com justiça social, sem laivos de rancor e de ódio. (Jornal Pequeno, 29/03/06, Duas origens e o mesmo destino).

Mesmo sendo apresentado pela sua herança familiar de propriedades tradicionais na política, Flávio Dino forja a identidade de um político “novo”. Ser “novo” na política, na interpretação do *agente*, ancora-se no fato de ter se afastado da política partidária e ter exercido a política como vocação, sem investimentos para garantir a permanência em cargos políticos.

O fato de não ter sido candidato anteriormente, porém, não indica a falta de interesse e investimento do *agente*. Em entrevista concedida para a pesquisa, Flávio Dino costura toda a sua biografia através de momentos de crise ou dúvida quanto aos rumos de sua atuação política ou profissional e das opções políticas que fazia solucionando as crises. Um desses momentos está relacionado a sua aprovação no concurso público para juiz federal.

**E** - Na sua escolha da carreira de magistrado federal, havia algum tipo de critério que fazia distinção entre prerrogativas, raio de atuação do juiz federal, maior independência, diferentemente da justiça estadual?

**FD** - Eu te confesso que eu não pensei nisso. Depois eu tive essa compreensão, mas, no momento, não foi propriamente uma escolha, foi o concurso que apareceu e havia essa nota do desafio e... desafio intelectual. Mas eu não pensei nisso, prerrogativas, teria mais independência. Realmente isso não foi determinante, eu não escolhi ser juiz federal, eu não planejei ser juiz federal ou procurador da república. E isso, inclusive, o que tornou mais tênue o meu vínculo com a instituição, porque não era um projeto. Mas minha visão sempre foi essa. Depois que eu comecei a participar. Eu sou um quadro da política, um quadro do mundo da política, um homem de esquerda, um humanista, um socialista. (FLÁVIO DINO, entrevista em 22/11/2006)

A “política” é apresentada como causa e consequência das tomadas de posição de Flávio Dino. Há nova tensão entre apresentar-se como sujeito livre, consciente, “humanista”, mas também determinado pela “força da política”. Para Flávio Dino, fazer política como vocação é atribuir ao fazer consciência e desinteresse. Evocar a “força da política” é uma

estratégia que permite ao *agente* fazer empreendimentos com vistas à política partidária, mas parecer desinteressado quanto a essa empresa.

### 3.2 Diferentes modalidades de campanha e de apresentação

A campanha de Flávio Dino não pode ser encarada como homogênea, pois a mesma se estruturou em múltiplas relações entre o candidato e o conjunto potencial de eleitores. É possível elencar pelo menos três modalidades de campanha referidas a diferentes eleitores e que, por isso, apontam para estratégias de apresentação também diferenciadas.

A primeira diz respeito a um tipo de apresentação do candidato que traz benefícios para uma determinada região e assim estabelece o vínculo de identidade com os eleitores esta comunidade. Vou tomar como representativa dessa modalidade a pré-campanha de Flávio Dino na região<sup>69</sup> de Caxias, convertida na principal base eleitoral do candidato no interior do Estado.

Uma segunda modalidade se referiu à campanha voltada para a identificação profissional, no caso, o mundo do direito. Aqui a campanha de Flávio Dino é endereçada aos eleitores da “comunidade jurídica maranhense”.

Uma terceira modalidade de campanha se relacionou ao chamado “voto ideológico”, caracterizado como “voto de opinião”, originário da classe média dos centros urbanos do Estado, principalmente de São Luís. Trata-se de um recorte de classe do eleitorado, diferenciado por diversos critérios entre os quais “consciência crítica”, movido pela escolha individual.

A intenção é analisar essas diferentes lógicas de campanha frente aos *recursos* sociais e políticos de que lança mão o candidato. Antes de fazer descrições das dinâmicas de funcionamento e operacionalização, é preciso ressaltar que não se trata de erigir modalidades puras de campanha ou fazer oposições com o objetivo de apontar contradições entre um modo de fazer campanha baseado em “corporações” e “relações impessoais” e um modelo baseado em “redes pessoais”, “redes de poder local” sustentadas por facções que manejam práticas clientelísticas<sup>70</sup>. Procuro entender como essas lógicas se compõem em uma empresa política

---

<sup>69</sup> A noção de região aqui adquire um sentido relacional, fruto de processos históricos nos quais os agentes se põem e se opõem na disputa pela (re) definição da “finis”, a fronteira que separa, que inclui e exclui, operando a constituição de espaços simbólicos. Sobre isso ver Bourdieu (2004b) e (1998b).

<sup>70</sup> Como aponta Moacir Palmeira sobre a lógica dual da política, feita ao mesmo tempo de relações institucionais e de relações pessoais em todos os seus níveis: “Não se trata simplesmente de contrapor relações informais a relações formais, as primeiras ocupando uma posição intersticial ou suplementar face às relações “corporadas”, mas de ver como certas relações fundadas na reciprocidade, geradoras de obrigações entre pessoas, se articulam

específica ou em que termos foi possível fazer “a mediação entre diferentes lógicas e seus respectivos códigos, tendo em vista interesses específicos desse tipo de *agente*” (CORADINI, 2001, p.23), no caso, a eleição de Flávio Dino para deputado federal.

Por outro lado, procuro também analisar as concepções de política que atravessam esses diferentes espaços de campanha, quais as percepções dessas bases sobre o *agente* e o que isso implica na definição de papéis, de determinadas formas de intervenção.

### 3.2.1 Gestar identidades, gerir relações

[...] por conta desse fenômeno da distritalização era importante que o candidato tivesse algum tipo de identidade com a cidade. (Entrevista Flávio Dino em 22/11/06).

Neste item analiso as *identidades estratégicas* (COLLOVALD, 1998) acionadas na “pré-campanha” por Flávio Dino para apresentar-se a uma “região”. Trata-se da “região” de Caxias, na qual houve um investimento do *agente* para torná-la sua base eleitoral. Destaco os tipos de apresentação política para entender os critérios que operam nesse espaço da política.

A concorrência entre os candidatos para estabelecer vínculos com lideranças locais a fim de ampliar suas *redes* políticas tem dado evidência ao que se vem chamando de distritalização da política. Nesse processo, as estratégias se voltam para a demonstração da existência de laços entre o candidato e a base pretendida. Grill (1999), ao tomar para análise processos eleitorais no Rio Grande do Sul, indica como as candidaturas de “filhos da terra” utilizam estrategicamente o pertencimento à “região” para bloquear “candidatos de fora”. O principal argumento mobilizado é o da perda da representatividade local que a eleição dos “de fora” acarretaria e a conseqüente diminuição de *mediadores* da “região” junto a instâncias de poder.

A partir de informações coligidas de entrevistas concedidas a jornais e emissoras de TV, notícias veiculadas e entrevistas realizadas com políticos locais, foi possível agrupar duas modalidades de apresentação acionadas por Flávio Dino para ‘entrar’ na “região”. Uma se referia ao tema da “pessoalidade” com a “região”, a outra destacava o papel de Flávio

---

com as relações institucionais, vinculadas ao exercício de papéis sociais preexistentes, e como ambas se influenciam mutuamente, sem perder de vista, para efeitos de análise, a linha divisória que as separa”. (PALMEIRA, 2006, p.138).

Dino na condição de *mediador* na liberação de *recursos* junto governo federal para o município<sup>71</sup>.

A base da interligação entre Flávio Dino e o prefeito de Caxias, Humberto Coutinho, foi o governador José Reinaldo Tavares<sup>72</sup>. A aliança política se materializou em uma dobradinha política entre Flávio Dino, candidato a deputado federal, e a esposa do prefeito, Cleide Coutinho, candidata a deputada estadual, acertada no decorrer de março de 2006.

Definida a aliança, era preciso apresentar Flávio Dino às lideranças políticas locais e ao conjunto de eleitores da região. O Jornal de Verdade, de propriedade do prefeito Humberto Coutinho, foi um dos instrumentos de apresentação de Flávio Dino. Na edição de maio de 2006, o referido jornal estampou foto de Flávio Dino ao lado de Edson Vidigal, candidato ao governo do Estado, apoiado pela *facção estruturada* pelo governador José Reinaldo Tavares. O jornal traz uma entrevista com Flávio Dino, na qual ele é instado a falar sobre sua relação com a cidade:

Jornal de Verdade – O pré-candidato a deputado federal pelo PC do B, Flávio Dino, escolheu Caxias para ser a sua principal base eleitoral. Por quê?  
[...] Tenho muitas ligações com Caxias. Minha esposa Deane é daqui, foi criada e estudou até a Universidade aqui. A maior parte de sua família mora na cidade. Meu avô foi juiz na região. Tenho muitos amigos em Caxias. Não sou um estranho em Caxias. Aqueles que dizem que sou um “estrangeiro” não querem a renovação na política do Maranhão, têm medo disso, são conservadores. (Jornal de Verdade, Caxias, 05/06, p.2)

Flávio Dino ressalta como um dos elementos de identificação com Caxias o fato de membros de sua família terem vínculo com a cidade, com referências à atuação profissional do avô na região, também como juiz; a esposa, que nasceu e se criou no local; e as amizades cultivadas pelo *agente*. O código acionado para estabelecer politicamente são os “laços pessoais”, parentesco e amizade. A aliança com uma “filha da terra” é tida como elemento estratégico de aproximação com a região:

O fato da minha esposa ser de Caxias facilitou o discurso, facilitou a aproximação com a comunidade, quer dizer, eu não era um estranho na cidade [...] No caso de Caxias, a minha identidade era determinada pelo fato de eu ser casado com uma mulher que, mais do que nascer em Caxias, viveu em Caxias até a vida adulta, viveu lá, se formou lá. (Entrevista Flávio Dino em 22/11/06).

<sup>71</sup> Ver tópico desta dissertação intitulado “Recursos instrumentais: mediação de recursos públicos e a lógica política de compromissos e empenhos eleitorais.”

<sup>72</sup> O próximo capítulo detalhará as relações políticas travadas no âmbito dessa facção e os apoios destinados à candidatura de Flávio Dino.

Ao mesmo tempo em que lança mão desses critérios para construir a identidade com a região, o *agente* procura impor outras clivagens:

Jornal de Verdade – O senhor não se considera um estrangeiro?

Flávio Dino – Já citei que minha esposa nasceu aqui e que atuei nesta cidade. Além disso, sou maranhense e nenhum maranhense pode ser um estranho em Caxias, um dos pilares fundamentais da história do nosso Estado. Sem Gonçalves Dias e sem a Balaiada, o Maranhão não seria o Maranhão. (Jornal de Verdade, Caxias, 05/06, p.2)

Flávio Dino joga com o significado do ser “maranhense” e “caxiense” para relativizar sua condição do “de fora” da região. Segundo sua interpretação, a definição do Maranhão como região passa pela guerra da Balaiada<sup>73</sup>, evento que em parte teria ocorrido em Caxias, e pelo poeta Gonçalves Dias, nascido na região. Símbolos de luta e de intelectualidade distinta, atributos que o *agente* evoca como suas propriedades, são pontos de referência e de definição da identidade da região e da própria identidade maranhense.

Menos que oposição, essas duas clivagens se complementavam, como foi possível observar no comício de encerramento da campanha da dobradinha Flávio Dino – Cleide Coutinho, realizado em Caxias. Diante de uma praça lotada, Flávio Dino iniciou seu discurso referenciando Caxias como “terra do poeta Gonçalves Dias”, por quem nutria grande admiração; recitou estrofes de duas das poesias mais conhecidas de Gonçalves Dias, “Canção do Tamoio” (“A vida é combate, que os fracos abate, que os fortes, os bravos só pode exaltar”) e “Ainda uma vez – Adeus!” (“Enfim te vejo! Enfim posso, curvado a teus pés, dizer-te, que não cessei de querer-te”), oferecidas à cidade. Em seguida, disse que admirava Caxias “por seu povo ter sido o primeiro do Maranhão a dizer que pobres e negros tinham vez”, referindo-se à Balaiada; mencionou, ainda, que admirava a cidade pelo Rio Itapecuru; que tinha muitos amigos na cidade porque, como juiz, havia trabalhado na região; e, finalmente, porque também foi lá que encontrou o seu amor, momento em que pediu que sua esposa se aproximasse e a beijou na testa.

---

<sup>73</sup> A guerra da Balaiada, ocorrida entre 1838 e 1841, foi uma revolta que opunha vaqueiros, camponeses autônomos e quilombolas aos grandes proprietários de terra. A região que hoje compreende Caxias foi um dos principais palcos nos combates havidos entre revoltosos e exército imperial. O debelador da revolta foi Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. Na cidade há um lugar de lembrança do evento, chamado “Memorial da Balaiada”. Percebe-se, entre a “esquerda”, um movimento de resignificação de acontecimentos históricos a partir de uma leitura, tão evolucionista quanto a história “oficial”, que procura atribuir a acontecimentos como a Balaiada um caráter de “protorevolução”, recontando “a história” do ponto de vista dos “dominados”. Ao positivar a Balaiada dentre os eventos históricos importantes, Flávio Dino alia o esquema explicativo da militância à necessidade de dotar esse evento de uma universalidade que extrapola o discurso regionalista.

A fala de Flávio Dino procura fazer com que os pontos de referência da memória local<sup>74</sup> transcendam à própria “região”, e, assim, deslocar a “fines” que a delimita. Entra em jogo, para o *agente*, a (re)definição de fronteiras e identidades da região a partir do domínio e evocação da memória local.

O movimento de impor outros critérios, como a intelectualidade e a luta política, para identificar e identificar-se com a “região” era uma forma de neutralizar no espaço da concorrência eleitoral os demais candidatos “da terra”.

De nome novo na corrida eleitoral em Caxias só Zé Luiz Cunha (PSB), Antonildes Ribeiro (PAN) e Sinésio Torres (PV). Flávio Dino (PCdoB), pelo título de cidadão e porque é casado com uma caxiense, pode entrar na relação, embora os candidatos nascidos aqui o olhem meio atravessado. (Jornal Pequeno, Caxias em Off, 14/07/06)(grifo meu)

Na “região” de Caxias, o inimigo da facção local que apoiava Flávio Dino, Paulo Marinho, se converteu no seu principal adversário. A disputa política pela captação da preferência dos eleitores e das lideranças deflagrou o embate.

Candidato a deputado federal, Paulo Marinho detinha o trunfo de ser “filho da terra”. Quando ex-prefeito da cidade, fez sucessora a esposa, Márcia Marinho, derrotada nas últimas eleições municipais por Humberto Coutinho. Eleito deputado federal por dois mandatos, Paulo Marinho teve seus direitos políticos cassados pela Justiça de Caxias em 1999, acusado de vender ilegalmente ações da Companhia Energética do Maranhão quando era prefeito da cidade. Depois de um processo que se arrastou por anos na Justiça Eleitoral, conseguiu candidatar-se em 2006. Concorriam para o mesmo cargo e disputavam o mesmo eleitorado.

Na apresentação de Flávio Dino na região, suas propriedades eram estabelecidas, por um efeito de simetria<sup>75</sup>, às propriedades de Paulo Marinho.

Em seu curto discurso no Clube Alecrim, sexta-feira 31, o ex-juiz Flávio Dino deu uma estocada em alguém, de raspão, quando citou a diferença entre a candidatura Edson Vidigal e a de outro daqui, “que foi cassado por improbidade administrativa”... Adivinhe a quem FD se referiu! (Jornal Pequeno – Coluna Caxias em Off, 05/04/06).

---

<sup>74</sup> Sobre a utilização da memória como artefato político, ver Pollak (1989). Para esse autor, a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, particularmente os que opõem grupos políticos diversos.

<sup>75</sup> No *tempo da política* ocorrem lutas pela classificação negativa de concorrentes políticos. Busca-se a diferenciação dos adversários por meio de lugares-comuns que indicam que não faz o mesmo que o oponente, não se usa das mesmas armas, procurando ostentar uma posição simultaneamente diferente e superior

Flávio Dino procurou inverter o sentido que ser representado politicamente por um “filho da terra” teria para a “região”. Ter um “filho da terra” como representante, no caso de Paulo Marinho, tinha um peso negativo para a cidade dada a ligação deste à escândalos de corrupção e à cassação. Flávio Dino evidenciou essa relação a fim de se colocar como o bom representante de Caxias que, mesmo sem ter nascido lá, tinha orgulho da cidade e queria dar orgulho a ela.

Na passagem que se segue, Paulo Marinho, através de jornal vinculado ao seu grupo político, procura neutralizar a associação feita entre Flávio Dino e a liberação de *recursos* do projeto do governo federal para área de habitação:

O projeto Prosanear, que nasceu de emenda do deputado Paulo Marinho e está se instalando, primeiramente, para obras de esgotamento sanitário nos bairros: Vila Lobão, Volta Redonda e Vila Alecrim, está sendo outro ponto de discórdia entre os partidários políticos do prefeito Humberto Coutinho. A maioria dos vereadores quer tirar uma casquinha da obra, pensando em vender algum tipo de serviço e auferir lucro.

Ocorre que o Prosanear, ao contrário do que muita gente pensa, não é uma obra coordenada pelo município, e sim o resultado de uma licitação do Governo Federal ganha e a ser executada por empresa com sede fora dos limites do município. A despeito de ser fruto de emenda do deputado Paulo Marinho, o Prosanear de Caxias é um investimento direto do presidente Lula em solo caxiense, que só saiu do papel por que PM integra a base do governo federal. (Jornal Veja Agora, Coluna Caxias On Line, 18/07/06).

Paulo Marinho, mesmo acionando o discurso do pertencimento à região, precisou se referir aos critérios que colocavam Flávio Dino numa posição de vantagem. Procurava demonstrar ter a sua disposição os mesmos trunfos acionados por Flávio Dino, como a condição de *mediador* de *recursos* públicos.

Em primeiro de junho de 2006, Flávio Dino recebeu o título da Câmara dos Vereadores de Caxias de “cidadão caxiense”. Tinha começado a fazer política na região havia três meses, período em que conseguiu trazer benefícios e obras para a cidade, diziam os seus aliados no município. Um vereador da cidade de Caxias, que se define como político influente do município, vereador no terceiro mandato consecutivo, “alguém da vanguarda do grupo do prefeito Humberto Coutinho”, assim explica as razões da concessão do título:

O Flávio se propunha a ser um caxiense, a ser reconhecido pelo seu povo. E quais são os requisitos que nós atribuímos às pessoas que são reconhecidas pela nossa cidade? Aquelas pessoas que não são da cidade mas aquelas pessoas que se preocupam com o bem-estar do nosso povo. E o Flávio já chegou aqui alavancando esse sentimento, o Flávio chegou aqui construindo mil casas no bairro Volta Redonda, o Flávio chegou aqui construindo todo o saneamento básico do bairro Volta Redonda e de bairros adjacentes. Então isso foi um dos requisitos que fizeram com que ele fosse reconhecido cidadão caxiense, ou seja, aquele cidadão que veio pra contribuir para melhoria da qualidade de vidas das nossas pessoas. O Flávio

chegou com o pé direito e nós o reconhecemos porque acreditamos que a população tinha o mesmo sentimento”. (Entrevista em 08/12/2006)



Ilustração 2 - Flávio Dino em entrevista ao programa da TV Difusora de Caxias, emissora de propriedade de seu principal aliado na região, o prefeito da cidade, Humberto Coutinho. A entrevista foi concedida em 01/06/06, dia em que Flávio Dino recebeu o título de “cidadão caxiense”, concedido pela Câmara Municipal da cidade.

Como estratégia de construção de vínculos com uma de suas principais bases eleitorais, Flávio Dino lançou mão de discursos que conciliavam laços pessoais com a cidade, ao mesmo tempo em que procurava relativizar a sua posição de “outsider” (ELIAS, 2000) pelo redimensionamento dos critérios definidores da região.

### 3.2.2 *Recursos* instrumentais: mediação de *recursos* públicos e a lógica política de compromissos e empenhos eleitorais

Flávio Dino procurou relativizar a condição de “filho da terra” como trunfo para conseguir a adesão de uma base eleitoral, apontando outro critério que seria mais relevante: a capacidade da região ser “bem representada”, isto é, alguém que, de forma “competente”, “cuida” e se “preocupa” com a “região”. Nesse aspecto, a diferenciação política se dá pelo papel de *mediador* junto ao governo federal para a vinda de *recursos* e benefícios para o município.

Vitor Nunes Leal já havia chamado atenção para o significado das obras públicas para os mandatários locais no contexto da “República Velha”, pois “é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança” (LEAL, 1993, p.36). Leal ainda assinala outro aspecto importante para o que se está abordando aqui, o fato de a “realização de utilidades públicas” depender do empenho e do “prestígio político” do mandatário local.

Em estudo recente, Marcos Bezerra (1999) se debruça sobre a dinâmica de constituição de bases eleitorais através da liberação de *recursos* em âmbito federal. Segundo o autor “cultivar as relações com lideranças locais, ter o seu apoio é uma condição para a implementação de campanhas nos municípios”. (BEZERRA, 1999, p.134). A constituição de bases eleitorais se faz, segundo esses autores, pela capacidade de deputados mediar a liberação de *recursos* e benefícios para os municípios onde estão situadas suas bases eleitorais, formando e consolidando *redes* políticas.

O Jornal de Verdade noticia a visita de um técnico do Ministério dos Esportes, cujo ministro é filiado ao PC do B, a Caxias, com o intuito de discutir com o prefeito da cidade ações e obras na área de esportes. A manchete do jornal, “Flávio Dino e Vidigal garantem obras para Caxias na área de esporte”, indica as relações políticas que possibilitaram esse encontro:

Esteve em Caxias, um dos diretores do Ministério dos Esportes, Júlio César Soares da Silva. **A visita do técnico do Ministério foi solicitada ao Ministro do Esporte, Orlando Silva Júnior pelo ex-ministro Edson Vidigal e pelo ex-juiz federal Flávio Dino que atenderam ao pedido do prefeito Dr. Humberto Coutinho.**

[...]

Em reunião, o prefeito, Dr. Humberto Coutinho, o diretor do Ministério e o Coordenador Municipal de Esporte, Reginaldo Bezerra, discutiram os termos de apoio do Governo Federal para recuperação destas obras importantes para o município, como também a construção de um novo local para a prática esportiva. Na reunião também foi debatido o processo de implantação em Caxias do Programa Segundo Tempo, qual beneficiará 2 mil crianças da cidade. (Jornal de Verdade, Caxias, 04/06, p.1). (Grifos meus)

O jornal cita quatro personagens, embora, do ponto de vista da estrutura da relação, haja somente três<sup>76</sup>: o prefeito (que faz o pleito), os *mediadores* (Flávio Dino e Edson Vidigal) e a autoridade governamental a quem o pedido é dirigido. Materializa-se, assim, duas *alianças diádicas verticais* (LANDÉ, 1977); uma para cima (Flávio Dino e o ministro) e outra para baixo (Flávio Dino e o prefeito). É pela mediação de Flávio Dino que o pleito do prefeito

---

<sup>76</sup> Segundo Médard, o “mediador coloca em relação ou consegue uma transação comercial entre duas partes que não estão em contato; ele trata então de uma transação a três partes.” (MÉDARD, 1976, p.105).

pode ser apreciado, com a visita do técnico do Ministério dos Esportes, controlado pelo PC do B, partido ao qual Flávio Dino é filiado<sup>77</sup>. O pedido solicitado se dá em um espaço não-institucional, ou seja, através de relações personalizadas, e atende a uma conjuntura específica, a manutenção de aliados políticos através de dádivas.



Ilustração 3 : Manchete sobre liberação de recursos no Jornal da Verdade, jornal do principal aliado de Flávio Dino na região, a manchete se refere à liberação de recursos e projetos na área de esporte.

A matéria assinala o trânsito do *agente* junto a um Ministério, uma instância importante para a liberação de *recursos*, indicando o alinhamento com o poder nacional. Nessa tríade, Flávio Dino ocupa o papel de deputado federal ao qual a liderança local é vinculada.

Na edição de maio de 2006, o Jornal de Verdade estampa foto de Flávio Dino ao lado de Edson Vidigal, com a seguinte manchete: “Vidigal e Flávio Dino buscam recursos para Caxias”. O jornal traz uma entrevista com Flávio Dino com a chamada: “Ex-juiz federal Flávio Dino quer voltar a Brasília como advogado de Caxias”. (Jornal de Verdade, Caxias, 05/06, p.2). Aqui se destaca a sua capacidade de “trânsito” para além da região:

<sup>77</sup> A presença de representante do Ministro dos Esportes indica a mobilização dos recursos partidários em prol da candidatura de Flávio Dino. O referido ministro participou de atos de campanha, além de assinar o manifesto de apoio à candidatura de Flávio Dino. Em entrevista à pesquisa um “grande eleitor” relatou a seguinte situação: “A gente tava em Caxias, eu tava jantando com eles e o Ministro dos Esportes ligou se colocando à inteira disposição dos municípios, um pouco antes das eleições, dizendo que era um ministro ligado ao Flávio, falou com o Dr. Humberto, falou com o Tema, falou com alguns prefeitos”

Brasília é uma cidade complexa e difícil. Exerci várias funções de âmbito nacional no Judiciário, por último no Conselho Nacional de Justiça, com o Ministro Nelson Jobim. Uma cidade da importância de Caxias tem que ter um representante que conheça Brasília, que conheça as autoridades federais, que seja **respeitado**, que seja **ouvido**. Esse é o caminho para que os programas federais possam trazer ainda mais benefícios para o povo de Caxias. (Jornal de Verdade, Caxias, 05/06, p.2). (Grifos meus)

O *agente* destaca a sua capacidade de circular pelo centro do poder, representado por Brasília. A familiaridade com o poder é expressa na idéia de que “conhece autoridades federais”, pelas quais também é (re)conhecido, o que desloca a discussão do “pertencimento a” para o “relacionamento com”. Ao apresentar-se como detentor de relações com o “poder central”, o *agente* indica capital social de que dispõe, mas também se distingue por não guiar-se pela formalidade na relação com o poder. É na personalidade dessas relações que reside sua autoridade, no ser “ouvido”, “respeitado”, aproximando-se, assim, dos *ritos de autoridade*<sup>78</sup> como recurso de distinção dos demais políticos e, também, dos eleitores<sup>79</sup>.

A auto-valorização do *agente* se acentua quando este designa de “difícil” e “complexo” o universo de Brasília, metonimicamente representativa do poder, um poder “complexo” e “difícil”, somente acessível pela ação de um *mediador* que conheça suas rotas e atalhos, capaz de decifrá-lo pelo código adequado, a “reputação” e o “prestígio”. A chamada da entrevista, “Flávio Dino quer voltar à Brasília como advogado de Caxias”, expressa bem esse capital de relação inscrito numa familiaridade anterior não com a cidade em si, mas com as relações de poder que a atravessam.

O domínio sobre esse conjunto de *recursos*, nos quais se destaca o conhecimento do lugar do poder e das pessoas que o detêm, seria outro motivo para romper com a oposição candidato de dentro/ candidato de fora da região.

---

<sup>78</sup> Esse modo de apresentação se aproxima do ritual descrito por Da Matta (1997) como “sabe com quem está falando”, operante em sociedades como a brasileira, segundo o autor, marcadas por fortes traços de hierarquia social e que “faz com que a figura abstrata com que se está interagindo passe a ser um ser humano completo, concreto, com poder e prestígio, beleza e graça e, sobretudo, com relações com pessoas poderosas que estão, como gostamos de dizer, ‘lá em cima’”. (DA MATTA, 1997, p.215). Como sublinha ainda Da Matta, um dos aspectos desse ritual é o que diz respeito à “revelação da identidade social” face à situação de anonimato. O momento de apresentação da candidatura, portanto, de saída do anonimato, implica na apresentação do capital de relações sociais de Flávio Dino.

<sup>79</sup> Sobre esse aspecto, não deixa de ser interessante a observação de Goldman: “se pode ser verdade que o tempo da política abre ou intensifica canais de comunicação entre diferentes camadas sociais, é preciso reconhecer, igualmente, que isso não significa necessariamente uma maior permeabilidade entre tais camadas. Bem ao contrário, pode representar uma ocasião extremamente adequada para exibição de status e para a reafirmação de todas as hierarquias sociais”. (GOLDMAN, 2006, p.258). Para uma leitura da possibilidade do tempo da política como momento da busca e aspiração pela igualdade, ver Chaves (1996).

O período compreendido entre o lançamento da pré-candidatura até a abertura oficial da campanha eleitoral é muito marcado pela busca de apoio à candidatura, o que faz com que os pré-candidatos divulguem o tempo todo apoios importantes recebidos, o arsenal de capitais de que eles dispõem e, assim, induzam uma percepção pública da capacidade do candidato de se eleger. Tem-se uma referência permanente aos *recursos* e bases disponíveis.

Se, como aponta Bourdieu, “em política, dizer é fazer”<sup>80</sup> (BOURDIEU, 2004c, p.185), a condição de eficácia do discurso de um “desconhecido” que procura se distinguir é que seu discurso se realize:

JV- Flávio Dino vai esperar vencer as eleições para começar a trabalhar pela cidade em Brasília?

FD – Já estamos trabalhando, em parceria com o prefeito Humberto em Brasília, junto ao Governo Federal. Em breve teremos ótimas novidades para anunciar. Todos sabem o excelente trabalho que o prefeito Humberto está fazendo, com obras e realizações sociais importantíssimas, como na área da saúde. **Um deputado federal do grupo do prefeito, amigo do prefeito**, só aumentará essas conquistas. (Jornal de Verdade, Caxias, mai. 2006, p.2). (Grifos meus)

Nesta passagem delinea-se a concepção de representação parlamentar<sup>81</sup>, o deputado que “ajuda” sua base eleitoral e o faz pela capacidade de interferir junto a diferentes esferas de poder, aqui expressa no plano municipal/federal. No contexto de uma eleição a deputado federal, a aliança horizontal estabelecida entre Flávio Dino e o candidato a governador da coligação, Edison Vidigal, e a aliança vertical de ambos com o governador em exercício, José Reinaldo Tavares, garantia o acesso a bases eleitorais e a *recursos* simbólicos e materiais. Sendo próximos do “poder”, eram capazes de “ajudar” os municípios. O código que possibilita essas relações é a amizade do prefeito com o deputado e deste com pessoas que viabilizam o acesso a órgãos governamentais, como se vê também em outra passagem:

Flávio terá integral apoio do prefeito Dr. Humberto na campanha de Deputado Federal e será juntamente com Dra. Cleide os advogados de Caxias. Ela atuando junto ao Governo do Estado e ele atuando junto ao Governo Federal. **Graças ao seu**

<sup>80</sup> Em política, ‘dizer é fazer’ quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz e, em particular, dar a conhecer e fazer reconhecer os princípios de di-visão do mundo social, as *palavras de ordem* que produzem a sua própria verificação ao produzirem grupo e, deste modo, uma ordem social. (BORDIEU, 2004c, p.185-186).

<sup>81</sup> Marcos Bezerra assim caracteriza as relações estabelecidas entre políticos municipais e parlamentares federais, com vistas à obtenção de recursos federais para municípios “[...] se fundam numa concepção específica de representação política que se caracteriza pelo fato de fundar-se em laços pessoais e envolver a necessidade, por parte dos representantes, da concessão de serviços e favores, dentre os quais se destaca a obtenção de recursos, para os membros de suas redes políticas. Ao exercício dessa forma de representação política, ao qual se articulam tanto práticas tidas como legítimas como ilegítimas, estão associadas condutas como as voltadas para o estabelecimento de dependências pessoais que estão na base da criação e da reprodução de poder político”. (BEZERRA, 2006, p.182).

**prestígio junto ao presidente Lula, Flávio Dino já conseguiu carrear recursos para Caxias que em breve serão divulgados.**

Além do presidente Lula, Dr. Humberto e Dra. Cleide, Flávio Dino conta com o apoio do Ministro Edson Vidigal e do governador José Reinaldo. (Jornal de Verdade, 03/06, p.1). (Grifos meus)

A passagem acima explicita concepções e práticas relacionadas a um modo de fazer política em que é fundamental ter reputação, esta, no caso, medida pela *rede* de apoiadores que vai do Presidente da República ao prefeito do município. Esse prestígio é o que garante a circulação de demandas locais nos espaços considerados o centro do poder.

Procurei evidenciar os critérios políticos que entraram em jogo na apresentação de um pré-candidato a deputado federal naquela que é considerada a sua principal base eleitoral no “interior” do Estado. Flávio Dino apresenta-se pelos critérios usuais de definição de representatividade política, do “prestígio”<sup>82</sup> e do re-conhecimento junto a autoridades do governo federal, aqui atualizados para a disputa eleitoral.

Para o mandatário municipal é importante demonstrar a efetiva ajuda prestada até o momento pelo então pré-candidato e os próprios vínculos que lhe possibilitaram liberar *recursos* federais, no caso, o uso instrumental de “amizades”<sup>83</sup> no governo Lula.

A apresentação de Flávio Dino indica seu capital de relações políticas e sociais e, principalmente, sua capacidade de mobilizar essas relações para a obtenção de *recursos* e benefícios para a cidade, indicando o estabelecimento de uma relação de reciprocidade em que, de um lado, está situado o candidato e sua capacidade de liberar *recursos* e, do outro, o apoio do prefeito e a mobilização de sua *rede* política para a consecução da eleição do candidato.

---

<sup>82</sup> Sobre a relação entre uso de recursos e o efeito de prestígio que isso gera: “Recursos e prestígio, embora não sejam a mesma coisa, tampouco existem separadamente, um produzindo o outro, ambos atravessando toda a escala social, atingindo, com a mesma potência, tanto a “pequena” quanto a “grande” política”. (VILLELA; MARQUES, 2002, p.93).

<sup>83</sup> Na tipologia construída pelo antropólogo Eric Wolf para compreender as relações de amizade no México, *amizade instrumental* seria aquela em que “cada membro da díade age como uma ligação potencial com outras pessoas fora da díade. Cada participante apadrinha o outro. Em contraste com a amizade emocional, associada à limitação do círculo social, a amizade instrumental vai além das fronteiras dos grupos existentes e procura estabelecer pontas de lança em novos grupos.[...] Porém, apesar do caráter instrumental dessas relações, um elemento mínimo de afeto é sempre um ingrediente importante na relação.[...] A situação inicial da amizade é de reciprocidade, não daquele tipo ‘toma lá e dá cá’ mas de um tipo mais generalizado. A relação tem por objetivo uma grande série não especificada de atos de assistência mútua”. (WOLF, 2003b, p.105). Graham (1997), por seu turno, partindo da noção de “amizade assimétrica” (Pitt-Rivers) ao analisar as relações entre clientelismo e política no Brasil do século XIX, indica que a palavra amigo, nos pleitos clientelísticos entre autoridades públicas, significava protetor ou cliente: “Usava-se a palavra *amigo* neste sentido sem constrangimento, e desconfio que ainda se usa assim. Mesmo quando usada entre pessoas aparentemente iguais, ela comumente implicava a troca de favores, e não necessariamente intimidade ou profundos sentimentos compartilhados”. (GRAHAM, 1997, p.304).

O papel de Flávio Dino é equivalente ao do parlamentar que, interessado em garantir suas bases eleitorais, atua para a liberação de *recursos* federais para os políticos nos municípios que o apóiam. Flávio Dino se confunde com a forma usual de construção de laços entre parlamentares e suas bases eleitorais, com visitas constantes, atendimento a pleitos, tudo com vistas a consolidar a “região” como base eleitoral.



Ilustração 4 – Associação entre Vidigal, um “caxiense”, e Flávio Dino, um *mediador*.

O prestígio de Flávio Dino junto a políticos e autoridades situados no “centro do poder” se tornará, ao longo da campanha, um *lugar-comum*<sup>84</sup>. Sua prática discursiva prioriza a demonstração dessa proximidade, seja quando fala nos comícios dos apoios que recebe, em nome de quem fala, os panfletos e vídeos demarcam a imagem de uma candidato conhecido e reconhecido pelo “centro de poder”. O capital de relações pessoais com o “poder central” é explicitado pela idéia de ser conhecido e por pertencer a determinada *rede* de relações de poder por onde “tramita”. O vídeo intitulado “Flávio Dino: o futuro é agora!”, produzido com o objetivo de divulgar sua história, indica a mobilização de capital simbólico. O vídeo começa da seguinte forma:

<sup>84</sup> Lugar comum no sentido empregado por Pierre Bourdieu, isto é, como “noções ou teses com as quais se argumenta, mas sobre as quais não se argumenta”. (BOURDIEU, 1998c, p.17).

Narrador: Flávio Dino. Advogado, juiz, ex-presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil e ex-secretário do Conselho Nacional de Justiça. **O Brasil inteiro já conhece este homem. E você, sabe quem é ele?**

Simultânea à essa narração aparecem fotos e vídeos de Flávio Dino com personalidades como Nelson Jobim, Edson Vidigal, Pedro Malan e imagens de intervenções em tribunas e participação em mesas de eventos.



Ilustração 5: Imagens de vídeo de solenidade mostra conversa de Flávio Dino com Marco Aurélio de Mello, Ministro do STF.



Ilustração 6: Foto de Flávio Dino com Nelson Jobim, então Ministro do STF.



Ilustração 7: Imagens de vídeo com registro de Flávio Dino atuando como secretário-geral do CNJ, posição referida como o ápice da carreira jurídica do agente.



Ilustração 8: A proximidade com o poder: foto de Flávio Dino em conversa com Pedro Malan, então ministro da Fazenda do Brasil.

Um cabo eleitoral vinculado a um *grande eleitor* (QUEIROZ, 1976) de Flávio Dino explica assim os motivos que levaram o “grupo político” a apoiar sua candidatura:

Como Flávio é pessoa de uma grande reputação moral, é um homem muito inteligente, é muito tramitado no Judiciário, tem boas referências. Eu acho que isso facilitou muito o apoio a ele, não tô falando referente só a nós aqui em SM, mas em todo o Maranhão. **Ele tem uma grande amizade com o próprio Presidente, com o Nelson Jobim, com o Aldo Rabelo.** (sic). (Grifos meus)

As qualidades morais do *agente*, observada na expressão “grande reputação moral”, combinam-se com o capital social (“boas referências”), materializado em relações de amizade que mantém com personalidades da política nacional como o presidente da Câmara dos Deputados Federais, Aldo Rabelo, o Presidente da República e o ex-presidente do STF, Nelson Jobim. A amizade é o que possibilita interconexões entre os políticos situados em diferentes esferas de poder.

A capacidade de ter acesso<sup>85</sup> pelo “centro do poder” e desse trânsito possibilitar liberação de *recursos* torna-se um trunfo importante na conquista de aliados eleitorais, além da assinalar um critério fundamental para os que adentram no espaço da política eleitoral (KUSCHNIR, 2000).

### 3.2.3 Propaganda política e diversidade de bases sociais de apoio

O espaço da política é o espaço onde os concorrentes se opõem a partir de critérios de visão e divisão do mundo social e, em particular, do espaço da política. Isso impõe aos que dele participam a busca de capitais significativos, que assumem o contorno de artefatos de diferenciação de seus pares. Essa disputa é direcionada aos que não participam das lides políticas diretamente, os profanos, o que impõe uma relativa dependência dos critérios acionados por estes para definir a “política” e o que deve ser o “político”<sup>86</sup>.

Como já foi visto, a base eleitoral de Flávio Dino em Caxias é cultivada pela condição de *mediador* que este assume, lançando mão de contatos e alianças instrumentais e

<sup>85</sup> Sobre a importância da idéia de “acesso” em relações de clientela, Kuschmir assinala: “[...] os acessos são as alianças que efetivamente resultam em atendimento. Só se consegue acessos através de relações com pessoas, e não com o poder público, aparentemente impessoal e distante”. (KUSCHNIR, 2000b, p.101)

<sup>86</sup> Como afirma Bourdieu, “O campo político é pois o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos, ou melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte da totalidade dos profanos”. (BOURDIEU, 2004c, p.185).

“conexões para cima” com “personalidades” da política, as quais se apresentam como relações pessoais.

Trata-se agora de analisar as variadas apresentações<sup>87</sup> contidas em material de campanha e, que tipo de capital de diferenciação política apresentam, isto é, trunfos simbólicos, os critérios de consagração de sua imagem, os lugares-(in)comuns a que são destinados, apreendidos aqui através de entrevistas e análise de material de campanha como programas de TV, panfletos e vídeos promocionais.

---

<sup>87</sup> Como sugere Scotto, “[...] uma condição fundamental para que se vote em um candidato é o fato de ele ser reconhecido pessoalmente. Durante o período de campanha, a política e suas representações se oferecem como um campo cruzado por relações personalizadas, no qual os candidatos devem não apenas oferecer programas, mas também a si mesmos como pessoas com um passado reconhecido e com uma biografia que permita situá-lo socialmente”. (SCOTTO, 1996, p.165).

Quadro 5 – Quadro sinótico sobre material de campanha de Flávio Dino

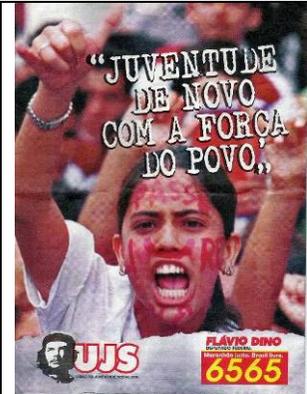
Material/diacrítico acionado	A quem que se dirige	Apresentação do candidato	Cenário político apresentado	Propostas apresentadas	Outros candidatos referidos
 <p><b>Carta “Maranhão justo. Brasil livre...com toda justiça”</b></p>	<p>Advogados e advogadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- advogado com “intensa vida forense”;</li> <li>- juiz federal convocado pra atuar na 2ª instância;</li> <li>- ex-presidente da AJUFE;</li> <li>- ex-secretário-geral do CNJ;</li> <li>- professor na “área jurídica”;</li> <li>- “Apoiado nessa experiência profissional, busco agora um mandato de deputado federal”;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- perda da “tradição” de destaque de juristas na política;</li> <li>- “degradação da qualidade da política brasileira”;</li> <li>- Maranhão como Estado mais pobre do Brasil;</li> <li>- “Arena política um espaço fundamental a ser ocupado pela classe jurídica”;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ser um deputado federal atuante, dedicado e obstinado na busca de soluções;</li> <li>- melhoria do sistema judiciário;</li> <li>- priorização máxima para a conclusão das reformas processuais e penais;</li> </ul>	<p>Lula, presidente</p>
 <p><b>Panfleto “Flávio Dino. História de compromisso com a UFMA” / Fotos do Campus do Bacanga e do Palacete Cristo Rei. Foto do candidato em mesa</b></p>	<p>Professores, técnico-administrativos e estudantes da UFMA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- conhecedor da UFMA;</li> <li>- dirigente do movimento estudantil (DCE, CONSAD, CONSEPE, CONSUN);</li> <li>- advogado “especialmente para sindicatos e associações”;</li> <li>- assessor jurídico da APRUMA e SINTEMA;</li> <li>- professor da UFMA e UnB;</li> <li>- autor e co-autor de produtos científicos;</li> <li>- juiz Federal “retornando à atividade partidária”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- atuação política fundamental na “superação das dramáticas injustiças sociais do Maranhão e do Brasil”;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- renovar a política brasileira e maranhense;</li> <li>- fazer um mandato democrático e acessível às entidades representativas da “comunidade universitária”;</li> <li>- equiparar a remuneração dos servidores das universidades à de demais “áreas estratégicas do Estado”;</li> <li>- expansão da UFMA para impulsionar o desenvolvimento regional</li> <li>- reforçar política de Ciência e</li> </ul>	<p>Lula – presidente; Vidigal – governador; Bira – senador;</p>

de debate. Logomarca do PC do B				tecnologia - previsão orçamentária para assistência estudantil	
 <p>Panfleto “Por justiça e liberdade”, em conjunto com a candidata à deputada estadual Helena Heluy (PT)</p>	Eleitorado em geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “com experiência de juiz federal, advogado e professor”.</li> <li>- “candidato com história de luta pela promoção e defesa dos direitos humanos”</li> </ul>	- mudanças na política maranhense e brasileira.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforçar o “presidente Lula em seu projeto de fazer do Brasil um país para todos”</li> <li>- Fazer “justiça com educação, saúde, terra, trabalho e salários dignos”.</li> <li>- mandato com participação popular.</li> </ul>	Lula – presidente; José Alencar – vice-presidente; Vidigal – governador; Terezinha – vice-governadora; Bira – senador Marcio José e Adalberto – suplentes ; Helena – deputada estadual;
 <p>Panfleto “Conheça Flávio Dino”</p>	Eleitorado em geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>- maranhense</li> <li>- dirigente do movimento estudantil secundarista e universitário</li> <li>- “advogado de diversos sindicatos do Maranhão”</li> <li>- “Juiz Federal aprovado em primeiro lugar em concurso de âmbito nacional”</li> <li>- atuação profissional reconhecida com Prêmio Estadual de Direitos Humanos/2004.</li> <li>- presidente da AJUFE</li> <li>- secretário-geral do CNJ</li> <li>- professor da UFMA e UnB</li> <li>- autor de livros</li> <li>- mestre</li> <li>- assessor para montagem do programa de justiça e segurança pública para o “segundo governo Lula”</li> </ul>	- votar pela mudança	-----	Lula

 <p>Panfleto “Maranhão justo. Brasil livre. Flávio Dino deputado federal”</p>	<p>Eleitorado em geral</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- maranhense;</li> <li>- dirigente do movimento estudantil secundarista e universitário;</li> <li>- “advogado de diversos sindicatos do Maranhão”;</li> <li>- “Juiz Federal aprovado em primeiro lugar em concurso de âmbito nacional”;</li> <li>- atuação profissional reconhecida com Prêmio Estadual de Direitos Humanos/2004;</li> <li>- presidente da AJUFE;</li> <li>- secretário-geral do CNJ;</li> <li>- professor da UFMA e UnB;</li> <li>- autor de livros;</li> <li>- mestre;</li> <li>- assessor para montagem do programa de justiça e segurança pública para o “segundo governo Lula”;</li> </ul>	<p>-----</p>	<p>-----</p>	<p>Lula – presidente; José Alencar – vice; Vidigal – governador; Terezinha – vice-governadora;</p>
 <p>Panfleto “Quem é Flávio Dino. Por que Flávio Dino é candidato”</p>	<p>Eleitorado em geral</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- maranhense;</li> <li>- dirigente do movimento estudantil secundarista e universitário;</li> <li>- “advogado de diversos sindicatos do Maranhão”;</li> <li>- “Juiz Federal aprovado em primeiro lugar em concurso de âmbito nacional”;</li> <li>- atuação profissional reconhecida com Prêmio Estadual de Direitos Humanos/2004;</li> <li>- presidente da AJUFE;</li> <li>- secretário-geral do CNJ;</li> <li>- professor da UFMA e UnB;</li> <li>- autor de livros;</li> <li>- mestre;</li> <li>- assessor para montagem do programa de justiça e segurança pública para o “segundo governo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- hora de renovar a política no Maranhão e no Brasil e substituir os antigos políticos”;</li> <li>- “Política não pode ser balcão de negociata”;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Recuperar os sonhos de igualdade e justiça que marcaram a luta contra a ditadura militar e em defesa dos direitos humanos”;</li> <li>- luta contra a corrupção;</li> <li>- reforma política “verdadeira”;</li> <li>- mais justiça social;</li> <li>- “Apresentará propostas concretas para um Maranhão justo e um Brasil livre”;</li> </ul>	<p>Lula – presidente; Vidigal – governador; Bira – senador;</p>

 <p><b>Maranhão justo. Brasil livre.</b> <b>Manifesto da sociedade em apoio a Flávio Dino - Deputado Federal</b></p> <p>Apesar da descrença daqueles que insistem em dizer que "político é tudo igual", a verdade é que existem pessoas e partidos que fazem política de um jeito diferente, movidos não por interesses mesquinhos, mas pela convicção de que é possível construir um País melhor. Flávio Dino é uma dessas pessoas. Sua candidatura surge da convicção de que a política não pode prescindir das pessoas que têm sua trajetória marcada pela ética, pela dignidade e pela defesa dos mais legítimos interesses populares.</p> <p>Flávio Dino nasceu em São Luís em 1968, no auge da ditadura militar. Em 1983 começou a participar do movimento estudantil, sendo em seguida eleito presidente do grêmio do Marista. Mais tarde, integrado o Diretório Central dos Estudantes da UFMA, realizou gestões memoráveis como secretário-geral e como coordenador-geral.</p> <p>Advogou intensamente entre 1990 e 1994, principalmente para sindicatos de trabalhadores, colaborando também com outros movimentos populares. Foi secretário da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA. Aprovado em primeiro lugar no concurso de juiz federal, por obrigação legal afastou-se da política partidária, mas nunca deixou de trabalhar comprometidamente por um novo Judiciário, por um Estado a serviço do povo e por direitos humanos plenos e universais. Sua última função nessa área foi a de secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle dos Tribunais.</p> <p>Assegurando a presença de Flávio Dino na Câmara dos Deputados, a população maranhense terá em Brasília um firme defensor do desenvolvimento de nosso estado e de nosso país, com geração de empregos e distribuição de renda. Flávio Dino lutará pela educação de qualidade, pela democratização da cultura e do esporte, por uma ciência e tecnologia a serviço do desenvolvimento, por avanços na saúde, pela efetiva reforma agrária e contra todas as formas de discriminação.</p> <p>Com Flávio Dino na Câmara dos Deputados, a população maranhense terá um parlamentar crítico e de fétil, que fala o que pensa e faz o que fala. O mandato de Flávio Dino será instrumento de difusão de idéias progressistas e bem fundamentadas, em defesa do progresso de nosso estado e de nosso país.</p> <p>Se você também não está satisfeito com seus representantes e deseja renovação, venha conosco! Flávio Dino na Câmara dos Deputados é a certeza de um mandato democrático e participativo, a serviço de todos aqueles que desejam um Maranhão justo e um Brasil livre.</p> <p>VEJA QUEM ASSINA!</p>	<p>Eleitorado Geral</p>	<p>Lula; - apóia Lula;</p> <p>- “Trajetória marcada pela ética, pela dignidade e pela defesa dos mais legítimos interesses populares”;</p> <p>- maranhense;</p> <p>- dirigente estudantil realizando “gestões memoráveis”;</p> <p>- advogado</p> <p>“intensamente,principalmente para sindicatos”;</p> <p>- colaborou com movimentos populares;</p> <p>- presidente da Comissão de direitos humanos da OAB;</p> <p>- aprovado em 1º lugar em concurso para juiz federal;</p> <p>- afastado por “obrigação legal da política partidária”;</p> <p>- “Nunca deixou de trabalhar obstinadamente por um Estado a serviço do povo e por direitos humanos plenos e universais”</p> <p>- secretário do CNJ, “órgão de controle dos tribunais”</p> <p>- “fala o que pensa e faz o que fala”</p>	<p>- descrença nos políticos</p> <p>- “pessoas e partidos que fazem política de um jeito diferente, movidos não por interesses mesquinhos, mas pela convicção de que é possível construir um país melhor”;</p>	<p>- ser, em Brasília, um firme defensor da população maranhense;</p> <p>- desenvolvimento do Estado e do País;</p> <p>- geração de empregos e distribuição de renda;</p> <p>- educação de qualidade;</p> <p>-democratização da cultura e do esporte;</p> <p>- ciência e tecnologia para o desenvolvimento regional;</p> <p>- avanços na saúde;</p> <p>- reforma agrária;</p> <p>- erradicação do trabalho escravo;</p> <p>- mandato como “instrumento de idéias progressistas”;</p> <p>- mandato democrático;</p> <p>- ser um parlamentar crítico e candidato pra renovar a política no Maranhão;</p> <p>- ganhador de prêmio de direitos humanos;</p> <p>- depoimentos de personalidade da política nacional ligados ao PC do B, presidente do sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Luís, militantes dos direitos humanos, professores universitários e de redes de juventude de opinião;</p>	<p>Bira – senador (como assinante do manifesto)</p>
---	-------------------------	--	--	--	---

<p><b>Veja algumas propostas que o nosso candidato defenderá, como deputado federal, em favor do nosso Maranhão</b></p>  <p>Retirado do Jornal “Flávio Dino deputado federal”.</p>	<p>Eleitorado de São Luís</p>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maranhão solução: Estado de muitas belezas, rico em cultura, histórias e tradições, culinária excepcional e grande potencial turístico;</li> <li>- Maranhão problema: deficiência na saúde, educação e saneamento;</li> <li>- “O Maranhão precisa de um representante que lute com competência e dedicação pelos interesses do nosso Estado. É preciso que nossa voz seja ouvida e respeitada em Brasília”;</li> <li>- reeleição de Lula para que o Brasil continue crescendo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- expansão das vagas para acesso às universidades públicas;</li> <li>- combate à corrupção;</li> <li>- redução das filas e dos represamentos de pedidos de benefícios no INSS;</li> <li>- segurança e Justiça;</li> <li>- incentivo para o acesso de jovens ao mercado de trabalho e aos bens culturais;</li> </ul>	<p>Lula</p>
 <p>Panfleto “Juventude de novo com a força do povo” (produzido pela UJS), com fotos de passeatas, bandeiras da UJS e PC do B, foto e caricatura de Flávio Dino Che Guevara com logo da UJS, logo do PC do B.</p>	<p>Juventude</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “trajetória marcada pela ética, pela dignidade e pela defesa dos mais legítimos interesses populares”;</li> <li>- dirigente estudantil no grêmio do Marista e DCE da UFMA, realizando “gestões memoráveis”;</li> <li>- advogou “intensamente, principalmente para sindicatos”;</li> <li>- colaborou com movimentos populares;</li> <li>- presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB;</li> <li>- aprovado em 1º lugar em concurso para juiz federal;</li> <li>- “Nunca deixou de trabalhar obstinadamente por um Estado a serviço do povo e por direitos humanos plenos e universais”;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- população com descrença nos políticos;</li> <li>- afirmação da existência de “pessoas e partidos que fazem política de um jeito diferente, movidos não por interesses mesquinhos, mas pela convicção de que é possível construir um país melhor”;</li> <li>- política como único “meio de transformar a sociedade”;</li> <li>- necessidade do “voto consciente” para “melhorar a qualidade dos representantes”;</li> <li>- “O Brasil precisa continuar as mudanças inauguradas com a reeleição de Lula em 2002”;</li> <li>- voto da juventude deve “garantir que o Maranhão acompanhe as mudanças que o Brasil vem vivenciando”;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Mandato diferente, democrático e participativo, a serviço do potencial transformador da juventude”</li> <li>- garantir mais direitos para os jovens;</li> <li>- expansão de vagas na UFMA e UEMA, com mais cursos noturnos;</li> <li>- aprovação do FUNDEB</li> <li>- aumento no valor e quantidade de bolsas de pesquisa federal e estadual;</li> <li>- emprego para a juventude;</li> <li>- meia-entrada em eventos culturais e esportivos;</li> <li>- mais verba e construção de espaços destinados à cultura e esporte;</li> <li>- obrigatoriedade de funcionamento de bibliotecas públicas;</li> </ul>	<p>Lula – presidente Vidigal – governador Bira – senador Julio Guterres – deputado estadual;</p>

					<ul style="list-style-type: none"><li>- abertura das escolas públicas no fim de semana;</li><li>- luta contra discriminação, racismo, e a homofobia, implementado direitos e garantias em favor dos segmentos socialmente excluídos e discriminados;</li></ul>	
--	--	--	--	--	--	--

O quadro acima passou por diversas versões, à medida que, como apoio na análise da prática discursiva do candidato, elaborava-se melhor os níveis de análise a serem feitos. A decisão de trazê-lo para o texto deve-se ao fato de contribuir para a melhor visualização das questões que se quer destacar em relação a cada um dos panfletos, mas também para possibilitar uma visão geral dos recursos mobilizados pelo agente. Nos tópicos seguintes seguem-se os comentários.

### 3.2.3.1 Atividade profissional, títulos sociais e reconversões na política.

A lógica da concorrência política impõe a utilização de estratégias de diferenciação do candidato. Nos panfletos e demais materiais de campanha, procura-se realçar os feitos dos candidatos, sua biografia e os critérios tidos como relevantes, de acordo com o público de eleitores a que se destinam. No material de campanha de Flávio Dino há um repertório geral de apresentação do candidato e outros selecionados de acordo com o consumidor do discurso.

Um primeiro recurso a ser destacado é a reconversão da atuação profissional em trunfo político. Dentre os argumentos recorrentes tem-se a amálgama entre militância e ocupação de cargos públicos.

A atividade profissional é introduzida seguindo a cronologia dos acontecimentos marcantes da biografia de Flávio Dino. Não aparece em si mesma, é sempre acompanhada de qualificativos que procuram legitimar as posições político-ideológicas do agente. O texto que se segue é uma espécie de texto base, cujas informações se repetem em vários panfletos:

#### QUEM É FLÁVIO DINO

Nasceu em São Luís - MA, em 1968. Atuou como militante do movimento estudantil secundarista e universitário, sendo coordenador do DCE da UFMA.

Foi advogado de diversos sindicatos do Maranhão (bancários, servidores públicos, comerciários, professores, funcionários da UFMA, previdenciários entre outros).

Juiz Federal (1994-2006), aprovado em 1º lugar em concurso de âmbito nacional.

Recebeu o Prêmio Estadual de Direitos Humanos/2004 em reconhecimento à sua atuação profissional contra graves injustiças, como tortura, trabalho escravo, violência. Foi Presidente da Associação Nacional dos Juizes Federais (AJUFE) e Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça (2005-2006).

É professor da Universidade Federal do Maranhão desde 1993. Foi professor na Universidade de Brasília (UnB) entre 2002 e 2005.

Tem quatro livros publicados, na área jurídica. É mestre em Direito Público, pela UFPE. Integra a equipe que está elaborando o programa de trabalho para o segundo Governo Lula, nas áreas de Justiça e Segurança Pública. (sic)

O agente constrói sua imagem a partir das relações construídas ao longo de sua atuação profissional, dando relevo à vinculação desta com sua história militante. O que é percebido é a utilização de relações sociais conquistadas no espaço profissional e a tentativa de mobilizá-las na empresa política. O agente aciona o capital pessoal<sup>88</sup> acumulado na esfera da atividade profissional na advocacia e no Judiciário, procurando reconvertê-lo eleitoralmente.

Para constituir Flávio Dino como candidato, destaca-se seu capital de notoriedade no espaço jurídico – cargos, funções exercidas, presidência de organizações. Sua apresentação indica sempre a atuação na magistratura, a presidência da AJUFE, o papel relevante na aprovação de leis de reforma do Judiciário e os cargos que ocupou como o de secretário-geral de Conselho Nacional de Justiça. Há ainda, referências ao investimento intelectual, marcado pela escolarização, à produção intelectual, à importância dos cargos que já assumiu e dos títulos de excelência<sup>89</sup>.

A condição de juiz federal lhe possibilitou uma imagem social importante do ponto de vista da acumulação de capital político.

Porém, na apresentação do profissional, apesar do argumento do mérito ser objetivado pelas menções à aprovação em 1º lugar e ocupação de postos importantes, são os atributos morais que qualificam esse critério como recurso eleitoral.

O material de propaganda do candidato enfatizava a sua atuação profissional destacada, tanto no que concerne a ações e benefícios trazidos para aqueles que consomem serviços Judiciários, através dos Juizados Especiais Federais, benéficos “às camadas mais pobres da população”, como um dos principais artífices da empresa de moralização do Judiciário na condição de membro do CNJ, defensor de ações de combate ao nepotismo.

---

<sup>88</sup> Segundo a tipologia proposta por Pierre Bourdieu, “O capital pessoal de ‘notoriedade’ e de ‘popularidade’ – firmado no facto de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um ‘nome’, uma ‘reputação’, etc.)”. (BOURDIEU, 2004c, p.191). Ainda segundo Bourdieu, em geral “é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio profissional da eloquência”. (BOURDIEU, 2004c, p.191).

<sup>89</sup> Coradini analisa os usos práticos que os candidatos fazem de uma ocupação prévia de cargos públicos como recurso eleitoral. A apresentação de Flávio Dino se aproxima do padrão de apresentação “O princípio de legitimação básico nesse nível mais geral é o de que a ocupação desse tipo de cargo é o atestado que comprova determinadas “qualidades” que distinguem esses agentes, sendo que a ocupação do cargo é vista como sua realização prática. [...] nesse nível mais geral, não é tanto o exercício concreto do cargo, mas o simples fato de que determinado agente tenha tido condições de ocupá-lo que comprova essa excelência, ou seja, o já mencionado uso dessa ocupação de cargos no sentido de um título”.(CORADINI, 2001, p.162).

A apresentação de sua “trajetória, marcada pela ética, pela dignidade e pela defesa dos mais legítimos interesses populares”, remete a um atributo do não-político tradicional. Sua propriedade positiva é o afastamento do espaço regido pelos critérios da “má política”; consagra-se pelo pertencimento ao mundo da magistratura, cuja representação conduz a propriedades como ética, seriedade e dignidade. A condição de juiz o situa além das práticas políticas ditas tradicionais.

Assim, tem-se nos panfletos constantes referências à advocacia sindical, ao juiz com experiência na equalização de problemas sociais, demarcando que não se tratava de um candidato aventureiro, mas de alguém que “nunca deixou de trabalhar obstinadamente por um Estado a serviço do povo e por direitos humanos plenos e universais”(Manifesto em apoio a Flávio Dino, 2006).



Ilustração 9 - Inserção do candidato Flávio Dino no Horário Eleitoral Gratuito exibido na TV, uma “externa” feita em frente ao prédio do STF, em Brasília. O texto falado pelo candidato: “Aqui no Supremo Tribunal Federal funciona o Conselho Nacional de Justiça. Fui seu secretário-geral durante um ano. Pude ajudar a aprovar o fim do nepotismo no Judiciário, a realização de concursos públicos, a realização da boa justiça. Quero continuar esse trabalho agora no Congresso Nacional, como deputado federal, fazendo boas leis para que a justiça seja mais rápida, mais efetiva, possa atender melhor os seus direitos, possa não discriminar ricos e pobres e com isso tenhamos um Maranhão Justo, um Brasil livre. Conto com o seu voto”.

Ora a atividade política é vista como continuação da atividade profissional, como no texto da legenda acima, em que o candidato promete “continuar” o trabalho que vinha

fazendo como político no Judiciário. Ora ela aparece como subversão da profissão. A atividade profissional não seria senão a consequência da intervenção política.

Há também o público de advogados e ex-alunos de Flávio Dino, aos quais ele se apresenta “pessoalmente” como candidato:

Colega advogado, colega advogada,

Ao longo da história do Brasil e do Maranhão, representantes da comunidade jurídica sempre tiveram uma posição destacada no cenário político. Por inúmeros motivos, nos últimos anos essa tradição se perdeu.

É hora de mudarmos tal realidade.

Tornei-me advogado no início de 1991, atuando intensamente na vida forense. Depois exerci o cargo de juiz federal, no Maranhão e em Brasília. Atuei como juiz convocado na 2ª instância, no Tribunal Regional Federal da 1ª região. Presidi a Associação Nacional dos Juizes Federais e fui secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça. Exerço também o magistério na área jurídica, há mais de 13 anos. Apoiado nessa experiência profissional, busco um mandato de deputado federal.

Assistimos a uma degradação da qualidade da política brasileira, constantemente exposta a desacertos e escândalos. Contudo, acredito no nosso país e na possibilidade de o povo brasileiro atingir o nível de vida que outras nações já experimentaram. Não podemos aceitar que o Maranhão permaneça como o estado mais pobre do Brasil, com os piores indicadores sociais. Por isso, considero ser a arena política um espaço fundamental a ser ocupado pela classe jurídica.

Dirijo-me a você, prezado(a) colega, para pedir o seu voto, de sua família, de seus amigos. Comprometo-se a ser um deputado federal atuante, dedicado, obstinado na busca de soluções para os problemas brasileiros e maranhenses.

Especialmente, comprometo-me a continuar a luta para que tenhamos um sistema Judiciário sempre melhor: acessível, simplificado, ágil, transparente. Neste passo, a conclusão das reformas nas leis processuais e penais receberá prioridade máxima em minha atuação parlamentar.

A sua participação é muito importante. Sigamos adiante, unidos e otimistas, inspirados nas tradições de nossa classe e no nosso juramento profissional.

Um abraço fraterno,

O agente procura explorar o significado das profissões jurídicas para o exercício da política, sinalizando para a perda do prestígio dessa categoria profissional no meio político. A oposição entre passado de destaque e presente decadente sustenta essa versão, que se aproxima de modalidades de interpretação da região<sup>90</sup>. Tanto a política como a advocacia na política são percebidas como em decadência. Segue a lista de contribuições ao campo do direito, em que se destaca a sua “intensa vida forense”, os vários postos e funções ocupados na magistratura federal, além do “magistério na área jurídica”. Em face da “degradação da qualidade da política brasileira” e do fato de o “Maranhão permanecer como o

---

<sup>90</sup> O antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (1983) aponta para um padrão nas explicações sobre a chamada decadência da lavoura no Maranhão, o qual reproduz conceitos, noções e argumentos que apontam a ausência de determinadas qualificações tidas como necessárias pelos intérpretes que debatem os problemas definidos como regionais. Quanto ao uso desse padrão de explicação nas disputas políticas no Maranhão, ver Gonçalves (2000).

Estado mais pobre do Brasil”, a arena política torna-se “um espaço fundamental a ser ocupado pela classe jurídica”.

Na carta, a profissão é mais “profissional” e menos “militante”. A “imagem” do candidato é desassociada da simbologia da camisa vermelha, substituída pelo paletó e gravata reforçados por imagens de “personalidades” da política nacional ou do direito, por cenários referidos à “comunidade jurídica”, como o STF, o CNJ.

Porém, assim como o “militante”, o “profissional” firma compromissos a partir das demandas de sua base, no caso seus colegas de trabalho (CORADINI, 2001). Há compromissos relacionados à aprovação de leis para a melhoria do sistema Judiciário, “acessível, simplificado, ágil, transparente”, com prioridade para a reforma das leis processuais e penais. O documento se encerra com uma conclamação à “classe jurídica”. “Sigamos adiante, unidos e otimistas, inspirados nas tradições de nossa classe e no nosso julgamento profissional”.

Se na política a decadência do que é velho deve abrir espaço para o novo, na profissão é preciso resgatar a tradição. Embora não haja uma fronteira bem delimitada entre estes dois espaços, o que pode ser visualizado pelo uso que Flávio Dino faz da política na profissão e da profissão na política, é que o agente se pretende “novo e tradicional” em ambos os espaços. Se, por um lado, nega o perfil do político tradicional como político profissional; por outro resgata a história do seu pai na tentativa de dar à tradição da família na política uma coerência militante. Já no espaço jurídico são as qualidades tradicionais que gozam de prestígio público. A isso alia-se o fato do agente pertencer a uma “família de juristas”, o que lhe dota de capital social como trunfo político. Mas, disputa os critérios de reconhecimento dos magistrados, deslocando a tradição do passado e atualizando-a a partir de seus atributos de jurista<sup>91</sup>.

A relação com “a comunidade jurídica maranhense” é mediada pela capacidade que teve de transitar e participar de articulações e negociações em temas relevantes, mas também pelo prestígio da família no espaço jurídico local, “que é uma das mais qualificadas do país” (JORNAL PEQUENO, 09/04/06).

---

<sup>91</sup> Tal afirmação está referenciada, sobretudo, nos discursos de posse de Flávio Dino na AMLJ e nas boas-vindas a ele proferida por José Carlos Souza e Silva, e nas seguintes publicações: COSTA, Flávio Dino Castro e. (org.) **Estudos em homenagem aos professores Antenor Bogéa, Doroteu Ribeiro, José Maria Ramos Martins**. São Luís: Núcleo de Práticas Jurídicas José Maria Ramos Martins, CEUMA, 1997. BRASIL, Tribunal Regional Federal 1ª Região. Seção Judiciária do Maranhão. **30 Anos: “tempus fugit”**. São Luís: Seção Judiciária do Maranhão, 1998.

Além da imagem do profissional militante experiente, em todos os panfletos, jornais, cartas, vídeos e jingles enfatiza-se a condição de líder, no movimento estudantil secundarista (presidente do grêmio), universitário (coordenador do DCE), em atividades político-eleitorais (coordenador da campanha de Lula em São Luís) e na magistratura federal (presidente da AJUFE).

Os panfletos sugerem uma linha coerente de atuação militante que primeiro se inscreve no movimento estudantil, depois, e simultaneamente na atuação partidária, sucessivamente, convertida na atividade profissional como advogado popular e sindical, e, por último, no militantismo associativista no âmbito da magistratura federal. Cada um desses espaços corresponde a diferentes bases de recursos eleitorais<sup>92</sup>.

Outra estratégia utilizada pelo agente foi apresentar-se a cada uma dessas bases especificamente. Havia as qualidades específicas ressaltadas em panfletos direcionados para determinado conjunto de eleitores.

É o caso do material “Flávio Dino: história de compromissos com a UFMA”, detalhando sua vinculação com essa instituição, através da direção do DCE, das funções ocupadas em instituições colegiadas e de proposta para a “melhoria” da universidade. O material sugere uma permanente participação política desde o período do movimento estudantil, ocupando posições de destaque, engajado em causas estudantis e docentes, ao tornar-se advogado da APRUMA (sindicato dos professores da UFMA). É enfatizado ainda capital intelectual, através da indicação de livros publicados, e reforçado pela condição de professor da UFMA, e em âmbito nacional, da UnB.

Noutro panfleto, da UJS, organização juvenil ligada ao PC do B, são reforçadas propostas para a juventude nas áreas de educação. Ampliando o discurso sobre a educação, o público não é mais só de universitários. O panfleto é um investimento do partido na dobradinha Flávio Dino - Júlio Guterres, candidato a deputado estadual pelo PC do B, dirigente do SINPROESSEMA, sindicato dirigido pelo PC do B.

---

<sup>92</sup> Odaci Coradini procurando compreender que relações se estabelecem no exercício profissional como recurso eleitoral afirma que : “Em primeiro lugar, num aparente paradoxo, a importância da ‘profissão’, enquanto base de recursos eleitorais, é inversamente proporcional ao seu exercício, no sentido do exercício direto, conforme as prescrições que o definem. [...] trata-se da mencionada redefinição das relações com a mesma, o que possibilita a apresentação do candidato como incluído nesse mesmo ‘exercício’ como algum tipo de ‘líder’ ou, então, em alguns casos, a colocação desse ‘exercício’ a serviço de uma ‘causa’ externa ao mesmo, como a ‘gestão’ de ‘serviços’ vinculados à ‘profissão’, como a filantropia, a militância partidária, dentre outras. (CORADINI, 2001, p.31) Esta passagem ajuda a compreender não só a utilização da profissão de advogado e magistrado, mas a própria atuação como militante estudantil, na qual, segundo o agente, havia um sacrifício seu, em relação à aprendizagem, boas notas, ou seja, negava as atividades comuns de estudante universitário em nome da qual ele se colocava a serviço como liderança estudantil.

Nesses panfletos dirigidos ao público acima citado são utilizadas fotos do candidato vestindo camisa vermelha, participando de passeatas, carreatas, e da caricatura do candidato (que é uma caricatura de militante também). A imagem do candidato se insere no “estilo” referido ao público e ao espaço político<sup>93</sup>, o que GOFFMAN (1995) denominou de *fachada*. As imagens veiculadas buscam construir proximidades com o público a que se dirige, ou mesmo denotar “seriedade”, “austeridade”, “transparência”, atributos que se aproximam, no caso, o candidato da condição de juiz.

### 3.2.3.2 O manifesto do “voto de opinião”

A produção de materiais de campanha direciona-se para diversos públicos. Isto implica a utilização de estratégias de divulgação em que se leva em conta o tipo de público a que cada material de campanha é direcionado. Nesse caso, foi privilegiado na campanha de Flávio Dino um determinado público, delimitado pela circunscrição simbólica nos “centros urbanos”. Esses eleitores eram definidos como de “voto de opinião”, assim caracterizados por um dirigente político do PC do B que participou da coordenação da campanha de Flávio Dino:

[...] o **partido e os amigos do Flávio são votos que nós chamamos de voto de opinião, voto que é ganho mesmo. O partido é a própria militância e os amigos do Flávio são gente de opinião**, são pessoas influentes, muitos sindicalistas, artistas, professores universitários, advogados, juizes, donos de colégio, empresários. **É um setor que você não precisa se desgastar tanto. Ele é pego pela idéia**, ele pode ser pego pelo panfleto, ele é pego pela falação do Flávio. [...] sujeito que vai lá e bota seu adesivo no carro, não é dependente, não tem parente político, não depende de outros, tá livre ali, é um cidadão, que não é sujeito a coerções financeiras ou porque fulano tá mandando ou fulano tá pedindo. [...] É o voto que você ganha pela idéia. (Entrevista em 14/11/2006)

A caracterização desse público é tensa, pois sintetiza a percepção de um corte de classe, isto é, “ser gente de opinião” significa estar em uma posição social fora de “coerções” sociais econômicas, indicada pela natureza das ocupações e profissões citadas, livre de mecanismos que impeçam a sua liberdade de escolha; mas também não há como deixar de

<sup>93</sup> Conforme Barreria “[...] pensadas sob a perspectiva da construção da representação, da apresentação dos candidatos no cenário público, acrescidas de uma característica (...) de reconstrução da política. A representação significa o modo como eram construídas as articulações entre candidatos e eleitores, a apresentação refere-se ao uso de recursos e imagens que definiam a ‘postura dos candidatos’. A reconstrução aponta a tentativa de transformar a política em esfera legitimada da atividade social”.(BARREIRA, 1998, p.27).

enunciar a evidência e caracterizar parte desses eleitores pelas relações de parentesco e amizade que aproxima eleitor e candidato.

Em relação a São Luís, esse corte também se dava na “invenção” de regiões simbólicas da cidade, como sugere outro coordenador da campanha de Flávio Dino:

Se você verificar qual o deputado melhor votado na área, por exemplo, do eixo Jerônimo de Albuquerque, se você pegar desde o Cohatrac, passando pela Cohama, Angelim, Vinhais e chegando ao Renascença, ele foi, proporcionalmente, o mais votado nesse eixo Jerônimo de Albuquerque [...]

É o eixo, digamos assim, de pessoas com nível universitário, professores, funcionários públicos, quer dizer, a grande parte das pessoas com determinado nível de consciência política abraçou a candidatura do Flávio, era o preferencial desse chamado voto de opinião, voto, digamos assim, daquelas pessoas que ou conhecem o Flávio ou tomaram contato com as propostas, o projeto da eleição Flávio Dino Federal. (Entrevista em 14/11/2006)

Assim, o voto de opinião é referido aos “setores médios da sociedade”, aqueles em que o voto significa “escolha consciente”, fruto de uma operação racional na qual o eleitor seleciona seu candidato pela avaliação da folha de serviços prestados, de seu currículo. Expressa as preferências ideológicas do eleitor, aproximando-se da idéia de “voto-escolha”<sup>94</sup>, cujo significado remete a formas de compreensão do voto a partir do militantismo de esquerda.

Um depoimento de um candidato a deputado estadual pelo PT, amigo de Flávio Dino desde militância estudantil, alertava para a necessidade de “massificação da campanha no espaço em que o voto de opinião é determinante. “Onde que o voto de opinião é determinante? Nos centros urbanos, em qual especialmente? Em São Luís. [...] em São Luís existe um vazio político grande, há muito que o voto de opinião não se manifesta fortemente”. Segundo ainda dizia, esse eleitor faz parte do “eleitorado médio que quer um cara competente, que verbalize bem o que pensa, que tenha uma boa trajetória, que seja um cara de esquerda, progressista e tal”.

O “Manifesto da Sociedade Civil em apoio a Flávio Dino Deputado Federal” oferece elementos para se pensar, por um lado, o relacionamento da candidatura com os “formadores de opinião”, e, por outro lado, o espaço da concorrência eleitoral na disputa pelo “voto de opinião”. Busca-se reforçar a identificação do candidato com um determinado setor

<sup>94</sup> Esta concepção aproxima-se daquela caracterizada por Palmeira, em estudo sobre o significado do voto, como voto-escolha, um tipo de voto no qual se suscita a elaboração de critérios prévios “em que se espera do eleitor a capacidade de listar os atributos do candidato, ou do partido de sua preferência, ou suas próprias motivações pessoais para escolher A ou B”. (PALMEIRA, 1996, p.49-50).

do eleitorado, no caso, o chamado “voto de opinião”. Usa-se o expediente de um manifesto<sup>95</sup> assinado por personalidades de diversos espaços, alguns mobilizados em função da notoriedade profissional; outros pela posição de “militância social” em sindicatos, associações, movimento estudantil etc.,

O manifesto foi lançado na reta final da campanha e contou com a assinatura de “mais de cem personalidades, entre professores universitários, advogados, intelectuais, líderes de entidade e sindicalistas” (Jornal Pequeno, São Luís, 10/09/06) que declaravam seu apoio à candidatura de Flávio Dino:

Apesar da descrença daqueles que insistem em dizer que “político é tudo igual”, a verdade é que existem pessoas e partidos que fazem política de um jeito diferente, movidos não por interesses mesquinhos, mas pela convicção de que é possível construir um País melhor. Flávio Dino é uma dessas pessoas, Sua candidatura surge da convicção de que a política não pode prescindir das pessoas que têm sua trajetória marcada pela ética, pela dignidade e pela defesa dos mais legítimos interesses populares.

Flávio Dino nasceu em São Luís em 1968, no auge da ditadura militar. Em 1983 começou a participar do movimento estudantil, sendo em seguida eleito presidente do grêmio do Marista. Mais tarde, integrando o Diretório Central dos Estudantes da UFMA, realizou gestões memoráveis como secretário-geral e como coordenador-geral.

Advogou intensamente entre 1990 e 1994, principalmente para sindicatos de trabalhadores, colaborando também com outros movimentos populares. Foi secretário da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA. Aprovado em primeiro lugar no concurso de juiz federal, por obrigação legal afastou-se da política partidária, mas nunca deixou de trabalhar obstinadamente por um novo Judiciário, por um Estado a serviço do povo e por direitos humanos plenos e universais. Sua última função nessa área foi a de secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle dos Tribunais.

Assegurando a presença de Flávio Dino na Câmara dos Deputados, a população maranhense terá em Brasília um firme defensor do desenvolvimento do nosso estado e de nosso país, com geração de empregos e distribuição de renda. Flávio Dino lutará pela educação de qualidade, pela democratização da cultura e do esporte, por uma ciência e tecnologia a serviço do desenvolvimento, por avanços na saúde, pela erradicação do trabalho escravo, pela realização de uma efetiva reforma agrária e contra todas as formas de discriminação.

Com Flávio Dino na Câmara dos Deputados, a população maranhense terá um parlamentar crítico e de opinião, que fala o que pensa e faz o que fala. O mandato de Flávio Dino será instrumento de difusão de idéias progressistas e bem fundamentadas, em defesa do progresso de nosso estado e de nosso país.

Se você também não está satisfeito com seus representantes e deseja renovação, venha conosco! Flávio Dino na Câmara dos Deputados é a certeza de um mandato democrático e participativo, a serviço de todos aqueles que desejam um Maranhão justo e um Brasil livre.

---

<sup>95</sup> Além do manifesto, os materiais que se dirigem à “comunidade universitária” e à “comunidade jurídica” e um jornal divulgando entrevistas, intervenções e uma chamada “Escolhi Flávio e porquê”(sic), com vários depoimentos de figuras conhecidas como o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, do Ministro dos Esportes, Orlando Silva, de militantes do movimento sindical, de uma advogada ligada ao tema dos direitos humanos, reforçam as estratégias para alcançar os formadores de opinião.

Reunidos sob o nome de “sociedade civil”, os apoiadores são descritos como quem “não está satisfeito com seus representantes e deseja renovação”. O manifesto repete-se em relação às informações de outros materiais da campanha, mas, destacando a “deterioração da classe política”, apela para palavras de moralização, “ética”, “dignidade” e “renovação”, diante da descrença na classe política<sup>96</sup>.

Predomina as profissões jurídicas e na educação. Dentre essas as de advogado e professor universitário, respectivamente. Ao lado da designação da profissão ou ocupação é destacado, em grande número dos apoiadores, o pertencimento a quadros de direção de sindicatos, associações, uniões e centros estudantis. Há, ainda, significativo número de servidores públicos em função de chefia, assessoria e direção.

Os nomes e os títulos dos apoiadores não estão colocados aleatoriamente. Eles cumprem uma função simbólica (CHARLE, 1990). Fazer referência à posição ocupada pelo apoiador confere peso ao manifesto, mas também se destina a envolver o grupo de pertencimento do apoiador. Ao se enunciar o nome de um advogado respeitado em seu meio, de um diretor de instituição de pesquisa, de estudioso de uma temática o manifesto destina-se não só a explicitar quais e quantos apoiadores, mas a angariar adeptos, “formar opinião” dentre os seus pares.

A definição dos signatários do documento parece não ter consenso dentro do conjunto de apoiadores da candidatura. Um grande eleitor de uma cidade do interior, advogado, ex-aluno de Flávio Dino no curso de Direito da UFMA, além de ter trabalhado com ele na Justiça Federal, disse, em entrevista, não ter entendido como havia ficado fora do manifesto, achando inclusive um erro o seu lançamento sem o registro de assinaturas de apoiadores importantes do interior, prefeitos, vereadores e lideranças:

[...] aquele manifesto que teve no Laguna, aqui em São Luís, aquilo foi erro da assessoria. A gente do interior também devia ter assinado porque isso ia mostrar a força do candidato, mostrar que ele tava espalhado pelo Estado. Ali só tinha nome de gente da capital, não foi convite pra ninguém do interior, achei que foi errado. E outra coisa, tem lá o nome de técnico Judiciário, de professor, não sei o quê, quem foi mais importante na eleição do Flávio. Eu, que dei [...] votos pra ele ou esse voto? Quem foi mais decisivo. Os 20% de votos que ele teve aqui em São Luís ou os 80% que ele teve no interior? (Entrevista em 02/12/2006)

---

<sup>96</sup> Esse tipo de argumentação se aproxima do identificado por Karina Kuschnir nas campanhas para vereador no Rio de Janeiro, dos candidatos que se voltam para o “voto ideológico”: “Mais do que uma identificação direta com algum grupo ou setor da sociedade, essas campanhas tendem a girar em torno de bandeiras morais, procurando associar o nome do candidato a valores como honestidade e integridade, independentemente da sua posição ideológica [...] Honestidade, defesa da cidadania e combate à corrupção são alguns dos elementos-chave desse tipo de campanha”. (KUSCHNIR, 2000, p.27).

O manifesto procura mostrar a diversificação dos apoios nos mais variados setores, afastando-se da imagem dos partidos. Embora haja referência a “partidos que fazem política de forma diferente”, nota-se a ausência da logomarca do PC do B, presente em todos os outros materiais de campanha, e há pouca referência ao fato de vários apoiadores serem filiados e mesmos dirigentes de partidos<sup>97</sup>, aparecendo no manifesto somente identificado pela ocupação profissional ou pela “militância social”.

O interesse dos “manifestantes” em derrubar a idéia de que “político é tudo igual” e em mostrar que “existem pessoas e partidos diferentes” implica em desassociar a chamada política partidária da iniciativa pública, coletiva da “sociedade civil”. Além disso, procura-se indicar à existência de uma outra política, mais ampla, referida à “cidadania”, ao relacionamento ético e a existência de pessoas que se abrem ao convencimento para escolher em quem votar.

O manifesto procura dar um caráter plural para a base eleitoral de Flávio Dino, dando espaço a profissões tradicionais e àquelas socialmente menos valorizadas. O aparecimento dos nomes de apoiadores também se dá a partir da combinação de dois critérios: o qualitativo e o numérico. No início da lista figuram nomes de pessoas referidas a cargos públicos ou a representação em âmbito nacional, “personalidades” fora da região (presidente da Câmara dos Deputados, ministro, assessor da Casa Civil, presidente da UNE, assessor do Ministério da Justiça).

Após esses que figuram no topo do manifesto, segue a lista em ordem alfabética e os apoiadores, “ludovicenses ou residentes em São Luís”, vão sendo distinguidos entre si da seguinte forma. Quando a profissão é de professor, se for universitário, aparece o qualificativo, a universidade e a distinção quanto a ser chefe de departamento, coordenador de programa de pós-graduação, diretor de instituto de pesquisa. Se for servidor da justiça, há a distinção entre oficial de justiça, analista, justiça estadual, justiça federal.

Tabela 1: Profissões e ocupações<sup>98</sup> declaradas no “Manifesto da Sociedade Civil em apoio a Flávio Dino Deputado Federal”

Profissão/Ocupação	Total	(%)
--------------------	-------	-----

<sup>97</sup> Do PC do B, a exemplo, só aparece a vinculação partidária do Presidente do Partido no Estado e em São Luís. O pesquisador identificou pelo menos mais 30 signatários filiados ao P C do B, mas, no manifesto, só aparecem informações relacionadas à atividade profissional/ militância em movimentos sociais.

<sup>98</sup> Uma reflexão sobre realizar a análise estatística com base no declarado no manifesto ou com base no sabido pelo pesquisador sobre a formação e “real” ocupação dos signatários do manifesto foi equacionada a partir do entendimento de que o declarado tem maior peso para a análise, uma vez que dá a conhecer as estratégias operantes no manifesto. Porém, comparativamente, o sabido é acionado na análise das estatísticas sobre o declarado, evidenciando com mais nitidez a força simbólica dos usos de nomes e títulos no manifesto.

Advogados	24	11,37
Agente político	3	1,42
Artista	4	1,89
Assistente Social	1	0,47
Bancário	3	1,42
Cargo ou função pública de chefia, direção ou assessoria	19	9,00
Carreiras públicas privativas de bacharéis em Direito	3	1,42
Dirigentes de entidades representativas	51	24,17
Dirigentes/empregados de ONG's/Institutos	5	2,36
Economista/Contador	3	1,42
Empresários/Administrador	5	2,36
Empresário da Educação	5	2,36
Fotógrafo	1	0,47
Jornalista/radialista	6	2,84
Militante/Ativista	5	2,36
Polícia Civil e Militar	4	1,89
Publicitário	5	2,36
Professores/Educadores/Pedagogas	42	19,90
Profissões médicas	11	5,21
Outros funcionários públicos	3	1,42
Outros servidores da justiça	8	3,79
<b>TOTAL</b>	<b>211</b>	<b>100</b>

Fonte: “Manifesto da Sociedade Civil em apoio a Flávio Dino Deputado Federal”

### 3.2.3.3 Mediando “consciências”: disputas pelo voto de opinião

A função simbólica e numérica do manifesto, arma política (CHARLE, 1990), é fazer a passagem da opinião de consciência individual para uma opinião coletiva sobre o candidato e a candidatura. Fazer circular as representações produzidas, torná-las coletivamente consumíveis.

Uma dessas representações que precisa ter maior circulação é a da característica popular da candidatura. Essa afirmação não se baseia apenas na análise do texto do manifesto mas, observando a quem este se dirige é possível visualizar a concorrência estabelecida com outros candidatos pelo “voto consciente”. A disputa pelo voto de opinião não é travada com candidaturas “conservadoras” ou de “direita”, mas com as de “esquerda”<sup>99</sup>, que especializam suas campanhas na crença da existência do “eleitor esclarecido”.

<sup>99</sup> Beatriz Heredia, pesquisando as disputas eleitorais nas eleições de 1998, no Rio Grande do Sul, afirma que “do ponto de vista dos políticos, embora numa primeira impressão qualquer político poderia ser visto como adversário, a noção de adversário tem um caráter mais restrito e é utilizada para fazer referência basicamente àqueles políticos com os quais se disputa num momento dado o mesmo perfil de eleitores [...] o que de fato

A crença do conhecimento e do reconhecimento de Flávio Dino no meio de “pessoas com nível universitário, professores, funcionários públicos”, do “eleitorado médio” e militantes dos movimentos sociais leva a uma aposta nesses setores como base eleitoral.

Duas outras candidaturas a deputado federal disputam diretamente esse público, as de Domingos Dutra e Washington Luiz, ambos do PT<sup>100</sup>. O primeiro reivindica “origem humilde”, advogado que tem como capital político a defesa de trabalhadores rurais e de sindicatos e que mantém relações com a ala progressista da Igreja Católica e com o movimento estudantil, além de intervir em temas como a defesa de “comunidades negras rurais quilombolas”, e nos antagonismos sociais criados pela instalação da Base Espacial de Alcântara. O segundo é “sindicalista” histórico, que veio para o Maranhão no final da ditadura militar e se estabeleceu no movimento sindical, especialmente ligado ao Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado, além de comandar localmente a chamada “Ala majoritária” do PT.

Os três candidatos negociam, de maneira diferenciada, o acesso à “classe média”. Dutra e Washington mobilizam em prol de suas candidaturas o “orgulho” e a “superação” de suas origens familiares humildes, ao passo que Flávio Dino é identificado como pertencente a setores econômica e socialmente privilegiados<sup>101</sup>. Em termos de uma geopolítica operada entre os três, é comum encontrar a explicação que Dutra tem o voto do eleitor referido aos bairros populares, da chamada “classe média baixa”; Flávio Dino possui reduto nos bairros de “classe média alta”; e Washington pulveriza o voto pelo critério do servidor público federal.

O desafio de Flávio Dino estava em acessar os bairros populares. Um dos apoiadores da campanha de Flávio Dino, apresentado por Humberto Coutinho, era vereador em Paço do Lumiar, município onde hoje está localizado o bairro do Maiobão<sup>102</sup>, reduto histórico de Domingos Dutra.

---

acontece é que há uma certa distribuição territorial entre os candidatos [...] ou, ainda, acaba havendo uma determinada especialização conseqüente dos candidatos, segundo tenham suas bases em determinados segmentos da população ( HEREDIA, 2006, p.167).

<sup>100</sup> Outra disputa travada entre os três era sobre a legítima representação de Lula aqui no Maranhão.

<sup>101</sup> O próprio Flávio Dino, em entrevista, atribui-se a condição de classe média: “E eu te diria que eu sou um filho da classe média, da classe média em sentido ampliado; não da nobreza, né. Das famílias mais nobres do Maranhão, mas filho que a origem remota seria sempre a pequena burguesia, né. Porque os juizes tradicionalmente não tinham a remuneração que tinham hoje. A remuneração hoje é muito maior que há 40 anos atrás. Tanto que o padrão de vida do meu avô era um padrão de vida modesto. Nós morávamos na Rua de Santana, do lado da Lusitana ali, no 384, e em baixo morava meu avô e minha avó. E nós morávamos em cima, quase um apartamento, tinha dois quartos. Uma vida de... classe média, padrão normal de classe média, nada de extraordinário. Bons colégios, meu pai tinha um carro, um fusca. Foi assim que nós... a origem social é essa, um filho da classe média, um filho da pequena burguesia” (Flávio Dino, entrevista em 22/11/2006)

<sup>102</sup> Paço do Lumiar integra juntamente com os municípios de Raposa, São José de Ribamar e São Luís a “região da grande São Luís”.

Em comício realizado no município, Flávio Dino inicia sua fala ressaltando a liberdade de escolha<sup>103</sup> dos presentes:

Todos que estão aqui são livres, são donos de sua liberdade, são donos da sua vida e poderiam estar agora em vários lugares, e escolheram estar aqui, essa noite, porque compreendem a importância da política, porque sabem o que estará em jogo daqui a 15 dias.

Mais uma eleição e de novo, e novamente, os candidatos se apresentam, e muita gente diz que não vai mais votar, que votar não adianta, que votar não resolve, que os políticos são todos iguais, e que por isso é melhor não participar. Vocês e nós, juntos, acreditamos que isso não procede [...] E é por isso que entregamos nossas vidas à política, e é por isso que vocês escolheram estar aqui nos ouvindo esta noite.

Após, associa a sua imagem ao do apoiador, vereador mais votado nas últimas eleições municipais, para afirmar sua disposição de representar bem o Maiobão:

O que define um compromisso não é local onde a pessoa nasceu, eu não nasci em Caxias. Minha esposa nasceu em Caxias. Tenho compromisso político com Caxias porque vou ser o deputado federal mais votado da cidade de Caxias. Posso dizer a mesma coisa pra vocês. Tenho compromisso com vocês porque, sob a liderança de Fred, sob a liderança de Fred Campos e do grupo que ele coordena, que está reunido aqui nesta noite, nós teremos uma grande votação no Maiobão, uma grande votação no Paço do Lumiar, e eu serei, com muito orgulho e com muita honra, o deputado federal de vocês. Muito obrigado e até o dia 3 de outubro

Em relação a Washington Luís, a constante referência de Flávio Dino aos serviços advocatícios prestados para os sindicatos ligados à CUT, ressaltando inclusive a gratuidade destes, rivalizava com a condição de mediador de benefícios que a imagem de sindicalista do primeiro poderia ter junto aos servidores públicos.

O “voto de opinião”, na prática, é acessado a partir de relações pessoais, como a amizade e o parentesco, alianças políticas e capital social advindo dos espaços de atuação política e profissional.

### 3.2.3.2 O que dizem os panfletos dos “aliados políticos”

Os panfletos confeccionados por apoiadores da candidatura de Flávio Dino, principalmente prefeitos e lideranças locais, são elementos interessantes, para se analisar outro nível de idioma relacionado à empresa política. Um vereador do município de Paço do Lumiar assim pede voto para o candidato Flávio Dino:

---

<sup>103</sup> No texto do Manifesto a capacidade reflexiva ,de ficar insatisfeito e desejar mudar, é atribuída aos formadores de opinião.

Você tem em mim seu representante na Câmara Municipal para defender os interesses do povo e o progresso de nossa cidade.

Mas isto não é suficiente, precisamos eleger parceiros do seu vereador para trazer progresso, obras e serviços para nossa Cidade e nosso Estado.

Continuo firme na luta e novamente em campanha, desta vez para eleger amigos e parceiros de grande valor. [segue o candidato à Presidência da República, Governador do Estado e Senador] [...]

Quero lhes apresentar um jovem brilhante para nos representar na Câmara dos Deputados: Flávio Dino, um dos maiores juristas do Maranhão, ex-juiz federal, professor universitário e meu candidato a deputado federal.

Um prefeito de um importante reduto eleitoral que deu apoio a Flávio Dino distribuiu panfleto em que pedia voto aos “amigos e amigas” da cidade:

Em 18 meses como prefeito já realizei mais obras e serviços do que prometi que faria nos quatro anos de Governo.

Tudo isso só foi possível com a ajuda e parcerias de amigos ilustres que nos ajudaram neste início de governo. [...]

**Agora é hora de retribuir.** Quero ajudar, e conto com seu apoio, na eleição de Lula – presidente, Vidigal – governador, Castelo – senador, Flávio Dino – deputado federal e Dra. Cleide – Deputada Estadual.

Os dois panfletos destacam a importância de alianças pessoais com os candidatos como índice de confiança. As relações de amizade com “amigos ilustres” são mobilizadas como critério, tanto para a consecução de obras e ações como para a continuidade das ações até agora realizadas, como as que virão. O voto é pedido pelo mandatário local como uma retribuição, podendo-se ler em termos de dom e contra-dom.

A liberação de recursos é possibilitada via programas desenvolvidos por ministérios do governo federal. No material de campanha da candidata a deputada estadual Cleide Coutinho, o prefeito Humberto Coutinho ressalta as qualidades de Flávio Dino:

Espero contar com sua ajuda para elegermos o ex-juiz federal Flávio Dino como nosso Deputado Federal. **Ele já mostrou sua competência ajudando na liberação de recursos que vão levar 940 casas, água e esgoto para toda a região de Volta Redonda, Vila Alecrim e Vila Lobão.** (Dra. Cleide: uma história de luta pela saúde e compromisso social, 2006, p.2). (grifo meu)

Como é possível identificar no material de campanha à baixo, “Dra. Cleide: uma história de luta pela saúde e compromisso social”, há uma seqüência de fotos cujo foco são as “realizações” do prefeito da cidade (as fotos ilustram programas sociais implantados no município devido à liberação de recursos intermediada por Flávio Dino e o governador José Reinaldo Tavares); há fotos do prefeito com o governador José Reinaldo Tavares e o

candidato ao governo do Estado Edson Vidigal; ver-se também uma foto de Flávio Dino ao lado de lideranças políticas locais recebendo o título de “Cidadão caxiense”:

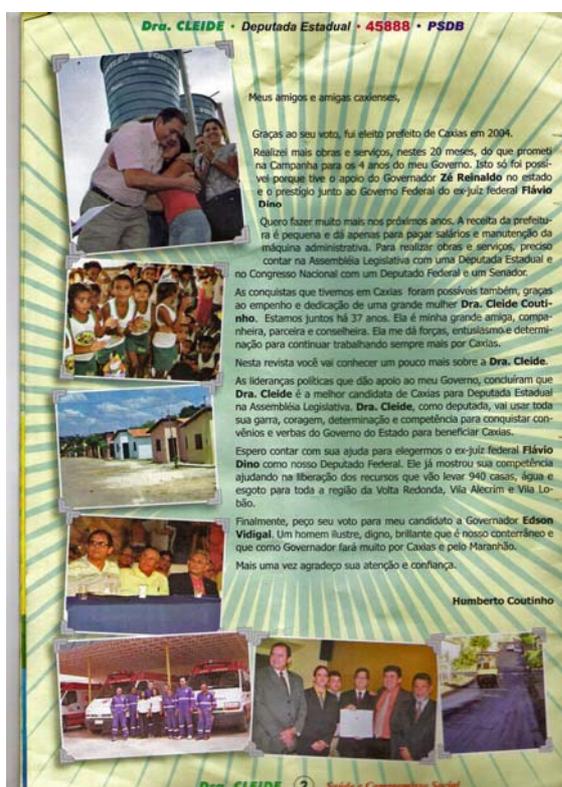


Ilustração 10: Material de campanha da candidata Cleide Coutinho

A campanha do parlamentar no município é efetuada através da associação do candidato às obras que foram realizadas. Competência se confunde com um saber-fazer capaz de ser acionado para a liberação de recurso. Durante a campanha, o papel de mediador foi usado como recurso em atos de campanha. Nos comícios realizados pela *rede* política de Humberto Coutinho, a liberação de recursos feita por intermédio de Flávio Dino era um elemento sempre presente nas falas dos grandes eleitores ligados ao “grupo”. Em um comício no município de Paço do Lumiar, cujo anfitrião era um vereador que se auto-define como “afilhado político” do “grupo” de Humberto Coutinho, há referências reiteradas ao fato. O prefeito Humberto Coutinho lista uma série de benefícios públicos realizados na cidade de Caxias, para em seguida creditar a Flávio Dino parte dessas ações:

Eu quero que vocês vão *in loco* saber que [...] Flávio está fazendo. Sem ser deputado ainda, deu pra Caxias 25 milhões de reais, **emendas sem ser deputado**, só pra Caxias. (sic)

Em termos equivalentes é a fala da candidata à deputada estadual, esposa de Humberto Coutinho, Cleide Coutinho:

[...] política, minha gente, é um sentimento de trabalhar pela defesa da população, mas o sentimento só não resolve, você tem que ter o sentimento e tem que ter ação, e pra ter ação tem que ter prefeito, tem que ter emendas, tem que ter recursos como o doutor Humberto em Caxias, ele é considerado pela sua capacidade, pela sua honestidade, **mas ele recebeu emendas, o Flávio Dino aqui, o nosso futuro deputado federal, conseguiu, sem ser deputado ainda, 25 milhões em recursos** e o Humberto sabiamente soube empregar.

A transação entre a ação do candidato, liberando recursos, e o compromisso do “político local” com a sua eleição permite estabelecer um esquema de análise fundado na prestação e contra-prestação, na dádiva e contra-dádiva (MAUSS, 2003).

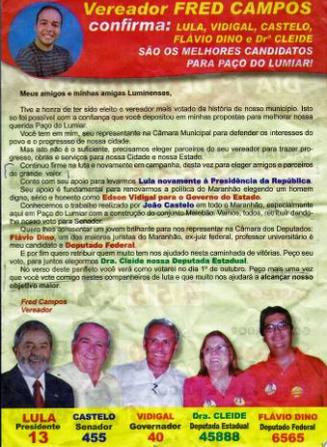
Essa modalidade de apresentação tem a ver com o significado atribuído às obras públicas por parte da população e dos políticos. Como indica os estudos do antropólogo Moacir Palmeira (2006), além de expressarem uma dimensão de patronagem pública, as obras públicas seriam a própria fase da política:

A obra abre a possibilidade de favor dirigido a toda uma coletividade [...] singularizando o político face ao grande doador não político. Mas, sobretudo, a obra é a face pública da política, ao revelar o uso que é feito dos recursos públicos e ao assinalar, para qualquer entendedor, a presença óbvia da política” [...] (PALMEIRA, 2006, p.140).

O período eleitoral é um momento fértil para se perceber os mecanismo de reciprocidades na política (PALMEIRA, 2006). As a mediação de recursos para a consecução de obras públicas é visto como critério legítimo. Construir casas para quem precisa e dar votos para quem as constrói. A liberação de convênios é mediada por um jogo de alianças, dádivas, reciprocidades e reputações morais (BAILEY, 1971).

Quadro 6 - Quadro sinótico sobre material de propaganda de “aliados” de Flávio Dino

Tipo de material/ imagens de Flávio Dino	Público a que se dirige	Cenário político	Apresentação de Flávio Dino	Propostas apresentadas	Referência a outros candidatos
 <p>Material de campanha “Dra. Cleide: uma história de luta pela saúde e compromisso social”/ Foto de Flávio Dino em gesto de cortesia com a candidata</p>	Eleitores do município de Caxias	Realização de obras graças ao apoio do Governador Zé Reinaldo e do prestígio do ex-juiz federal Flávio Dino junto ao governo federal	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prestígio junto ao governo federal para liberação de recursos para obras;</li> <li>- competente;</li> </ul>	Realizar mais obras e trazer mais benefícios para o município	- Edson Vidigal – candidato ao governo do Estado
	Eleitores do município de Caxias	Realização de obras graças a parceiros e “amigos ilustres”	- Conseguiu obras e serviços para o município de Caxias	-----	Lula – Presidente Vidigal – Governador Castelo – Senador Dra. Cleide – Deputada Estadual

<p>Panfleto “Dr. Humberto confirma: Lula, Vidigal, Castelo, Flávio Dino e Dra. Cleide são os melhores candidatos para Caxias”</p>										
 <p><b>Vereador FRED CAMPOS confirma: LULA, VIDIGAL, CASTELO, FLÁVIO DINO e DR. CLEIDE SÃO OS MELHORES CANDIDATOS PARA PAÇO DO LUMIAR!</b></p> <p>Meus amigos e minhas amigas Luminenses,</p> <p>Tive a honra de ter sido eleito o vereador mais votado da história de nosso Município. Isto só foi possível com a confiança que você depositou em minhas propostas para melhorar nossa querida Paço do Lumiar.</p> <p>Você tem em mim, seu representante na Câmara Municipal para defender os interesses do povo e o progresso de nossa cidade.</p> <p>Mas não é só o suficiente, precisamos eleger parceiros do seu vereador para trazer progresso, obras e serviços para nossa Cidade e nosso Estado.</p> <p>Continuo firme na luta e renovarei em campanha, desta vez para eleger amigos e parceiros de grande valor.</p> <p>Conto com seu apoio para eleger: <b>Lula novamente à Presidência da República</b>. Seu apoio é fundamental para renovarmos a política do Maranhão eleger um homem digno, sério e honesto como <b>Edson Vidigal para o Governo do Estado</b>.</p> <p>Continuemos o trabalho realizado por <b>João Castelo</b> em todos os Municípios, especialmente aqui em Paço do Lumiar com a gestão do <b>engenheiro Waldemar Torres</b>, o "luz" de Paço do Lumiar para o Brasil.</p> <p>Cláudio José Simões é um jovem brilhante para nos representar na Câmara dos Deputados. <b>Flávio Dino</b>, um tão grande jurista do Maranhão, ex-juiz federal, professor universitário e meu candidato a <b>Deputado Federal</b>.</p> <p>É por fim quem restou quem não tem nos ajudado nesta caminhada de vitórias. Peço seu voto, para juntos elegermos <b>Dra. Cleide nossa Deputada Estadual</b>.</p> <p>No verso deste panfleto você verá como votarei no dia 1º de outubro. Peço mais uma vez que você vote comigo neste companheiro de Lula e que junto nós ajudará a alcançar nosso querido Paço do Lumiar.</p> <p><b>Fred Campos</b> Vereador</p>  <table border="1" data-bbox="129 662 456 699"> <tr> <td><b>LULA</b> Presidente <b>13</b></td> <td><b>CASTELO</b> Senador <b>455</b></td> <td><b>VIDIGAL</b> Governador <b>40</b></td> <td><b>Dra. CLEIDE</b> Deputada Estadual <b>45888</b></td> <td><b>FLÁVIO DINO</b> Deputado Federal <b>6565</b></td> </tr> </table>	<b>LULA</b> Presidente <b>13</b>	<b>CASTELO</b> Senador <b>455</b>	<b>VIDIGAL</b> Governador <b>40</b>	<b>Dra. CLEIDE</b> Deputada Estadual <b>45888</b>	<b>FLÁVIO DINO</b> Deputado Federal <b>6565</b>	<p>Eleitores do município de Paço do Lumiar</p>	<p>Eleger “parceiros” e “amigos de seu vereador”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Jovem brilhante;</li> <li>- Um dos maiores juristas do Maranhão;</li> <li>- Ex-juiz federal;</li> <li>- Professor universitário;</li> </ul>	<p>Trazer progresso, obras e serviços para a cidade e o Estado</p>	<p>Lula – Presidente Vidigal – Governador Castelo – Senador Dra. Cleide – Deputada Estadual</p>
<b>LULA</b> Presidente <b>13</b>	<b>CASTELO</b> Senador <b>455</b>	<b>VIDIGAL</b> Governador <b>40</b>	<b>Dra. CLEIDE</b> Deputada Estadual <b>45888</b>	<b>FLÁVIO DINO</b> Deputado Federal <b>6565</b>						
<p>Panfleto “Vereador Fred Campos confirma: Lula, Vidigal, Castelo, Flávio Dino e Dra. Cleide são os melhores candidatos Paço do Lumiar”</p>										

#### 4. REDES E RELAÇÕES ATUALIZADAS NA CAMPANHA ELEITORAL

A entrada na disputa eleitoral levou Flávio Dino a mobilizar *redes* constituídas a partir das mais diversas lógicas para a sua candidatura. Neste capítulo, procuro, em primeiro lugar, apreender essas *teias* a partir da construção de uma cartografia de alguns de seus *grandes eleitores*<sup>104</sup>. Em seguida, tento dimensionar quais as lógicas subjacentes a esses vínculos mobilizados para a candidatura e com que bases sociais se relacionam.

Tomar Flávio Dino como *ego*<sup>105</sup> de um *conjunto de ação* implica analisar como o agente recorta no estoque de seu capital social aquelas relações aptas a se tornarem artefatos políticos na disputa eleitoral. Os recursos de que dispõe o candidato possibilitam a entrada na campanha de diferentes modalidades de apoiadores. A adesão ao empreendimento eleitoral não tem um único móbil, tornando-se necessário identificar os idiomas dos principais apoiadores de sua candidatura. Quais os perfis, com que códigos jogam, quais as auto-representações que enunciam e como se relacionam a percepções sobre “eleição”, “representação política”, “eleitores”, “conquista de bases eleitorais”, enfim, quais os princípios de classificação e de hierarquização presentes no seu *savoir-faire* político desses *cabos eleitorais primários* (MAYER, 1987)?

O mapeamento dessas *bases de interconexão* (MAYER, 1987) foi feito a partir de entrevistas, análise de materiais de campanha e trabalho de campo realizado em atos de campanha. Não tenho a pretensão de apreender todo o conjunto de interconexões mobilizados na campanha e, mesmo dentro do *conjunto* limitado, não consegui identificar todos os possíveis vínculos. O quadro que segue, a exemplo, não é exaustivo e tem como critério as principais votações obtidas por Flávio Dino. mas a partir dele é possível uma aproximação com o que procuro estudar aqui.

---

<sup>104</sup> O termo é aqui apropriado de Grill (1999), que o concebe nos seguintes termos: “[...] A classificação destes ‘atores’ como ‘grandes eleitores’, explica-se pela capacidade que os mesmos possuem em administrar adesões, fruto da mediação operada por eles entre diversos segmentos da população e o espaço político em níveis variados.” (GRILL, 1999, p.42).

<sup>105</sup> “As conexões na rede total são relações diádicas entre pessoas, e uma maneira óbvia de se isolar uma posição ou localidade social na rede é tomar qualquer pessoa e examinar a rede a partir de seu ponto de vista”. (BARNES, 1987, p.167)

**Quadro 7 - Principais votações de Flávio Dino indicadas por municípios e alguns dos respectivos apoiadores**

Cidade	Votação	% v/vv no município	% votação do candidato	Grande eleitor	Capital político	Vínculo com Flávio Dino
São Luís	25.433	5,459	20,6	Helena Heluy, candidata a deputada estadual pelo PT	Advogada, jornalista, ex-vereadora, promotora de justiça aposentada, professora do curso de direito da UFMA, militante histórica dos direitos humanos	Relações pessoais e políticas “antigas”
				Rodrigo Comerciário, candidato a deputado estadual pelo PT	Ex-presidente do sindicato dos comerciários e presidente da Federação Estadual dos Trabalhadores no Comércio	Flávio Dino foi advogado do Sindicato dos Comerciários no início dos 90
				Júlio Guterres, candidato a deputado estadual pelo PC do B	Professores da rede estadual de ensino Sindicatos ligados ao PC do B	Relação partidária mobilizada no estado em prol da candidatura de Flávio Dino
				Jefferson Portela, candidato a deputado estadual pelo PAN	Ex-presidente da ADEPOL Sub-secretário da Segurança do Estado	Militou com Flávio Dino no movimento estudantil
				Mário de Andrade Macieira	Capital social mobilizado para a candidatura Dirigente da OAB – MA Professor de Direito da UFMA Reconhecido advogado de sindicatos de servidores públicos	Relação pessoal/ amizade
				Sálvio Dino Junior	Secretário de Estado de Direitos Humanos Militante do Partido dos Trabalhadores	Relação de Parentesco/ Irmão
				Jesus Carvalho	Capital social - empresário da educação	Professor do Marista, desde então mantém vínculo de amizade
Caxias	20.825	44,63	16,8	Humberto Coutinho	Atual prefeito de Caxias; deputado estadual por quatro mandatos, bases eleitorais na “região dos Cocais”;	Vínculo mediado pelo Governador José Reinaldo Tavares
Tuntum	8.801	48,18	7,1	Tema	Prefeito da Cidade, presidente da FAMEM	Vínculo mediado por Humberto Coutinho/ Sálvio Dino (Pai)

São Domingos do MA	7.006	38,34	5,6	Cleber Tratorzão (PSB)	Secretário Regional do Governo do Estado	Vínculo mediado por Humberto Coutinho/ Governador José Reinaldo Tavares
Pindaré-Mirim	4.646	32,42	3,7	Henrique Salgado (PSB)	Prefeito da cidade	Vínculo mediado pelo governador José Reinaldo
Santa Luzia do Paruá	3.812	35,05	3,0	Nilton Ferraz	Prefeito da cidade	Vínculo mediado por Humberto Coutinho
Parnarama	3.321	21,17	2,6	Lideranças locais		Humberto Coutinho
São Mateus	2.732	15,52	2,2	Miltinho Aragão (PSB)	Advogado, segundo colocado na última eleição para prefeito da cidade	Amigo, estudou com Flávio Dino no curso de Direito
Grajaú	2.516	10,92	2,03	Alan Kardec Barros	Professor da UFMA Mobilização da herança política da família na cidade	Relação de parentesco/ primo
Santo Amaro	2.250	36,29	1,8	Chico Moura (PRONA)	Prefeito da Cidade	Assessoria jurídica para a prefeitura
Pedreiras	2.176	11,10	1,7	Edmilson Filho	Ex-prefeito da cidade	Vínculo mediado por Humberto Coutinho (prefeito de Caxias)
Itapecuru	2.052	8,17	1,6	4 vereadores		Aliança construída no tempo de política
Barreirinhas	1.704	7,10	1,3	Doutor Miltinho (PT)	Prefeito da Cidade	Irmão de um ex-sócio de Flavio Dino em escritório de advocacia
Santa Filomena	1.583	43,57	1,3	Lideranças locais		Vínculo mediado por Humberto Coutinho (prefeito de Caxias)
João Lisboa	1.540	12,66	1,24	Sálvio Dino	Espólio eleitoral no município	Relação de Parentesco/ Pai
Brejo	1.503	9,62	1,2	Padre Flávio	Vice-Prefeito da cidade	Vínculo de conhecimento, atualizado como aliança política
Senador Alexandre Costa	1.463	29,83	1,18	Dona Sula (PFL)	Prefeita afastada do cargo	Aliança política mediada por serviços jurídicos
Magalhães de Almeida	1.450	18,36	1,17	Eduardo Tobias (PSDB)	Segundo colocado na última eleição para prefeito	Candidato apresentado por um amigo
Paço do Lumiar	1.433	4,35	1,15	Fred Campos (PMDB)	Vereador mais votado da última eleição	Aliança política mediada por Humberto Coutinho
Zé Doca	1.368	6,70	1,10	SINPROESSEMA	Mobilização dos professores da rede estadual de ensino	Sindicato ligado ao PC do B
Matões	1.313	9,84	1,06	Lideranças locais		Aliança política mediada por

				-		Humberto Coutinho
São Bernardo	1.280	10,32	1,03	Júlio Esperança	Candidato a vereador nas últimas eleições	“Apresentado” no período de campanha por um amigo
Buriti	1.278	10,25	1,03	Antônio Flora	Vice-Prefeito da Cidade	Aliança política “acidental”, o candidato passava pela cidade e conheceu o vice-prefeito que, após conversa, definiu apoiá-lo
Codó	1.141			Francisco Mendes (PSL)	Advogado e defensor público no município, foi candidato a vereador na última eleição	Ex-aluno de Flávio Dino; Trabalhou com Flávio Dino na Justiça Federal

É possível diferenciar na lista de *grandes eleitores* alguns conjuntos de apoiadores. Um primeiro conjunto se relaciona ao capital social e político constituídos ao longo da militância de Flávio Dino no movimento estudantil, no Partido dos Trabalhadores, na atividade profissional como advogado de sindicatos e na rede de relações pessoais. O conjunto dessas relações é reatualizado para a disputa eleitoral.

Um segundo conjunto de relações se refere aos laços de parentesco acionados para a disputa eleitoral. Esses laços tanto possibilitam conexões com redutos eleitorais da família, como são úteis no trabalho de interconexão com aliados políticos, ajudando na ramificação da campanha. A *herança eletiva*<sup>106</sup> é acionada em pelo menos dois municípios, redutos políticos do pai de Flávio Dino. Em um desses municípios, Grajaú, o lançamento da candidatura de Flávio Dino foi marcado por uma festa da família Barros<sup>107</sup>, família da qual Flávio Dino desce e que se engajou parcialmente na campanha.

Um terceiro conjunto de relações presente se relaciona ao vínculo com o PC do B, que possibilitou a mobilização em prol de sua campanha de organizações estudantis e sindicais ligadas à agremiação partidária. Além disso, o partido agenciou o capital político que dispõe em âmbito nacional, com a participação na campanha de dirigentes nacionais com notoriedade para além do partido, bem como de ocupantes de cargos no governo federal.

Por último, tem-se um conjunto formado de apoios conquistados pela adesão de Flávio Dino à *fação* estruturada pelo governador José Reinaldo Tavares, este ocupando o papel de mediador entre prefeitos e “lideranças” e o candidato.

Diante dessa configuração, um *conjunto de ação* cujas bases de conexão com o candidato pautam-se por variadas lógicas, o empenho agora será o de, a partir de dados coletados no *trabalho de campo*, em entrevistas, em participação em reuniões e em atos de campanha, analisar alguns dos *grandes eleitores* que representam as várias *redes* em jogo nesse empreendimento eleitoral. Para se compreender essa dimensão de maneira mais aprofundada, busco analisar, a partir de entrevistas realizadas, as falas de alguns agentes envolvidos na campanha, atentando para as formas de representação sobre o candidato e para as relações de reciprocidade em jogo.

---

<sup>106</sup> Herança eletiva é o acionamento do parentesco como recurso eleitoral.(GARRAUD, 1992)

<sup>107</sup> “[...] teve uma festa dos Barros, a primeira em anos que ocorre, foi uma festa dos Barros, ocorreu essa festa e o Flávio este presente, então se reuniram uns 300 descendentes de Barros, aí chegou o Sálvio pai, foi o Sálvio filho junto, e basicamente foi o dia do lançamento da campanha de Flávio em Grajaú”.(Entrevista com Alan Kardec Barros em 09/11/2006).

Ilustração 11 - Rede política da campanha de Flávio Dino identificada pela pesquisa

Ilustração 12 – Mapeamento de apoiadores por município, no Estado do Maranhão

#### 4.1 Conjunto de ação “ideológico” e o voto de opinião como trunfo

Uma parcela de apoiadores da candidatura Flávio Dino possuía vínculos, com o candidato, anteriores à campanha. Esses vínculos foram atualizados em função da disputa eleitoral e materializados em vários níveis de engajamento.

Em relação às “dobradinhas” políticas, destaca-se um *grande eleitor* amigo desde o período da militância estudantil, com quem Flávio Dino coordenou o Diretório Central dos Estudantes da UFMA. Atualmente, esse *grande eleitor* é delegado de polícia, com militância associativa no meio – foi presidente da ADEPOL do Maranhão, tendo ocupado postos importantes na área de segurança pública a partir do governo José Reinaldo Tavares, como o de sub-secretário de Segurança Pública do Estado e delegado-geral de Polícia do Maranhão.

A atuação de Flávio Dino como advogado sindical no início dos anos 90 tornou-se outro trunfo para conquista de cabos eleitorais. Assim, um candidato a deputado estadual pelo PSB que fez “dobradinha” com Flávio Dino é um ex-diretor do Sindicato dos Bancários do Maranhão, a quem Flávio Dino se referiu, em um ato de campanha como “ex-patrão<sup>108</sup>”, porque se conheciam pelo vínculo criado quando advogou para o referido sindicato.

Outro candidato sindicalista, este filiado ao PT, cuja base são os trabalhadores no comércio, também fez “dobradinha” com Flávio Dino a partir do trabalho de assessoria jurídica prestado no passado pelo candidato.

Em outra situação, o *cabo eleitoral*, amigo e colega de profissão de Flávio Dino, mediou o apoio do irmão, prefeito, à candidatura.

Uma *grande eleitora*, que fez dobradinha com Flávio Dino em São Luís, é promotora de justiça aposentada, militante de direitos humanos e professora de direito da UFMA. Filiada ao PT desde 1988, já foi vereadora na cidade e atualmente está em seu segundo mandato de deputada estadual, com uma atuação parlamentar marcada pelo engajamento em causas coletivas referidas aos movimentos sociais e por empresas de moralização política. O irmão de Flávio Dino, Sálvio Dino Jr., foi seu assessor parlamentar durante alguns anos.

Conhecedora da família de Flávio Dino, mantém com a mãe deste vínculos de amizade desde os anos 70, teve um “re-encontro” com candidato na militância política a em 1985. A partir de então mantiveram relações de proximidade política no interior do PT, com Flávio Dino coordenando sua campanha à vereança de São Luís em 1988.

---

<sup>108</sup> Termo usado para apresentar esse *grande eleitor* no lançamento do “Manifesto da Sociedade Civil em favor da candidatura Flávio Dino”, em 12 de setembro de 2006.

A *grande eleitora* classifica Flávio Dino como “competentíssimo” e “superdotado”, lembrando que ele sempre foi “militante” e, mesmo como juiz, nunca deixou de sê-lo, apostando em uma “postura crítica” e “mobilizadora” no espaço da magistratura. Mas não esconde o seu desapontamento com o fato do candidato não ter “voltado ao PT”, embora diga entender suas razões: “talvez não se sentisse preparado para qualquer tipo de embate, pode ter sido isso”. (Entrevista em 09/11/2006)

Sobre o mandato de Flávio Dino, sua expectativa é de que “[...] o mandato acho que pode ser realizado no jurídico mesmo, fazendo leis, que é a tarefa que a Constituição nos apresenta, de legislador, e uma contribuição muito grande em relação às causas”. A idéia de representação política se adstringe ao papel definido no conjunto de leis que regem a atividade parlamentar no Brasil, principalmente a atividade de legislador, uma concepção geralmente esposada por “parlamentares ideológicos” (KUSCHNIR, 2000).

Ao se referir aos eleitores que votaram em Flávio Dino, a deputada enfatiza o papel do chamado “eleitor de opinião”:

[...] eu acho que em primeiro lugar, um eleitorado que faz opinião, pegando setores médios e alguns setores que mesmo que não tivessem tido a ação do advogado Flávio Dino, mas foi passado para esses setores aquele Flávio Dino advogado de trabalhadores. Então eu acho que esse setor é formador de opinião, e ajudou bastante, inclusive em São Luís. (Entrevista em 09/11/2006)

O “voto de opinião” aparece como decisivo na eleição do candidato. É um tipo de voto com o qual se identifica e que alguns inclusive dão um sentido explicitamente superior aos outros espaços pelos quais transitou o candidato.

#### 4.1.1 O professor-discípulo

Professor de Flávio Dino no Colégio Maristas, esse *grande eleitor* é tido como quem lhe apresentou o “marxismo” e a “visão crítica da realidade. Sócio-proprietário de um colégio, refere-se ao fato de ter sido membro de diretorias do sindicato dos professores da rede particular de ensino nos anos 80. Para ele, essa campanha foi a oportunidade de reencontrar “velhos companheiros”, como o próprio Flávio Dino, com quem, apesar de uma certa distância, “nunca perdeu a sintonia”.

Nós conseguimos ao longo desse período, fazer muitas amizades e isso nos permitiu ajudar o Flávio a visitar locais e pessoas que não o conheciam e que precisa realmente de que pessoas com alguma inserção e conhecimento com essas outras

pessoas pudessem falar do que é a trajetória do Flávio e que pode representar um projeto político novo. (Entrevista em 14/11/2006)

A mediação entre o candidato e o eleitor é feita por quem detém uma rede de amizades de pessoas “conhecidas”.

A entrevista é entrecortada por referências a “feitos” do “melhor aluno que já tive”. Segundo diz, Flávio Dino representava o aluno em sua “integralidade”, pois “detinha informações não só acadêmicas, mas atualizações políticas”. Destaca a precocidade do aluno na capacidade de interpretação política, sempre “inteirado da conjuntura política local e nacional”. “Ele me instruía a respeito de quem era fulano ligado ao MR8, ao PC do B”.

O relato laudatório continua de modo que a “trajetória” do agente é retraçada a partir de pontos “incomuns”. Assim, é referido como dono de “redações muito brilhantes que o tornavam incomum na sua idade”; “ainda no terceiro ano fez vestibular por experiência e foi o primeiro lugar da UFMA; fez no final do ano, foi novamente o primeiro lugar geral; e, de novo, pra filosofia, enfim, três vezes primeiro lugar”. Ao ingressar na UFMA, “logo se destacou pela sua capacidade de atuação e elaboração política”, sendo convidado para ser secretário geral do DCE, “que era um cargo de elevada importância”, já no “primeiro período”.

A dimensão heróica aparece quando o *grande eleitor* fala da votação pela capacidade de “trabalho” do candidato<sup>109</sup>, a “dedicação de um partido que é um partido de um perfil muito elogiável, porque houve engajamento, houve entrega”. A votação seria decorrente, também, da divulgação das propostas do candidato, principalmente junto aos “setores de opinião”. Cita a divulgação do manifesto de apoio à candidatura, que “incluiu amplos setores da sociedade civil”, mas com grande destaque junto ao “pessoal da área jurídica”, “advogado então, essa categoria constituiu-se de muitos engajados”.

A preferência pelo candidato também ocorria em meio aos que cursavam “faculdades”. “Se você conseguisse fazer uma enquete nas faculdades de Administração, mesmo nas faculdades privadas, você vai verificar que Flávio era sempre o favorito”.

O que “conquistava” as “pessoas” era “a trajetória pessoal brilhante, realmente as pessoas se empolgam com pessoas que construíram alguma coisa”. Os elogios se voltam para o significado da trajetória de Flávio Dino para a região:

---

<sup>109</sup> “O Flávio ele trabalhou muito nessa campanha. Eu poucas vezes vi uma pessoa trabalhar tanto dentro de um objetivo. O Flávio foi realmente um incansável, a prejuízo, muitas vezes, da própria saúde”.

Se você fizer uma análise dos cargos que ele ocupou, ele é, dos maranhenses da atualidade, com que teve uma das trajetórias mais brilhantes nos dias de hoje. O Flávio, com apenas 38 anos de idade, ele já tem quatro livros publicados, tá publicando o quinto livro, já é uma referência. (Entrevista em 14/11/2006)

A distinção também se repete a vulgata quanto à sua posição política ao longo de sua trajetória, “sempre reconhecido como político, porque a política ela não se restringe à questão partidária”, enumerando os espaços de liderança política por onde o candidato se conduziu:

[...] ele foi político por excelência, eleito presidente do grêmio do Colégio Marista, estudante da UFMA, ele foi coordenador do DCE. Tornou-se juiz federal, tornou-se presidente da Associação dos Juizes Federais, quer dizer, por onde passou, ele sempre representou a sua categoria, numa clara demonstração que ele é uma liderança. (Entrevista em 14/11/2006)

As qualidades de Flávio Dino, além do “brilho” e do “desempenho pessoal”, são a sua “franqueza” e a sua “sinceridade”, aspectos que “credibilizam” o candidato.

#### 4.1.2 Dirigente do PC do B

Trata-se de um dirigente do PC do B do Maranhão, tido como “quadro histórico” do partido, candidato a deputado estadual nas eleições de 2006, fez “dobradinha” com Flávio Dino. Relatou-me que seu pai foi militante do PC do B e é referido por ele como um dos organizadores do partido no Maranhão nos anos 60. Assim, “desde os sete anos de idade que eu convivo com a política”. Por causa do Golpe Militar de 64, a família mudou-se de Caxias, cidade onde moravam, para São Luís. “Mesmo com sete anos de idade eu já andei aí escondendo uns livros, naquele tempo você ter livros de esquerda...”. Ele relata seguidas inserções no movimento estudantil, primeiro como estudante da Escola Técnica, depois com a militância em “clubes de jovens”, na universidade, coordenou movimentos ligados ao partido, mas ressalta: “sempre com a orientação do PC do B”. Na Universidade. Depois que saiu da militância estudantil, foi para o movimento sindical, “dirigindo” o Sindicato dos Metalúrgicos por nove anos.

Candidatou-se pela primeira vez em 1982, pelo PMDB, “porque o partido ainda estava na clandestinidade”. Foi nesse período que conheceu Flávio Dino, com quem “atuava muito proximamente”.

Atualmente é dirigente do Sindicato dos Trabalhadores na Educação do Maranhão, sindicato do qual já foi presidente e de onde provém a sua principal base eleitoral, “os professores” da rede estadual de ensino.

O convite para que Flávio Dino ingressasse no PC do B, segundo relata, atendia a uma estratégia nacional do partido, que orientava as seções estaduais a convidar “personalidades” para se filiarem. Flávio Dino se encaixava nesse perfil, pois era uma “personalidade” reconhecida pela “folha de serviços prestados” e uma “conduta irretocável”.

Segundo dizia, a marca do partido sempre foi a atuação sindical e no movimento estudantil, além de uma inserção no “movimento comunitário”. A entrada de Flávio Dino atendia a um anseio do PC do B por ampliar a base social do partido no Estado, o que equivalia a entrar na “classe média”. Em sua opinião, a entrada de Flávio Dino no partido havia quebrado “um ranço comunista” da classe média:

Com a vinda dele, do ponto de vista até pessoal, pelas suas ações políticas e profissionais, ele é uma pessoa que ele vindo, ele traz até outras pessoas para o partido, outras pessoas do seu mesmo quilate, outras pessoas que respeitam a posição dele e que entendem que é importante, alguns até deverão estar se filiando [...] um pouco quebrando um tabu em relação a um certo preconceito em relação ao PC do B. Hoje, setores que até nem gostavam de ler o material do partido, hoje já lêem porque o Flávio leva o material, e aí ele “Pó! Então vamos ler, vamos discutir”.

A investidura partidária do candidato tem como contra partida a ampliação do *capital político* do partido entre os “profanos”, mas também no espaço dos embates políticos, principalmente entre as chamadas esquerdas:

O PC do B hoje já é contado como uma força política. Infelizmente, nós vivemos num país em que, quem não tem mandato, não tem força, é assim que é contado. Até antes da eleição do Flávio, o PC do B, embora a gente dirija o maior sindicato do Estado, a gente dirija o sindicato dos metalúrgicos, “quem é o PC do B? Tem quantos deputados? Não tem nenhum. Ah! Então não conta” [...] hoje, a gente pode dizer o PC do B tem um deputado federal e o mais votado nos setores de esquerda.

Em São Luís, a dobradinha funcionou como um “cartão de visitas” de Flávio Dino em alguns setores: “inseri o Flávio em vários outros segmentos que ele não teria como entrar”.

Quanto à avaliação do eleitorado que votou no candidato Flávio Dino:

Aqui em São Luís o Flávio conseguiu conquistar esses amplos setores médios. Ele como professor universitário, como juiz, que tem uma folha de serviço aqui no Estado. Então não foi muito difícil [...] esses setores médios que ele já tinha uma inserção facilmente passaram a apóia-lo.

Já nos “municípios”, Flávio Dino fez “alianças políticas” com o “compromisso de melhorias desses lugares”, tudo porque “ele conseguiu compreender a necessidade de ampliar esses apoios”.

Entre os professores, sua base eleitoral, avalia que recebeu uma boa votação, embora reclame de uma categoria que “faz muito culto ao individualismo”: “às vezes as relações pessoais com um e com outro, a categoria não adquiriu essa visão mais corporativa. [...] Muitas vezes a gente diz assim “-Tem o Júlio que é candidato; - mas tem fulano que é meu tio”.

O grande eleitor projeta cenários para as eleições de 2008, quando o partido pretende lançar um candidato a vereador: “a gente tem a impressão que desta feita a gente vai obter êxito, agora, inclusive, com nosso deputado federal dando apoio pra ajudar”.



Ilustração 13: Reportagem mostrando o candidato Flávio Dino em conversa com Aldo Rabelo, deputado federal pelo PC do B e presidente da Câmara dos Deputados. Dois elementos se destacam na reportagem, um primeiro é a utilização de quadros nacionais do PC do B na campanha como o próprio Aldo Rabelo, que apareceu no Horário Eleitoral Gratuito do candidato e materiais de campanha. Outro elemento diz respeito à mediação de pleitos de suas bases eleitorais junto ao “poder central” em Brasília; em Grajaú, cidade referida na matéria, a campanha foi coordenada pelo seu primo, Alan Kardec Barros, professor da UFMA.

## 4.2 Investidura faccional e ampliação das bases eleitorais

Em 2004, o governador do Estado do Maranhão José Reinaldo Tavares rompeu com o chamado “grupo Sarney”, que havia garantido a sua eleição em 2002. Essa *tomada de posição* implicou na rearticulação do leque de aliados, com a constituição de uma *facção* política formada, dentre outros elementos políticos, por setores ditos de oposição à “Oligarquia Sarney”. No início de 2005, Sálvio Dino de Castro e Costa Junior, irmão de Flávio Dino, filiado ao Partido dos Trabalhadores e assessor da deputada estadual Helena Heluy (PT), foi nomeado secretário estadual de Justiça e Cidadania pelo governador. A nomeação de Sálvio Dino indicava a tentativa de estabelecer uma *interconexão* entre o Partido dos Trabalhadores e a *facção* comandada pelo governador.

Parte do *conjunto de ação* mobilizado pelo candidato Flávio Dino derivou de sua inserção na *facção* e o apoio do então governador do Estado do Maranhão, este filiado ao PSB. Tratava-se de uma tentativa de “entrada por cima”<sup>110</sup> na política, para um cargo hierarquicamente importante. Essa definição passou pela garantia do apoio do mandatário estadual à sua candidatura, fato divulgado pela imprensa local: “Na ocasião [ato de filiação de Flávio Dino], o governador José Reinaldo disse que votará em Dino para deputado federal”. (Jornal Pequeno, 29/03/06).

Flávio Dino recebeu do governador a incumbência de construir um “pólo eleitoral” (entrevista concedida por Flávio Dino) além da chamada “Frente de Libertação do Maranhão”<sup>111</sup>. Esse pólo se materializou na coligação “A força do povo”, formada por partidos “de esquerda” - PSB, PT e PC do B, que lançou para a disputa ao governo do Estado, Edison Vidigal, ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Houve um entusiasmo dele quando fui até ele dizendo da minha intenção de ser candidato. Houve um entusiasmo dele, um apoio dele, ao mesmo tempo em que isso se coadunava com a estratégia de construção de mais um pólo eleitoral. (Entrevista com Flávio Dino em 22/11/2006)

---

<sup>110</sup> No sentido apontado por Coradini, como uma característica de um conjunto de políticos e candidatos que “em sua maior parte, nunca chegaram a ser vereadores ou prefeitos ou terem ocupado cargos desse nível, ingressando diretamente como deputados ou secretários ou, então, tendo uma ascensão muito rápida na “carreira” política.” (CORADINI, 2001, p.168).

<sup>111</sup> Os que compunham a Frente de Libertação do Maranhão eram o PSB, PDT, PSDB, PPS, PT, PAN, PL, PCB, PMN e PC do B, unidos em torno da pré-candidatura do ex-prefeito Jackson Lago (PDT) ao Governo do Estado. Com a regra da verticalização, esse projeto foi inviabilizado, visto que PT, PSDB e PDT lançaram candidatos próprios.

A aliança política com o governador do Estado possibilitou a Flávio Dino ampliar o estoque de recursos eleitorais, pois, pela mediação do mandatário estadual, conquistou a aliança com o prefeito de Caxias<sup>112</sup>, Humberto Coutinho. Médico de profissão, Humberto Coutinho ganhou notoriedade na cidade pela prestação de assistência médica feita em seu próprio hospital: “As pessoas faziam filas para disputar uma consulta, uma cirurgia ou uma internação no hospital da Dra. Cleide e do Dr. Humberto”<sup>113</sup>. Começou a “vida política” como vereador de Caxias, em 1988, elegendando-se, depois, deputado estadual por quatro mandatos consecutivos (1990, 1994, 1998, 2002), considerando-se “um deputado regional”. Em 2004 foi eleito prefeito da cidade de Caxias, derrotando a então prefeita Márcia Marinho, ligada ao “Grupo Sarney”, o que o levou a se aproximar do Governador José Reinaldo Tavares, à época rompido com o “Grupo Sarney”.

A campanha de Flávio Dino gravitou em torno de dois centros, a mobilização de um conjunto de agentes que já tinham vínculos prévios com o candidato, quer de amizade, na esfera profissional ou na política; e a administração de novas relações políticas, principalmente pela mediação do governador do Estado.

A aliança com o “grupo” de Caxias redundou na dobradinha entre a candidata a deputada estadual Cleide Coutinho, esposa do prefeito da cidade, e o candidato. Além disso, a conquista desse vínculo possibilitou uma adesão em “atacado”<sup>114</sup>, com a entrada na campanha de Flávio Dino de um conjunto de apoiadores, incluindo-se prefeitos, vereadores, ex-prefeitos e “lideranças políticas locais”. Tem-se, então, a adesão do “grupo político” capitaneado pelo prefeito Humberto Coutinho, ramificado na “região dos cocais” e em outras cidades, cujos critérios de interconexão se constituem em laços pessoais, de “apadrinhamento político” e alianças políticas.

Descrevo, a seguir, dois *grandes eleitores* conquistados a partir das relações travadas entre a tríade Flávio Dino – José Reinaldo Tavares – Humberto Coutinho. As informações foram coletadas com base em entrevistas e em conversas informais. Atento principalmente para o modo como Flávio Dino foi apresentado nas localidades onde os cabos eleitorais detêm capital político e quais os códigos inscritos na “troca de apoio”.

#### 4.2.1 O vereador empresário

<sup>112</sup> Caxias é o terceiro maior colégio eleitoral do Maranhão, com 91 mil eleitores.

<sup>113</sup> Material de campanha da candidata a deputada estadual Cleide Coutinho.

<sup>114</sup> Expressão utilizada por Coradini (1998b) para caracterizar candidatos que ingressam na política “por cima” e que conseguem apoio através de adesões em “cascata”.

O primeiro *grande eleitor* é o presidente da Câmara Municipal da principal base de apoio de Flávio Dino no “interior” do Estado. Vereador de terceiro mandato, explica que a família sempre “militou politicamente” na cidade, o pai, comerciante de profissão, foi “linha de frente” em várias campanhas de prefeitos e deputados na região. Em 1992, a família resolveu que deveria lançar um candidato.

[...] aí surgiu a idéia da gente colocar um membro da família pra que a gente possa ser bem representado, uma pessoa que a gente tinha acesso, um pessoa que tivesse condições de defender os interesses dos mais carentes, mais humildes, porque uma coisa eu posso garantir: na minha casa o assistencialismo, ele é permanente. Isso foi que fez com que essa candidatura viesse a ser fortalecida, por conta do trabalho de assistência social que meu pai fazia. E nós precisávamos de um mandato para dar continuidade, fazer com mais ênfase, fazer um trabalho melhor, mais aprimorado. (Entrevista em 08/12/2006)

Aqui, fazer “assistência social” aparece como um modo legítimo de fazer política. A representação política, situada como trabalho de mediação entre benefícios e a população, é guiada pelo critério pessoal, pois é o parentesco que garante o acesso ao representante político.

Elegeram-se vereador em 1992, aos 18 anos de idade, e orgulha-se de ter sido o sexto candidato mais votado da cidade. Com o “slogan” de campanha “Nossa arma é a amizade”, são essas relações pessoais que explicam a amplitude de sua base eleitoral: “nós temos amizade em todos os lugares da nossa cidade, em todas as alas, enfim, aonde nós tivemos um trabalho nós fomos reconhecidos por essa população”.(Entrevista em 08/12/2006)

Refere-se ao primeiro mandato, no entanto, como fonte de experiências negativas, ao ponto de “ao final do meu mandato, reuni a família e chegamos à conclusão de que eu precisaria de quatro anos sem mandato pra que eu conhecesse algumas coisas que eu ainda não tinha conhecido, para que eu pudesse juntar tudo isso aí e aprimorar e voltasse para a política novamente.” Faltava-lhe, dizia, a “manhã”. A política é assim vista como um espaço dominado por uma “expertise”, um “saber-fazer” que não está ao alcance de um iniciante.

Depois de quatro anos “amadurecendo”, candidatou-se novamente, eleito agora com “três vezes mais votos do que na primeira eleição”. Desde então disputou seguidamente eleições para vereador, ressaltando o aumento progressivo de sua votação e ocupação no posto de presidente da Câmara Municipal, fruto do “reconhecimento” de seu trabalho político. Essas distinções o fazem “sonhar mais alto”, com a ocupação de outros cargos políticos:

Eu sempre digo nas minhas falações, nas minhas brincadeiras, que o soldado que não quiser ser cabo, que o cabo que não quiser ser tenente, que o tenente que não quiser ser capitão, não merece ficar na corporação. Nós almejamos dar um salto na

política, mas estamos fazendo em primeiro lugar a nossa base. (Entrevista em 08/12/2006)

A ocupação de espaços na política é comparada à ascensão em uma carreira militar. É por esse sentido que o “salto na política” aparece como algo legítimo, um imperativo daqueles que se acham no espaço político. Ao mesmo tempo, a política aparece como espaço hierarquizado, no qual é necessário respeitar as posições e não subverter as etapas da carreira.

Se na relação com os “pares” se destaca o valor da hierarquia, a maneira como o “grande eleitor” se relaciona com seu “eleitor” é equivalente ao que faz na vida profissional:

[...] eu sou empresário, eu trato minhas empresas com seriedade, eu não dou cheque sem fundo, eu procuro trabalhar meu cliente, eu procuro fazer parceria com meu cliente. Na política eu faço da mesma forma, sempre procurando respeitar os direitos da população, procurar entender quais são os reclames da população, usar esse mandato pra que a gente possa transformar em benefício a essas pessoas que nos emprestaram a voz [...] (Entrevista em 08/12/2006)

Trata-se de duas “clientelas” cujas lógicas de relacionamento com o *grande eleitor* se equivalem. Assim como a “clientela” do empresário deve ser “trabalhada” através de estratégias, a clientela política, referida como “população”, do mesmo modo, deve ser cultivada pelo atendimento aos “reclamos” e mediação de “benefícios”.

Ele explica que o principal fator de adesão à candidatura de Flávio Dino foi a “conjuntura política”, porque “nós fazemos parte desse grupo<sup>115</sup>”, referindo-se à *facção* liderada pelo prefeito da cidade. A relação política com o “grupo” é traduzida como “parceria” e “parceria não é subserviência, parceria é sinônimo de entendimento, entendimento de ações e essas ações são tomadas coletivamente”. A escolha do candidato aparece, então, como “fruto de várias e várias conversas”, “não foi da noite pro dia”.

A cadeia de líderes-seguidores em que se inscreve o vereador torna necessária a apresentação do candidato ao seu “grupo” de seguidores:

[...] nós tivemos uma conversa muito franca, eu e o Flávio, na minha casa, meu pai e Flávio, minha família, as pessoas que trilham no mesmo caminho que eu trilho, que acreditam no nosso trabalho. Ele falou que estava lá à disposição, que esse mandato não era dele, era um mandato do povo, das pessoas que o ajudaram e que ele queria ser apenas esse instrumento, queria ser apenas uma pessoa que iria mediar todos os nossos pedidos, todos os reclamos da população. (Entrevista em 08/12/2006)

<sup>115</sup> Em outra passagem da entrevista, o *grande eleitor* assim se refere à “política de grupo”: “Veja só, aqui nós sempre fazemos política de grupo e eu só acredito na política que funciona pela política de grupo e nós fazemos parte do grupo do prefeito Humberto Coutinho”. Esse “grupo” é principalmente identificado em Caxias com os nove vereadores que apóiam o prefeito da cidade.

A adesão à candidatura passa pela familiarização do candidato com o espaço doméstico do apoiador e, logo, com a própria maneira como este constrói a política, a partir de relações pessoais. O sentido que tem a presença familiar no empreendimento político do agente o leva a ressaltar tais aspectos no momento da definição do apoio ao candidato, o que indica os valores em jogo, principalmente o compromisso do candidato com a família.

O futuro mandato do deputado aparece como particularizado, referido à ajuda aos que o “ajudariam” na campanha, ao atendimento “aos nossos pedidos”, ao mesmo tempo em que se define como mediador da “população”, sendo um “mandato do povo”. Para além de uma aparente ambigüidade, o que está em jogo aqui é uma concepção de representação parlamentar em que é essencial o papel de mediador no atendimento aos “pleitos” de *grandes eleitores*, os quais, por sua vez, se auto-definem como representantes dos interesses da “população”. Conjuga-se uma concepção particularista de representação política, evidenciada pela noção de reciprocidade e troca que atravessa a relação política – ajudar a quem o ajudou, mediar nossos pleitos - com outra mais geral porque voltada para a “população” da cidade.

Ainda sobre a definição do apoio, o vereador destaca que o candidato possui um “currículo limpo”, ele “mostrou o outro lado da moeda”, num cenário com um “Congresso super desgastado, aonde várias CPI’s estão sendo instaladas”. (sic). A candidatura tinha ainda mais “credibilidade” por ter o candidato saído da magistratura para “fazer política”:

[...] um cidadão que tem a capacidade, a coragem de largar um emprego federal onde ele tem vida de príncipe, aonde ele tem condição de julgar para ser julgado, largar tudo isso, eu acho que ele tem uma coisa muito forte no seu eu, essa vontade de fazer política, eu acho que essa vontade dele foi superior, inclusive, ao seu trabalho, à sua profissão. (Entrevista em 08/12/2006)

O que poderia parecer um sacrifício, a saída da magistratura, assume a feição de um compromisso com a “política” movido por uma força quase irresistível, o que acentua o capital simbólico do candidato<sup>116</sup>. A renúncia à profissão é vista como “doação de alguém estatutariamente situado num nível mais elevado”(CORADINI, 1998a, p.232). Ao mesmo tempo, mostra-se como denegação de poder – deixar de “julgar para ser julgado”. O ideal

---

<sup>116</sup> Esse aspecto se aproxima do que Kuschnir identificou ao estudar as eleições no município do Rio de Janeiro, isto é, “Deixar de lado a carreira em ocupações tradicionais [...] para se dedicar à vida pública faz parte do sacrifício. É uma atitude nobre, que se encaixa na imagem da candidatura como algo involuntário, fora do controle do próprio sujeito”. (KUSCHNIR, 2000, p.18-19).

ascético se transmuta na abnegação e serve de passaporte para uma concepção de política livre de interesses materiais, aproximando-se de uma forma carismática de dominação<sup>117</sup>.

A campanha na cidade foi realizada realçando-se alguns elementos como “a história de vida” do candidato, o fato da esposa ser “filha da terra” e a condição de mediador de recursos para a cidade:

[...] um cara que antes de ser deputado federal chegou em Caxias com 25 milhões de recursos, arranjados em Brasília com PAT Pró-Sanear. O que foi que isso nos mostrou? “Poxa! O Flávio **sem mandato**, foi em Brasília, arranjou 25 milhões pra nossa cidade pra construir mil casas na Volta Redonda, pra fazer todo saneamento básico da cidade”. Isso mostrou que ele não vai ser do baixo clero, que ele vai ser uma pessoa influente, uma pessoa decisiva nas negociações em que trará benefícios pra nossa cidade. Então, isso facilitou nosso discurso. (Entrevista em 08/12/2006)

A crença na capacidade de “trânsito” se afigura como determinante para o apoio e também para fazer a campanha na cidade. A referência aos valores envolvidos na transação funciona como prova da capacidade de mediação. A dimensão do crédito, expresso no valor dos recursos mediados, equivale à dimensão do prestígio, expressas também no domínio das relações sociais implicadas – o trânsito por Brasília.

Quanto ao mandato de Flávio Dino, o vereador espera que o “deputado” utilize suas “prerrogativas” de deputado federal<sup>118</sup> para “colocar emendas”, “fazer convênios” e assim “trazer recursos para a nossa cidade”.

#### 4.2.2 O secretário de governo

Nascido em uma família com inserção política no município de São Domingos do Maranhão, seu irmão já havia sido prefeito da cidade por duas vezes, esse *grande eleitor* perdeu a última eleição para prefeito da cidade por uma pequena margem de votos.

Seu pai, comerciante de profissão, “encaminhou” os filhos para se formarem na Capital. Assim é que se formou em Agronomia, pela Universidade Estadual do Maranhão

<sup>117</sup> Weber denomina ‘carisma’ “uma qualidade pessoal considerada extracotidiana [...] e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelos menos, extracotidianos específicos ou então se toma com enviada de Deus, como exemplar e, portanto, como ‘líder’”. (WEBER, 2004, p.159). Ainda segundo o autor, a dominação carismática em seu tipo puro se afigura em uma atitude “antieconômica: “O carisma puro é especificamente alheio à economia. Constitui, onde existe, uma ‘vocação’, no sentido enfático da palavra: como ‘missão ou ‘tarefa’ íntima.” (WEBER, 2004, p.160). Nesse caso, a recusa “antieconômica” parece se manifestar no ato de abdicar da posição de prestígio e de poder em nome de uma “vontade de entrar na política”.

<sup>118</sup> O vereador resume as “prerrogativas de um deputado federal”: “Um mandato de um deputado federal tem várias prerrogativas; de representar, de colocar emendas, de fazer convênios, de ir atrás de recursos. Tudo isso gira em torno do quê? De apoio político, esse apoio político, o resultado disso aí são as emendas, são os recursos que vêm para que seja implantado na nossa cidade [...]”. (Entrevista em 08/12/2006)

(UEMA), no início dos anos 90. Quando pensou em participar da política no município, “a família já não estava mais no poder”. A motivação para a entrada na política em parte se relaciona com “a busca, o resgate da família porque já tinha governado, e quando a gente teve a oportunidade de participar já não tava mais no poder”, mas também se justifica “pelo sonho de realização” pelo município.

Filiado ao PSB, mesmo partido do governador do Estado, ocupa o cargo de secretário regional<sup>119</sup> do governo do Estado. Fala com muita desenvoltura sobre como é feita a “política no interior”, classificada como “difícil”, “ainda muito polarizada, porque eu acho que quase todo o Maranhão é assim. A política é muito polarizada, só é dois lados”, situação que “dificulta muito a conscientização do povo”.

A família sempre apoiou o grupo Sarney, embora ele fosse contra: “Eu era contra, mas acabava tendo que votar porque o grupo fechava posição com o voto no Sarney”. A família rompeu com o “grupo Sarney” por indução do governador do Estado.

Ao explicar o apoio dado a Flávio Dino, sintetiza, assim, a dinâmica política que funciona no Estado: “a política no Maranhão é decidida pela classe política e é normal e decorrente que em todas as eleições estaduais existe o apoio da classe política municipalista com os deputados federais”.

Flávio Dino foi-lhe apresentado por Humberto Coutinho: “Dr. Humberto me chamou e colocou o nome do Flávio. Eu fiquei muito feliz, muito contente, porque a gente estaria apoiando alguém de muito conhecimento”. (Entrevista em 28/11/2006)

Sobre a recepção de suas bases ao nome de Flávio Dino, afirma que houve dificuldade “porque o Flávio era um nome desconhecido”. Com a campanha, essa dificuldade foi superada, porque “o Flávio não é um candidato pesado, Flávio é um nome bom, nome fácil”. O fato de ter sido juiz federal era o que contava mais na apresentação do candidato, “a história da universidade não entra lá pro eleitorado nosso, mas a história de ter sido juiz novo num concurso, a capacidade”.

Em relação à votação obtida por Flávio Dino no município, o *grande eleitor* ressalta o seu papel de cabo eleitoral: “O nosso trabalho lá é árduo, meu amigo! Eu trabalho lá todo tempo, eu não paro, faço político direto, política que é aquela do assistencialismo, o eleitor explora”. (Entrevista em 28/11/2006)

---

<sup>119</sup> A reforma administrativa do Estado do Maranhão levada a cabo pelo governo Roseana Sarney (1994-1998) criou 18 “Gerências Regionais” nos municípios-sede das chamadas regiões administrativas. O governo José Reinaldo Tavares mudou a terminologia de Gerências Regionais para “Secretarias Regionais”.

Acredita que Flávio Dino “vai ser um grande deputado porque já tem grande acesso em Brasília e no meio político”. Sua expectativa gira também em torno do apoio do deputado nas eleições municipais vindouras:

[...] como a gente perdeu a eleição disputada, que foi para os tribunais e tudo, acho que o meu eleitor, ele acredita muito que o Flávio esteja no dia da apuração da nossa eleição, que o Flávio vá nos ajudar muito nessa questão jurídica pelo conhecimento que ele tem aí dessa justiça. (Entrevista em 28/11/2006)

Após a entrevista, continuei conversando com o grande eleitor. Perguntei sobre a grande votação de Flávio Dino no interior do Estado. Ele me disse, então, que “não foi uma varinha de condão”, e resumia assim a “articulação” que possibilitou a votação do candidato: “são as lideranças municipais que garantem a eleição. É preciso se aproximar de prefeitos e lideranças locais, e nesse sentido, pro Flávio, o Zé Reinaldo foi fundamental. Ele e o Doutor Humberto”.

### 4.3 Etnografia de um grupo de apoiadores

Os relatos que se seguem foram frutos do trabalho de campo de acompanhamento de um “grupo político” do município de Santo Expedito<sup>120</sup>. Durante dois dias, entre 15 e 16 de setembro de 2006, acompanhei atos de campanha e de mobilização do grupo em prol da candidatura de Flávio Dino, cujo ápice foi o comício realizado na cidade.

Como já indiquei no capítulo referido ao trabalho de campo, houve uma tentativa de acompanhar formalmente os atos de campanha da candidatura de Flávio Dino. No entanto, esse procedimento não pareceu dar resultado. Embora a experiência me permitisse ter um razoável acesso ao candidato, à “militância” e aos apoiadores, havia barreiras como a desconfiança da “militância” e a “familiaridade” com o candidato, que interditavam meu livre trânsito. Resolvi tomar nota da agenda do candidato e acompanhar aqueles eventos por conta própria, sem a necessária mediação de pessoas envolvidas na campanha.

A oportunidade de acompanhar esses atos de campanha ocorreu graças à relação de amizade que mantinha com João, amigo e cabo eleitoral do líder da *facção* que dava apoio a Flávio Dino. Ao saber que haveria comício em Santo Expedito, entrei em contato com João para saber se ele iria participar do ato político na cidade. Confirmada a participação, propus irmos juntos.

<sup>120</sup> Neste tópico mudei os nomes de cidades e pessoas no intuito de preservar os informantes.

Durante a viagem – a cidade distava três horas de São Luís - João me relatou que havia participado da negociação que garantiu apoio do “grupo” à candidatura de Flávio Dino. Comentava sobre a primeira ida de Flávio Dino ao município para conversar com os apoiadores, censurando-o por ter feito um “discurso professoral” que “pouco empolgara o pessoal”.

Chegamos à cidade por volta das cinco da tarde, no exato momento em que ocorria, na principal via da cidade, um desfile de carros de som, caminhões-palanque e motocicletas, organizado pelo “grupo” que dava “apoio” à candidatura de Flávio Dino. Era a mobilização final para o comício que ocorreria mais tarde, da “dobradinha” entre Flávio Dino e uma candidata a deputada estadual, cuja principal base eleitoral localizava-se em uma cidade vizinha, administrada pelo marido.

Mantive conversas com outros “militantes” do “grupo” que me eram apresentados por João. Eles avaliavam que a mobilização “tava muito fria” e concordavam que isso ocorria porque se tratava de uma eleição para deputado estadual em que os representantes dos “grupos políticos” da cidade não disputavam diretamente a eleição, mas apenas apoiavam candidatos, no caso deles, um candidato de “fora”. “[...]Se fosse disputa para a prefeitura, aí a coisa ia tá quente. A cidade já tava cheia de gente discutindo e mobilizando, mas pra deputado estadual tá muito tranqüila”.

Terminado o que foi designado de “mini-carreata”, João me levou até o “grupo” que coordenava a campanha de Flávio Dino na cidade. Eles avaliavam o dia de mobilização na cidade. João me apresentou como alguém que fazia um estudo sobre a “família Dino” e alguns brincaram dizendo que tinham descoberto um parente de Flávio Dino na cidade, alguém que se chamava Dino e que vivia em um dos “povoados” do município. O líder da *facção* me disse que pertenceu à mesma geração de Flávio Dino, que entraram juntos no mesmo ano na Faculdade de Direito, que militaram no movimento estudantil no mesmo período e que “eram amigos de algum tempo”.

Em certo ponto da conversa, o irmão de João, casado com a irmã do líder do “grupo”, reclamou da pouca visibilidade da candidatura de Flávio Dino no município, principalmente nos “povoados”. O *líder*, no entanto, avaliava que o ritmo de inserção do candidato era aquele mesmo. Flávio Dino era um candidato “de fora”, diferente de seus concorrentes, já conhecidos há algum tempo pela população do município. Ponderou que era preciso ir com calma.

Ainda assim avaliou que a candidatura de Flávio Dino havia “caído na boca do povo”. Usou a seguinte fórmula para explicar a tática de “entrada” do candidato no município:

“No início da campanha, Flávio Dino era um candidato desconhecido. Eu tinha que apresentar ele aos poucos. É como fazer um bolo, você tem que misturar os ingredientes aos poucos senão estraga. Mas agora tá no ponto ideal”.

No *tempo da política* se as eleições dominam as preocupações dos agentes, não é necessariamente o pleito imediato que norteia as alianças, as mobilizações e os investimentos eleitorais. Em Santo Expedito, as conversas do “grupo” eram cortadas a todo o momento por projeções para as eleições municipais que ocorreriam dali a dois anos, incluindo tanto projetos para os candidatos da *facção* quanto para seus oponentes. As falas se voltavam para a desqualificação do atual prefeito. Dizia-se que ele havia adquirido recentemente uma “fazenda caríssima”, além de vários imóveis na cidade.

Outro alvo de avaliações negativas era um político de esquerda que havia sido candidato a prefeito nas últimas eleições. Ele era citado como o responsável pela derrota do líder da *facção* na eleição, pois, não cedendo aos apelos para uma aliança, saiu só e obteve uma votação baixa, mas exatamente a quantidade de votos necessária para a vitória da *facção*.

A mágoa pela derrota se atualiza uma vez que o desafeto era o único candidato a deputado estadual da cidade nessas eleições. Durante a conversa, alguém informou que, no dia anterior, ele havia feito uma mobilização de rua na qual, soube-se, havia criticado duramente o chefe da *facção*. Este comentou: “Esse cara quer crescer às minhas custas. Bate em mim sem motivo nenhum porque eu nunca agredi ele. Mas eu não vou revidar senão ele ganha importância”(sic). Os comentários do grupo desqualificavam a forma como o candidato a deputado estadual fazia sua campanha, chamada de “ridícula” porque consistia na realização de “comícios relâmpagos” “feitos em cima de um tamborete”: “Esse é o candidato tamborete. Será que ele não percebe o ridículo que é fazer uma campanha assim, ele precisa entender que os tempos são outros”. Depois dessa campanha ele não ganha nem pra presidente de time de futebol”.

“Fazer campanha” em “outros tempos” gerava uma expectativa quanto ao público do comício. Havia uma avaliação em comum, o fato da proibição de shows durante os comícios diminuir o número de expectadores desses eventos. Era o momento de apresentar a força do grupo medida pelo público presente e pelo prestígio das autoridades no palanque. O chefe da *facção* informava que “o pessoal do interior já estava chegando”, assim como o ônibus com os cabos-eleitorais da candidata a deputada estadual que apoiavam.

#### 4.3.1 O comício

O palanque do comício foi armado próximo à principal avenida da cidade, o trecho da rodovia que corta o município. Era fechado nas laterais e na parte de trás com fitas vermelhas. Pelo trânsito que João possuía junto ao líder político local, pude me situar no palanque. A parte dianteira estava toda tomada por “lideranças políticas” e por dois “animadores” que se revezavam nas apresentações. Na parte de trás havia espaço suficiente para as pessoas transitarem à vontade e conversarem. Localizei-me em um dos cantos nesse espaço.

Várias pessoas se revezavam em falas; eram líderes comunitários, lideranças do município e vereadores. À medida que o comício prosseguia, aumentava a “autoridade” daqueles que se pronunciavam<sup>121</sup>, dos “pequenos” aos “grandes eleitores”. Foi essa a seqüência de falas: fala de dois líderes comunitários, fala de um vereador da cidade, fala de deputado estadual não candidato a reeleição, fala do prefeito de uma importante cidade vizinha, marido da candidata a deputada estadual na dobradinha, fala do líder político da *faccção* local, fala da candidata a deputada estadual e, por fim, fala do candidato a deputado federal. A seguir, alguns excertos dos discursos pronunciados nos quais analiso que lógicas se inscrevem nos modos de apresentação de Flávio Dino, bem como as relações políticas em jogo como os laços de reciprocidade e as formas de distinção do candidato.

O prefeito de uma cidade vizinha, marido da candidata a deputada estadual que fazia dobradinha com Flávio Dino, estruturou seu discurso ressaltando os benefícios realizados na sua gestão à frente do referido município e agradecendo à colaboração dos vereadores que faziam parte do seu “grupo político”. Flávio Dino foi referido em seu discurso como “grande homem”, “um grande jurista, que deixa a magistratura para ingressar na vida política e defender o povo do Maranhão”.

A candidata a deputada estadual tinha como principal trunfo o “trabalho social” realizado na condição de secretária de Assistência Social do município onde o marido é prefeito, conhecida pela criação de associações e “apoio assistencial” aos “mais carentes”. Em sua fala, reforçou sua coragem em reunir “todas as classes”, criando “180 associações para dar voz a esse povo”. Sua candidatura, segundo disse, era fruto do empenho com que organizou “os idosos”, “jovens” e “crianças”. Em seguida, a candidata informou a concessão de um benefício, pois, por um pedido que fez ao marido prefeito, “os companheiros de Alto Formoso receberão nas próximas semanas uma grande creche para aquele povoado”.

---

<sup>121</sup> Sobre o significado social dos comícios, é indispensável o texto de Palmeira; Heredia (1995).

Referiu-se a Flávio Dino como “jovem que conhece, que estudou, que sabe fazer justiça, e vai fazer justiça aqui”. Encerrou o discurso conclamando o “povo” a não esquecer “desse grande homem, o doutor Flávio Dino”, representante de uma “geração de gente que procurou estudar e se formar, mas não pra ser aquele doutor de gabinete, não, mas sim para ser doutor do povo, porque o povo precisa de doutor que saiba governar”.

O intervalo entre os discursos é marcado pela execução de “jingles” de campanha dos candidatos. Chama atenção a música sobre Flávio Dino, com referências à sua posição de personalidade reconhecida no cenário nacional:

Jovem talento, voz do povo, do Maranhão para o **Brasil se orgulhar**  
 Flávio Dino, meu irmão, esse sim tem **tradição**  
 Ingressou na vida pública **combatendo a corrupção**  
 Vamos apertar o botão, 6565  
 Pra deputado federal, Flavio Dino, meu irmão  
**Do Planalto Central para o mundo**, foi a voz do Brasil, tem experiência [...]

A música indica simultaneamente a inserção do candidato em vários planos, estadual, nacional e mundial. A marca de ingresso na “vida pública” é um tema recorrente na crítica à “política tradicional”, a “corrupção”. Sua inserção no centro de poder e mesmo a condição de porta-voz do país.

Um elemento de destaque nos intervalos é o animador do comício. Entre os papéis que cumpre, ganha relevo o de demonstrar a força dos candidatos que promovem o comício (PALMEIRA; HEREDIA, 1995). São relatadas adesões “importantes”, projetam-se votações massivas, procura-se fincar a *facção*. Em relação à candidata a deputada estadual, o animador afirmou que tinha “apoiadores” em pelos menos 50 municípios, nos quais, “por baixo”, tirava mil votos em cada. Informou a adesão de um candidato desistente que havia transferido o apoio à sua candidata em pelo menos treze municípios. Depois do relato, perguntava ao público: “Será se nós estamos aperreados, heim?”.

O líder do “grupo político” local começou seu discurso agradecendo aos vários amigos, advogados, líderes comunitários e prefeito de cidades vizinha presente no comício. Declarou voto ao candidato Flávio Dino a partir dos argumentos da proximidade, amizade e da “competência”. Historiou sua relação com o candidato dizendo que o apoiava “com muito orgulho e altivez por conhecê-lo desde os tempos da Faculdade. Flávio Dino estudou na mesma sala que eu, sentou nas mesmas cadeiras que eu”. Em seguida, relatou as posições que o candidato ocupou como a de juiz federal, “depois de ter passado em primeiro lugar em concurso nacional, foi pra Brasília e dignificou nosso Estado, e dignificou nossa geração, um

dos mais brilhantes juízes desse País”. Concluiu os elogios a Flávio Dino referindo-se à sua investidura pelo presidente da República: “Lula quis que ele tivesse uma missão, que abandonasse o cargo de juiz e viesse para o Maranhão para ser deputado e ir para Brasília para ajudar o Maranhão e o Brasil”.

Concluindo seu discurso, o líder local convocou sua militância para campanha, pelo significado do que estava em jogo nas eleições:

Nós precisamos dar a nossa contribuição nessa eleição para uma eleição também que se avizinha já, já, que será em 2008 e que cada um militante e que cada companheiro que aqui está, que além de votar, que conquiste mais tantos e tantos votos, pra que a gente possa fazer desta eleição já o prenúncio da eleição que virá em 2008, nos colocando em primeiro lugar para deputado federal, em primeiro lugar para deputado estadual.

As eleições estaduais para o agente é uma oportunidade de aumentar o prestígio do “grupo” no município, usando as eleições para reforçar seu poder no plano local.

O ápice do comício é o último discurso, a ser pronunciado pelo candidato Flávio Dino. Antecede a sua fala a intervenção do locutor, que o apresenta nos seguintes termos:

Vamos agora trazer para fazer o encerramento desse grande comício ele, que é um homem de coragem, é um homem de fé, um homem de fibra, ele, que já está sendo considerado o deputado federal mais bem votado do Maranhão. Mais de 80 municípios estão com esse nosso deputado, com o 6565. Ele é jovem, é competente, é amigo do presidente Lula. Ele é o nosso futuro deputado federal, Flávio...Dino

Flávio Dino iniciou seu discurso citando as qualidades da cidade e do “povo” lá vivia. Em seguida, referiu-se à disputa política no município e tomou partido de seu aliado, atacando o atual prefeito:

[...] vou perguntar a vocês: “Santo Expedito tem prefeito”? E vocês vão dizer: “Santo Expedito ainda não tem prefeito”. Santo Expedito não tem um prefeito que o povo de Santo Expedito merece, mas Flávio Dino e [cita a candidata a deputada estadual presente no comício], o presidente Lula logo, logo vão ajudar o povo de Santo Expedito a ter um prefeito que Santo Expedito merece, o prefeito que ela quer.

Os discursos do candidato Flávio Dino recorriam frequentemente a certos pontos. Por exemplo, quando o apoiador local é o prefeito da cidade, afirmava a importância de sua reeleição deste. Por outro lado, onde é apoiado por um opositor ao prefeito, endossava as críticas ao mandatário local, enaltecia as qualidades de seu cabo eleitoral e declara seu apoio a este nas próximas eleições. Outra fórmula presente são as referências aos atributos dos municípios. Nos comícios que pude acompanhar, havia um freqüente apelo a imagens

naturalizadas da cidade, “Caxias, terra de Gonçalves Dias”, “Barreirinhas, terra de povo valente, do Rio Preguiças”, “Pedreiras, terra de tradição”.

Continuando o discurso, Flávio Dino indicou as más práticas políticas existentes e como se diferencia destas. Evocou, ainda, o “papel primordial” da política, que é mudar a “realidade social”. No caso do Maranhão, essa realidade é marcada pela “extrema pobreza”, segundo dizia, que “não é fruto da vontade de Deus, a pobreza não é um desígnio divino”.

Destacou o voto em “seus candidatos”, com ênfase na luta pela reeleição do presidente Lula, de quem se intitula representante:

Nós temos, nesse palanque, a força e o exemplo. Está aqui o prefeito [declama o nome do prefeito da cidade vizinha], tá aqui [se refere à candidata] , está aqui entre nós, sem estar fisicamente mas estar politicamente presente, o Presidente Lula, que acredita no nosso grupo de Santo Expedito, e que faz o maior governo da história desse país.

Conclui o discurso afirmando que aquele era “um dia muito especial”, e “segreda” ao público uma adesão à sua candidatura que acabara de acontecer, “porque além de todos os apoios que tenho, comemoro hoje a adesão à nossa candidatura do presidente de todos os prefeitos, do presidente da Federação dos Prefeitos do Maranhão [...], que abraça a nossa candidatura a partir de hoje”.

#### 4.3.2 Dia seguinte ao comício

No dia seguinte ao comício, houve, pela manhã, outro evento de campanha, em uma escola, com a “juventude” da cidade. Quando cheguei ao local, o candidato já havia se retirado. O evento continuava, agora com uma apresentação “artística” de “grupo de jovens”. Em um dos intervalos da programação, conversei com o líder do “grupo político”. Ele me explicou que, às vezes, era muito difícil, como político, não fazer assistência aos mais necessitados. Fez um relato de uma “ajuda” prestada nas seguintes circunstâncias: uma mãe pobre, com cinco filhos e “sem marido”, morando em um “casebre” que mal se segurava em pé. A casa não tinha nem cômodos por dentro. A parte de trás estava prestes a cair. Não havia fogão e sim um fogo feito no chão. A panela estava vazia e a única comida era farinha d’água. “Fizemos o mutirão e construímos a casa dessa senhora em uma semana”, “hoje ela é muito agradecida a nós”.

Depois desse evento, saímos para a casa de um “militante” do “grupo”, onde ocorreria uma reunião de avaliação do comício do dia anterior. Na reunião, feita sob pés de

mangueira, estavam presentes vários apoiadores: um médico, um vereador da cidade, o animador do comício, um “militante” que mora em São Luís e mais alguns seguidores. O *líder* abriu a reunião e pediu que todos que se manifestassem sobre o comício realizado. Foram avaliados a estrutura do comício e a disposição das faixas laterais que enfeitavam o palanque; alguns centraram sua avaliação da fala de Flávio Dino, que “havia sido muito boa” e “empolgou”. Uma militante discordou dessa avaliação, para ela o candidato “tava falando muito difícil”, com palavras desconhecidas do “povo” que estava no comício. Outro militante justificou: “É porque ele é professor, ele fala como se tivesse dando aula”.

Iniciaram uma discussão sobre a estratégia dos próximos atos e discutiam se deviam fazer atos de campanha nos “povoados” com ou sem palanque. O “locutor” de comícios argumentava que “só com um caminhão a coisa fica parecendo meio improvisada”. Traçaram como ideal ter um palanque, ainda que pequeno, para demonstrar organização e “prestígio”.

Pautaram também os “opositores”. Um “militante” afirmou que não bastava obter uma boa votação para os candidatos que o grupo apoiava, mas era importante, ainda, que se derrotasse um candidato a deputado estadual, eventual concorrente do “grupo” nas próximas eleições municipais. A “militância” deveria se esforçar para que a candidata que apoiavam vencesse esse candidato no município e assim mostrar a capacidade de voto da *facção*. O líder da *facção* pediu calma na avaliação e dizia ter certeza de que a candidata que apoiavam ia ser a mais votada do município.

#### 4.6.3 Conversa com um *sub-líder*

A família de Juvêncio mudou-se do Ceará para o Maranhão no início do século XIX. Sus avós, “fugidos da seca”, adquiriram um “pedaço de terra” na “região dos Cocais”. Juvêncio mudou-se para São Expedito no início dos anos 90, casando-se com a irmã do *líder* do “grupo político” da cidade. Filiado ao PSB, define-se como um militante de esquerda.

Juvêncio narrou-me negociação que levou à adesão do “grupo” à candidatura de Flávio Dino: “É um negócio muito complicado, tu precisa tá dentro pra entender”. Descreveu inúmeras situações ligadas aos candidatos que “assediaram” o “grupo”. Um deles era o ex-chefe da Casa Civil do governo do Estado, que teve uma conversa com o líder da *facção*:

Marcos conversou com Carlos Brandão e chegou a dizer pra mim que não foi interessante, parecendo assim que Carlos Brandão era cara de um mandato, parece

que não é tão político, então a conversa não cresceu, não é aquele cara que tu fala a língua dele e ele fala a nossa língua aqui.

O líder da *facção* usa como critério avaliativo a capacidade de ser político, aqui materializada na possibilidade de contínuas eleições. O fato de ser “político de um mandato” se afigura como critério de diferenciação e de limitação do “homem político”.

Continuou enumerando outros candidatos à adesão:

Depois foi o Fernando Palácio. O que a gente via em Fernando Palácio? Era um cara com dinheiro porque era irmão do prefeito da Capital, mas também não foi uma coisa muito boa, não é um cara que empolga, que chega aqui e discerne, que fala a nossa linguagem e fala a linguagem do povão, não era por causa de dinheiro.

Juvêncio desconsidera o interesse econômico que poderia haver na negociação. A lógica que orientava a transação não era o “dinheiro”, mas a capacidade “política” do agente, tida como limitada pela falta de “empolgação” e de domínio da “fala do povão”.

Um terceiro candidato é apresentado por um intermediário. Segundo Juvêncio, o intermediário negociou o apoio nos seguintes termos: “ ‘Rapaz, Roberto Rocha tem 400 mil, Roberto Rocha vai colocar 450 mil no prefeito de Bacabal’”. A investida, no entanto, foi bloqueado pela falta de “identidade ideológica”, pois, como me explicou, a candidata a deputada estadual que apoiavam era do PSDB, mesmo partido candidato pretendente a aliança: “[...] nós já tamo apoiando uma pessoa do PSDB, apoiar dois, aí é brincadeira, cara, nós somos do 40, do Partido Socialista Brasileiro, não tem como pegar dois caras do PSDB agora e botar aqui”.

Além do veto “ideológico” à aliança, outro aspecto foi evocado por Juvêncio, que tinha relação com o futuro político da *facção*:

[...] o Roberto Rocha é um cara do PSDB, é um cara que, eleito, vai aporrinhar o Lula, e, nós ganhando a prefeitura aqui, a gente não consegue um repasse, através de emenda, pra cá pra Santo Expedito porque o nosso deputado é do PSDB, é de um presidente que não vai ganhar, que é o Alckmin. (Entrevista em 17/09/2006).

Juvêncio ressalta o prejuízo para uma prefeitura que “não tem” um deputado federal alinhado ao governo federal, isto é, o bloqueio de “emendas” e “repasses” para uma eventual gestão de seu “grupo” à frente da prefeitura. Essa passagem indica dois aspectos já ressaltados por estudos em antropologia da política, um primeiro é o papel decisivo creditado a deputados federais na liberação de recursos, o que gera relações de reciprocidade entre estes e lideranças locais (BEZERRA, 1999). O outro diz respeito à interpenetração entre a “política local” e a “política nacional”(PALMEIRA, 2006).

Em relação ao apoio conferido a Flávio Dino, este foi marcado por “idas e vindas” e “blefes”<sup>122</sup>. Até que o apoio fosse selado, Juvêncio me descreveu a atuação de vários intermediários. Um primeiro tentou uma aproximação do “grupo” com Flávio Dino, mas dias depois considerou essa aliança inoportuna, indicando outro candidato para o “grupo”. Juvêncio o qualificou de “sacana” por essa mudança “repentina” de lado.

Outro intermediário se ocupava permanentemente de “tentar melar” a aliança com Flávio Dino na esperança do “grupo” fechar com seu candidato. Juvêncio me disse, em tom de indignação, que o intermediário chegou “ao ponto” de oferecer dinheiro para alguns dos sub-líderes convencerem o líder do “grupo” do apoio a seu candidato.

Simetricamente, as propriedades de Flávio Dino são erigidas em relação aos seus concorrentes. Se um dos candidatos foi descartado porque o grupo não acreditava na sua permanência na política, o grupo se definiu por Flávio Dino pela crença de que “[...] ele vai permanecer na política, ele não é um cara que chegou com milhões pra comprar um mandato e o segundo mandato ficar inviabilizado porque prefeito A ou B apoiou porque tinha muito dinheiro.” (Entrevista em 17/09/2006). Segundo Juvêncio, o candidato detém recursos potenciais para que continue na disputa política. É possibilidade de tornar-se um político profissional, quer dizer, ocupar reiteradamente mandatos políticos.

O fato do “grupo político” não se orientar por critérios estritamente econômicos, ressaltado por Juvêncio em várias negociações políticas, corresponde à lógica que permeou a aliança do “grupo” com Flávio Dino:

Com o Flávio Dino nós não negociamos nada de dinheiro. A única coisa é estrutura de campanha porque tem que ter, isso aí é de praxe; se não tiver, a gente não tem nem como viabilizar. (Entrevista em 17/09/2006).

O desinteresse material é mais uma vez ressaltado por Juvêncio quando este se referiu ao apoio do candidato nas eleições municipais a serem disputadas pelo grupo:

O que a gente quer do Flávio é a contribuição dele na eleição pra prefeito, a presença dele já é muito importante, e, não sei, o que ele puder viabilizar, dentro das possibilidades dele, não é uma coisa que a gente via chegar e “Rapaz, agora que nós te apoiamos, tu vai ter que arrumar 200 mil porque a gente tem que ganhar”. [...] Se fosse só pra pedir dinheiro pra campanha, a gente tinha fechado com Roberto Rocha. (Entrevista em 17/09/2006)

---

<sup>122</sup> Em situações nas quais “o sucesso está intimamente relacionado ao número relativo de seus clientes, tanto em jogos de soma zero quanto em disputas por cargos públicos, os patrões podem estar ativamente engajados na tentativa de ganhar clientes do outro, e os clientes podem ser capazes de oporem outros patrões aos seus próprios, dando temporariamente seu apoio ao arrematados”. (LANDÉ, 1977, p.55).

Definido o apoio ao candidato Flávio Dino, Juvêncio referiu-se às dificuldades de “apresentação” do candidato:

[...] tava um pouco difícil o nome dele aqui, por conta dele ter muita situação e não tá aqui. O militante se engaja na campanha a partir do momento em que o candidato abraça o militante. Ele quer se sentir importante, valorizado. Mesmo na primeira vinda dele, ele já saiu, já desceu e já entrou no carro e se mandou, foi um aspecto negativo. (Entrevista em 17/09/2006).

Segundo Juvêncio, o contato do candidato com o “militante” constitui sinal de valorização deste, acentuando o código de pessoalidade e reconhecimento como critérios importantes na manutenção do apoio e do engajamento na campanha. Foi pela capacidade do candidato aderir à lógica da pessoalidade que a candidatura de Flávio Dino tornou-se “simpática”:

[...] hoje a candidatura de Flávio já tá simpática, ele já senta na mesa com todo mundo, quer dizer, começou a se familiarizar, já é de casa.[...] ele tem que ser daqui, ele tem que comer uma piaba frita bem aqui no Tapuiu, entendeu. Ele tem que banhar no Rio Mearim, é isso que o povo quer, o cara quer chegar e dizer “Rapaz, eu sou amigo do homem aqui” [...](Entrevista em 17/09/2006).

A conquista da confiança dos militantes passou pela capacidade do candidato familiarizar-se com o espaço doméstico – “a casa”, “a mesa”. O mesmo se dá em relação ao “povo”, com quem o candidato deve compartilhar espaços de sociabilidade e diversão, até desembocar em relações pessoais como a de amizade. Os conselhos de Juvêncio mostram como em um processo eleitoral, em sociedades fortemente hierarquizadas como a brasileira, está em jogo um forte desejo de reconhecimento<sup>123</sup> candidato, expressos no compartilhar de códigos culturais e de sociabilidade.

No relato de uma conversa que teve com um eleitor do “grupo”, que aventava a possibilidade de não votar em Flávio Dino, Juvêncio deixa entrever o papel das eleições como teste da capacidade política do grupo local:

Outro dia, um cara chegou: “Rapaz, eu acho eu não vou votar nesse Flávio, o cara chega aqui, não sei o quê, já sumiu”. Eu digo: “Olha, comandante, tu não manda no teu voto, quem manda no teu voto é Marcos. Tu vai votar sim, tu vai votar pro

<sup>123</sup> Kuschnir indica o sentido estratégico que os candidatos ao cargo de vereador no Rio de Janeiro atribuem a visitas à casa de eleitores: “Tudo se passa como se o candidato, ao adentrar na intimidade dos eleitores, como convidado, se integrasse ao universo cultural das pessoas que irão elegê-lo. A visita é um símbolo dessa integração e faz com que o político se sinta um pouco mais próximo do ideal de pertencimento que, segundo sua própria” (KUSCHNIR, 2000, p.30). O estudo de Chaves (1996) sobre a noção de pessoa durante as eleições em um município mineiro: “Em uma sociedade histórica e estruturalmente estratificada, a ruptura com a distância social pela intimidade é tomada como condição de construção de uma igualdade sempre contingente – o que introduz um importante elemento de sedução na órbita das relações políticas.” (CHAVES, 1996, p.153).

Flávio e pra. Tu vai votar pra quem, cara? É os caras que nós tamo contando pra 2008 é o Flávio Dino e a Margarida, cara. Se o cara não te deu um beijo, cara, isso é o de menos, não importa, nós temos a campanha todinha pra conhecer o cara melhor. Pois é, tu vai fazer o que? Vai votar contra o grupo da gente? A eleição nossa não é essa, cara, essa é a eleição de Flávio e Margarida, que nós estamos abraçando, mas a nossa eleição é 2008. E essa eleição, ela serve de base pra outra eleição, se nós obtermos uma votação grande, qual a impressão? É que nós vamos ganhar, vai passar uma imagem muito boa, é vão dizer, não tem jeito. Se nós dermos uma votação baixa, vai tudo por água à baixo. Então pensa nisso'. Lá no comício, ele já tava com uma bandeirinha, lá em cima, vi ele lá. (Entrevista em 17/09/2006).

Pertencer ao “grupo político” significa seguir à risca a tática traçada pelo seu chefe, principalmente no *tempo da política*, quando se impõe a ostentação do “prestígio” eleitoral do “grupo”, de sua capacidade de demonstrar força política. Não se admite que um membro se conduza fora do que foi acordado internamente à *facção*, principalmente quanto o que está em jogo é o seu futuro político, representado pela eleição municipal a ser disputada.

O voto como manifestação da vontade individual cede ao voto de acordo com o lado que o “grupo” escolheu na disputa eleitoral<sup>124</sup>. Colocar-se de forma refratária à decisão do grupo é pôr em xeque a vontade do chefe político<sup>125</sup>, e mais que isso, a rede de compromissos que fundamenta a forma de fazer política. Neste caso, não votar no candidato da facção é inviabilizar a ajuda deste nas eleições municipais, que seria o *contra-dom* no âmbito das relações de reciprocidade entre candidato e *facção*.

Pela lógica do cabo eleitoral, a votação expressiva nos candidatos apoiados era indicativa da capacidade eleitoral do “grupo”, e assim fundamental para a crença na possibilidade de vitória nas eleições municipais.

Eu acredito que o principal fator é a inteligência dele, unido com a capacidade de agregar, porque também ele sabe se expressar, ele tem uma boa...dialética, retórica, acho que isso facilitou. A tramitação dele no judiciário, e principalmente, a ida dele pra Brasília, que pra ele se abriram muitas portas, através, com dizem que ele foi presidente da Associação dos Juizes Federais, da tramitação que ele tem no Judiciário, isso é indiscutível, e principalmente, com a cúpula alta dos ministérios, o respeito que ele tem dessa gente todinha, eu acho que isso facilitou, tá aí todo mundo querendo apoiar o Flávio [...]

<sup>124</sup> Isto se coaduna com o que Palmeira afirma sobre o significado social do voto em contextos de vigência do “modelo faccional”: “[...]o voto não é associado ao exercício de um direito individual, mas [...] a uma sinalização de adesão a um ‘lado’ da sociedade”. (PALMEIRA, 2006, p.143).

<sup>125</sup> A pressão exercida pelo sub-líder, neste caso, se aproxima do sentido de relações patrono-cliente porque, como diz Landé: “[...] quando um grupo de clientes percebe que o seu bem-estar como indivíduo – por exemplo, suas vidas, seus acessos aos espólios de guerra ou à patronagem governamental – depende do sucesso de seu patrão ao alcançar seus próprios objetivos e que o sucesso do patrão sob esse aspecto depende, por sua vez, do apoio uníssono dos seus clientes, estes podem, por iniciativa própria, exercer uma forte pressão de grupo sobre os retardatários”. (LANDÉ, 1977, p.66).

Juvêncio referiu-se a várias propriedades do candidato, a “inteligência”<sup>126</sup>, a capacidade “retórica”, a capacidade de trânsito, aqui referida como “tramitação”.

#### 4. 4 Acompanhando as atividades de campanha do candidato

Este relato trata da tentativa de acompanhar “oficialmente” os atos de campanha do candidato Flávio Dino, a partir da apresentação do pesquisador ao pesquisado. Antes, porém, é necessário circunstanciar em que momento se deu o contato do pesquisador com o candidato. No final do mês de agosto de 2006, me apresentei ao candidato como pesquisador cujo objeto de estudo era analisar a sua trajetória política e jurídica. Flávio Dino reagiu em tom de brincadeira: “Agora eu fiquei preocupado”. Imediatamente se dispôs a colaborar no que pudesse. Disse a ele que queria acompanhar atos de campanha em São Luís e no interior do Estado. Flávio Dino retrucou afirmando não haver problemas, dispondo seu carro, desde que houvesse vaga, quando eu quisesse acompanhá-lo nos atos de campanha no interior.

Comentei que havia me informado no comitê de campanha sobre uma van que transportava pessoas que o acompanhavam nessas viagens pelo interior e ele disse: “É um pessoal muito animado que vai pra fazer os bandeiraços, mas não são pagos, são militantes”.

No dia seguinte, procurei o comitê da campanha e perguntei se poderia me engajar na oportunidade de viagem que surgisse. Uma das organizadoras da agenda do candidato disse que não haveria problemas e logo me apresentou a outra militante que coordenava essa “equipe de viagem”. Esta me repassou a informação de uma “van” que iria acompanhar atos de campanha, durante dois dias, em cinco municípios. Ela me informou que a equipe sairia no dia seguinte, às 4 da manhã. No local e horário combinado, embarquei com a delegação, esta composta de oito militantes e o motorista.

Chegamos à cidade onde ocorreria o evento de campanha às 7 horas da manhã. Fomos alojados na casa do irmão do *líder* de um “grupo político” local que apoiava a candidatura de Flávio Dino. Acompanhei os preparativos da equipe e pude perceber algumas clivagens internamente ao “grupo” de militantes. Havia uma distinção entre “fixos” e “não fixos” na equipe, percebida na distribuição de camisas de campanha (uma camisa vermelha, com a imagem de Che Guevara do lado esquerdo, à altura do peito, simbologia acionada pela

---

<sup>126</sup> Graham (1997), em estudo sobre as relações de clientela no Brasil do Século XIX, indica que a palavra inteligente era usada naquele contexto com o seguinte sentido: “A palavra ‘inteligente’ implicava também a origem social e as qualidades apropriadas que se enfatizam na educação de um bacharel: significava participar de uma cultura retórica, ter uma fala elegante e eloqüente, e a habilidade para conviver com pessoas educadas, muito mais que ter um raciocínio rápido e a habilidade de resolver problemas.”(GRAHAM , 1997, p.328). Tal expressão, aqui parece seguir esse mesmo sentido.

UJS, organização juvenil ligada ao PC do B<sup>127</sup>). Os “não fixos” eram avisados de que deveriam devolver as camisas ao final da jornada.

Outra distinção se operava na divisão interna do trabalho do grupo. Segurar bandeira, por exemplo, era uma tarefa de menos prestígio e, assim, reservada aos mais “novos” da equipe. Alguém dizia que era “ralado carregar bandeira”. A líder da equipe, por exemplo, cuidava somente em distribuir panfletos.

Às 8h 30 da manhã estávamos na praça de onde deveria sair a “caminhada”. A líder do grupo me entregou um maço de santinhos e disse: “Se tu quer saber como se faz uma campanha, nada melhor do que praticar”. Não recusei a tarefa e até achei que fazendo isso, poderia me aproximar mais da equipe de trabalho, já que muitos não entendiam o que estava fazendo, o que gerava uma situação de desconfiança. De quando em quando vinha uma pergunta: “Mas o que é essa pesquisa mesmo?”, “Mas por que o Flávio?” “Tu não era do PT?”. Tentava cuidadosamente explicar o sentido da pesquisa e assim “despolitizar” minha presença.

O evento era organizado pelo grupo político local que apoiava a dobradinha Flávio Dino – Cleide Coutinho. Os “militantes” dessa candidata chegaram da cidade de Caxias em ônibus e caminhões. Seus cabos eleitorais usavam as cores azul e amarelo e eram chamados de “cleidinhas” e “cleidões”.

A caminhada começou às 10 horas. Durante o trajeto, me mantive à distância do candidato. Flávio Dino seguia ao lado dos vereadores da cidade, do prefeito de Caxias e da esposa deste, candidata a deputada estadual. Durante a caminhada, o candidato entrava em lojas e bares para cumprimentar pessoas, distribuindo acenos e afagos.

Depois de uma hora de caminhada, houve uma parada para pronunciamentos. Em rápidos discursos falaram o prefeito da cidade de Caxias e Flávio Dino.

O prefeito de Caxias iniciou sua fala dizendo que se sentia como se estivesse em sua cidade e que via muita alegria naquelas pessoas que ali estavam, atribuindo tal alegria à presença do ex-prefeito da cidade, seu aliado político. Dizia que o seu “grupo político” assumia o “compromisso” “pra daqui a dois anos estar aqui na rua pra trabalhar por Edmilson Filho, pra voltar à prefeitura”, “porque prefeito só pode trabalhar bem, como estou trabalhando em Caxias, quando se tem deputado federal e deputado estadual de respeito, responsabilidade, compromisso”.

---

<sup>127</sup> Havia ao todo oito militantes. Os que lideravam o grupo pertenciam ao PC do B e à UJS.

Concluiu sua fala reafirmando a lógica de alianças entre prefeitos e deputados, pois “Edmilson Filho prefeito daqui a dois anos, com certeza, vai ter dois deputados para fazer aqui em Pedreiras uma administração que merece”.

Foi a vez de Flávio Dino se pronunciar. O candidato abriu o discurso demarcando diferenças entre “o grupo político que estava ali reunido”, dos que “têm vergonha, têm medo, não têm coragem de vir pra rua, atravessar uma cidade como nós fizemos aqui em Pedreiras, e têm vergonha e têm medo porque são maus políticos, porque não fazem o que cumpriram, porque não honram o voto do povo”. A política, continuava, devia ser feita com “dignidade” e assim não se deveria prometer o que não se pode cumprir.

Seguiu-se uma seqüência de elogios aos apoiadores locais e também ao “grupo” político do prefeito de Caxias. Flávio Dino passou, então, a se auto-referenciar como candidato a deputado federal que tem “o apoio do presidente Lula”. Ao mesmo tempo em que intentava demonstrar sua proximidade com o presidente da República, o candidato investiu em firmar uma relação direta com “o povo de Pedreiras”, dirigindo sua fala à “brava gente de Pedreiras”, à “toda a tradicional cidade de Pedreiras”, pedindo voto para, eleito, apoiar o governo Lula no Congresso Nacional.

Conclamou a população a, em 2008, “estarem juntos elegendo Edmilson prefeito de Pedreiras, elegendo nossos vereadores”, para que “o projeto de Justiça que o Governo Lula representa possa estar presente em Pedreiras e na região”. Nesse momento, o candidato firmou o “compromisso” de conseguir recursos para uma estrada que ligava a cidade a um município vizinho, para “desenvolver ainda mais essa região que já é tão importante”. Encerrou a fala fazendo alusão ao fato desses compromissos terem sido firmados “aos pés da Igreja de São Benedito, do padroeiro da cidade”.

A caminhada foi encerrada ao meio-dia, no mesmo lugar de onde havia saído. A multidão que dava corpo ao ato político se dissipou rapidamente. Flávio Dino estava em um canto conversando com os militantes que vieram de São Luís. Aproximei-me da roda e percebi que alguns me olhavam de modo desconfiado. Imaginei que um dos pontos da conversa poderia ser a minha presença na comitiva. Flávio Dino me cumprimentou, perguntando se eu havia gostado do ato. Disse-lhe que sim. Comentei que havia encontrado um livro da genealogia de sua família. Não demonstrando muito interesse no tema, me disse que o livro havia sido escrito por uma prima distante.

O grupo traçou as coordenadas para o restante do dia, antes de seguirem viagem até o município de Barreirinhas, onde haveria comício à noite. O candidato deveria comparecer a um ato político organizado por um prefeito que o apoiava, designado como

“apoio muito importante” e só depois seguiria para Barreirinhas. Se tudo ocorresse como imaginavam, o candidato chegaria a tempo para o comício da noite. O grupo deveria ir antes para preparar a chegada do candidato.

Chegamos à cidade por volta das 6 horas da tarde. O comício foi organizado pela “Frente de Oposição”, com as presenças do candidato ao governo do Estado, Edson Vidigal, e sua vice, Terezinha Fernandes, além de candidatos a deputado federal e de alguns candidatos a deputado estadual.

O apoio político na cidade era disputado entre três candidatos a deputado federal da *facção*: Flávio Dino e Domingos Dutra (PT), aos quais o prefeito havia hipotecado apoio; e Jomar Fernandes, candidato do PT, que também disputava a base eleitoral da cidade, já que sua esposa, atual deputada federal e candidata a vice-governadora pela “Frente de Oposição”, havia nascido na “região”.

O fato de ser um evento político com a presença de concorrentes implicava certas recomendações. No dia anterior, em São Luís, presenciei uma conversa entre uma das articuladoras da campanha e a coordenadora da equipe de militantes que iria fazer a viagem. Aquela recomendava expressamente que os militantes chegassem cedo ao local do comício, logo tomassem a frente do palanque e disputassem o espaço com os militantes de outro candidato. Logo que chegamos ao local do evento, a equipe iniciou a colagem de cartazes em um fio que atravessava toda a praça onde estava armado o palanque.

O comício foi aberto com a fala do prefeito da cidade, que apoiava a *facção*. Em seguida, falaram candidatos a deputado estadual e candidatos a deputado federal. Chamou atenção o fato de um candidato convidar sua esposa, que fazia parte do palanque na condição de candidata a vice-governadora, a se aproximar, momento em que agradece à região por ter concebido “aquela bonita morena” que desde a época de estudante “o havia encantado”.

O comício prosseguia e os militantes ligados à candidatura de Flávio começavam a se perguntar se ele chegaria a tempo de discursar. O candidato chegou exatamente no momento em que o candidato a governador iniciava sua fala.

Quebrando a hierarquia, pois falou após a “autoridade” maior do palanque que era o candidato a governador, Flávio Dino iniciou o discurso designando a cidade como “terra de gente valente, determinada e trabalhadora”, “terra do Rio Preguiça”, “terra das dunas”.

Conclamou a população a cumprir três tarefas “neste último mês de campanha”. A primeira, eleger o presidente Lula no primeiro turno, tida como a tarefa “mais fácil”, “pra acabar com o tempo que só os ricos mandavam, que só os ricos mandavam no palácio, que só os ricos tinham vez, que só os ricos tinham voz”. A segunda tarefa seria eleger o candidato a

governador do Estado, Edson Vidigal, “para libertar uma terra que não foi condenada por Deus, nem pela vontade dos maranhenses, nem pela vontade dos que vieram aqui trabalhar, a ser o Estado mais pobre do País, e o Maranhão é, e continuar a ser, o Estado mais pobre do país”. Segundo o candidato:

Essa não é a vontade de Deus, esse não é o projeto de Deus para os maranhenses, para os homens e mulheres que nasceram no Maranhão, ou que escolheram o Maranhão para ser a sua terra, esse não é o projeto nosso, e com a força de seu voto, e assim nós teremos, pela primeira vez, essa possibilidade de dar uma virada na história do Maranhão.

A terceira tarefa, segundo o candidato, era a sua eleição e assim colocou seu nome à disposição da cidade para que “não fique o Presidente Lula na mão de deputados desonestos, que não fique na mão de deputados sanguessugas”. Elencou os critérios pelos quais deveria ser apreciado:

[...]durante 12 anos fui juiz, e como juiz, julgava as pessoas, tinha a obrigação de dizer o que era certo e o que era errado, quem tinha direito e quem não tinha, e deixei de ser juiz para me dirigi a vocês, os meus juizes, as minhas juizas, e pedir um julgamento justo, que vocês nos ajudem, ajudem o povo do Maranhão, o povo brasileiro, a colocar um deputado federal em Brasília, que possa representar o povo de Barreirinhas lá, e que possa representar o presidente Lula aqui [...]

A condição de julgador se desloca do juiz para o “povo”, este investido do poder de ser árbitro eleitoral. Da condição de detentor do direito de dizer o direito, o agente condescendentemente submete-se àquele que por ofício antes ele julgava, o “povo”.

#### **4.5 Trânsito, identidades e interdições: quem votou em Flávio Dino?**

O resultado das eleições de 2006, no Maranhão, consagrou Flávio Dino deputado federal, com um total de 123.594 votos, a quarta maior votação para o cargo<sup>128</sup>. Essa votação, tida como expressiva, foi lida por alguns meios de comunicação como uma “surpresa”<sup>129</sup> devido ao fato de Flávio Dino nunca ter exercido mandato eleitoral, ou mesmo ter se candidatado a cargo eletivo, um aparente pré-requisito aos que desejam disputar um cargo hierarquicamente importante como o de deputado federal<sup>130</sup>. No dia seguinte à

<sup>128</sup> O deputado federal mais votado obteve 139.294 votos.

<sup>129</sup> Jornal Pequeno, 02/10/2006, p.2.

<sup>130</sup> Ao estudar a forma de entrada na política de deputados federais da região maranhense, Grill identifica um padrão marcado pela ocupação prévia de cargos políticos não-eletivos. Segundo suas informações, entre 1946 e 2002, “46% dos deputados federais do Maranhão ingressam na política por cargos políticos não-eletivos (somado chefias de gabinetes, assessorias e secretarias estaduais)”(GRILL, 2006, p.7), contra apenas 16% que

divulgação dos resultados das eleições, Flávio Dino declarou que sua vitória se deveu a três fatores: “a insatisfação com o quadro social do Estado; o acúmulo da luta do movimento social; e a esperança de renovação política”. (Jornal Pequeno, São Luís, 02/10/2006, p.2).

Ao apontar os fatores que viabilizaram sua eleição, Flávio Dino deixa entrever que sua candidatura simboliza a vitória de setores dos movimentos sociais com os quais mantém ligação, apresentando-se também como o “novo” na política.

Essa interpretação, no entanto, não era consensual. Um agente tido como estudioso da “política local” e que, no período pós-eleitoral, assume a condição de comentarista de resultados eleitorais<sup>131</sup>, o historiador Wagner Cabral, atribuía a “expressiva” votação de Flávio Dino ao fato deste ter pactuado com os leões da “política tradicional” do Estado. (Estado do Maranhão, 06/12/2006).

As interpretações assim se relacionam a tentativas de apontar coerências, reforçando representações de determinados grupos, tradições e simbologias ou então indicando pontos de inflexão e de afastamento de “princípios”. As fronteiras são estabelecidas pelos mais variados critérios, os quais impõem descontinuidades e firmam territorialidades de “regiões” simbólicas no âmbito das quais o fazer político ganha sentido para o agente. Essas descontinuidades se prestam a firmar identidades e formas de operar com a política<sup>132</sup>.

Os materiais analisados permitem identificar uma classificação nativa quanto ao “eleitor” de Flávio Dino, baseada na oposição “voto de opinião” versus “voto de aliança”. O eleitor de voto de opinião é destacado por uma série de atributos, ele possui uma percepção crítica da realidade, é “livre” e não está à mercê de constrangimentos financeiros, políticos e relacionais. Pode, assim, definir o voto pela capacidade de avaliar o currículo, as propostas e a trajetória do candidato. Esse eleitor é particularizado por um critério de classe, pois ele

---

iniciaram a carreira de deputado federal com cargos eletivos anteriores (10% como vereadores e 6% como prefeitos e vice-prefeitos).

<sup>131</sup> Bourdieu assinala, ao traçar posições no campo político, a situação do “politicólogo” que, próximo do campo universitário, seria capaz, pelo atributo de “distância” que remete a este espaço, de “produzir uma retórica da objetividade”. (BOURDIEU, 2004a, p.56). Sem cair na tentação de fazer homologias apressadas em relação ao universo estudado e o contexto apontado pelo autor, é possível, no entanto, apontar para o “crédito de objetividade” e “cientificidade” que tais análises fazem passar, principalmente por setores da imprensa vinculados a facções políticas locais. Do Jornal “Veja Agora”, ligado ao “Grupo Sarney”, ver-se a seguinte nota em relação ao estudo realizado por Wagner Cabral sobre as eleições de 2006: “Após analisar o trabalho científico do professor Wagner Cabral, muitas coisas me chamaram a atenção. Uma delas foi o desempenho do candidato [...] em alguns municípios, conforme lista abaixo. Perguntar não ofende: estes municípios (prefeitura ou entidades) foram agraciados com os convênios da Secretaria de Saúde do Estado?”(Jornal Veja Agora, Coluna “Metendo o Bedelho”, 07/12/2006, p.1).

<sup>132</sup> Geertz(1966) explica que vários tipos de territorialidades podem ser acionadas nos planos de organização social dos ao se pensar distintos âmbitos de organização de poder, religiosos, políticos, familiar. Em cada um desses planos se encontra uma lógica organizativa própria. Assim, consideramos que existem amplas possibilidades de formação de grupos com distintas territorialidades – mesmo que um único indivíduo possa transitar nesses planos de organização social.

pertence à “classe média”, logo é também chamado de “eleitor médio”, e ainda é definido por um critério ocupacional, em geral exerce “atividades profissionais” marcadas pelo atributo intelectual, são profissionais liberais, professores etc.

Esse modelo de eleitor é a própria imagem especular do candidato, na qual o eleitor se reconhece em valores, modos de pensar e de viver. Mais do que votar em Flávio Dino, trata-se de um perfil de eleitorado que divide com ele o “gosto político” por certos valores e crenças expressos em uma visão de mundo progressista. Esse modelo tem como referência a equação eleitor independente – escolha racional – democracia ideal.

Já o “eleitor de aliança” é identificado como do “interior”. Ele mantém laços de dependência com chefes políticos locais. A conquista do chefe político implica o arremate do eleitor, que é também premido pela “realidade”, pela “falta” de recursos básicos para a sobrevivência.

Mesmo aqui não existe consenso sobre a oposição “voto de opinião” versus “voto de aliança”. Em entrevista cedida por Sálvio Dino Jr., há referência a essa “desconfiança” do candidato ser capaz de se fazer entendido pelo “povo”. A disputa se estabelece com um concorrente, advogado, tido como “político profissional” e com trânsito nos movimentos sociais e interior do Estado. Sálvio Dino Jr. questiona a “popularidade” desse candidato e qualifica a estratégia deste em “falar errado” como elitista, pois, segundo ele, desconsidera a “inteligência do povo”.

Ressalta a capacidade de Flávio Dino de “falar bem” e de ser compreendido pelo “povo”. Atribui isso tanto ao “dom” da fala do candidato como à capacidade de discernimento do “povo”. Interessante notar que o entrevistado desloca um atributo do “voto de opinião”, a possibilidade de ser convencido pelo argumento, para setores tidos como “alienados”, operando em homologia com as análises sobre as eleições presidenciais que polarizavam o voto da “classe média” em Alckmin e o voto “popular” em Lula. (Sálvio Dino Junior, 16/10/2006)

No caso em tela, essas questões podem ser percebidas na maneira como os agentes envolvidos na campanha eleitoral de Flávio Dino dão sentido à sua eleição. Nesse sentido é que se procura compreender qual o significado da ação política para os atores envolvidos que incluem mas também excluem certas práticas de acordo com suas distintas lógicas de percepção e ação nos novos contextos sociais aos quais passam a fazer parte.

Ao mesmo tempo, essas classificações se relacionam a uma disputa no espaço político em torno de clivagens “tradicional” versus “progressista”.

Agentes se esforçam para dar coerência ao empreendimento eleitoral. Para o irmão de Flávio Dino, Sálvio Dino Junior, um dos coordenadores de sua campanha, as “alianças políticas” são baseadas em elementos de coerência. Sobre a aliança feita com o prefeito de Caxias, se refere:

[...] aliança se faz com quem é diferente, não se faz com quem é igual, fazendo alianças com alguns setores que são tradicionais da política do nosso Estado, mas ao mesmo tempo têm dado contribuições ao lado do governo Lula, contribuições importantes para mudar a realidade do Maranhão. E a primeira escolha, a primeira gestão de aproximação foi com o prefeito de Caxias, Humberto Coutinho que, hoje, sem dúvida alguma, posso dizer com a maior tranquilidade do mundo, que é talvez a melhor prefeitura do Maranhão, melhor gestão do Maranhão. Simplesmente pelo fator de que é a prefeitura que melhor implementa os programas sociais do Governo Lula, é Caxias e Tuntum [...] Então a estratégia fundamentalmente era buscar alianças com setores tradicionais, que ao mesmo tempo estão ao lado do Governo Lula, que estão implementando as políticas sociais do Governo Lula, portanto têm algo de coerente com o que nós defendemos, que é defender, fazer a defesa do Governo Lula no Congresso Nacional [...](Entrevista com Sálvio Dino Júnior em

O rearranjo político é vivido como um empreendimento “coerente” com os princípios norteadores da prática política. A aliança com a “tradição” não é tida como um sacrifício da forma de fazer política referida à gramática “progressista”, ela ocorre sob um manto da defesa do governo Lula. Se há o reconhecimento de diferenças, traduzido numa forma de fazer política dos “aliados” classificada como “tradicionais”, há acordos mais gerais que definem a própria coerência dessa conexão, a defesa do governo Lula e a implementação de projetos sociais pelos mandatários municipais. Essa coerência é referida por Flávio Dino também:

Então minha candidatura tem essa conformação, conformação, portanto, de alianças políticas, mas sem que nunca essas alianças implicassem contrapartidas naquilo que eu achava fundamental: o ideário, as idéias que eu veiculava, compromisso claro com a justiça social, distribuição de renda, com os programas sociais do governo Lula, com o apoio político ao governo Lula, com a renovação política do Maranhão [...](Entrevista em 22/11/2006)

A “aliança” entre setores “ideológicos” e “não ideológicos” pode ser vivida, também, como algo inconciliável, e então o arranjo político é visto como a sobreposição de valores descontínuos e opostos. Uma *grande eleitora* cuja trajetória política é marcada por freqüentes empresas de moralização da política local, assim se refere à presença de “alianças” na campanha de Flávio Dino “[...] Eu ainda não conversei com ele, não sei se conversei, mas eu gostaria até de ver como é que isso funcionou nele, no Flávio”. (Entrevista em 08/11/2006).

A dúvida sobre como o agente equacionou “internamente” a junção de duas formas diferentes de fazer política, uma baseada em critérios ideológicos, de um perfil de “eleitorado esclarecido” e “formador de opinião” e outra em “alianças com outros setores”, parece residir na percepção de uma contradição entre esses espaços. O trânsito entre os diferentes espaços é encarado como uma passagem que não deixa de provocar mal-estar junto aos que se identificam a uma forma de fazer política baseada em critérios ditos ideológicos.

Há um questionamento sobre a “coerência” de alianças, em função da constituição de um *conjunto de ação* formado a partir de diferentes agentes políticos que dominam gramáticas políticas também diferentes.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nós tópicos que compuseram esta dissertação tentei demonstrar um certo padrão de relacionamento entre origem familiar, uso de recursos e redes política. Tomei o percurso de um agente, Flávio Dino de Castro e Costa, para perceber as relações entre os códigos familiares e os códigos constituídos a partir da participação em instâncias formais de organização da política como os partidos.

Inicialmente, centrei a análise nos condicionantes sociais do percurso do agente, atentando para o itinerário do pai e do avô paterno, as posições ocupadas por estes em vários espaços sociais, e como o agente se reconhece e evoca a memória familiar, bem como os modos como o patrimônio político familiar é apreendido pelo agente.

Como uma primeira conclusão a ser explicitada, tem-se que o pertencimento de Flávio Dino a uma “família de políticos e juristas” possibilitou-lhe cultivar atributos requeridos pelo campo da política e do direito. Porém, a incorporação de tais atributos, embora cultivado, se dá permanentemente pelo movimento de transmissão da herança política familiar ao agente, e pela disponibilidade deste em herdar.

Flávio Dino imbuu-se da missão de afirmar-se como jurista e político para confirmar as posições sociais de sua família no espaço social.

Tem-se aí um mecanismo de estruturação do espaço político baseado nas relações pessoais que se aproxima de padrões de outras “regiões”<sup>133</sup>: relação entre os membros da família, relação da família com seus pares, relações de distinção da família.

O que comumente remete a uma leitura normativa e axiológica da política é por mim entendido como indicativo da não-especificação do campo político e jurídico na situação estudada. Dizendo funcionar por critérios próprios, a política tem na família e nas relações travadas em e pela família, um princípio de não-diferenciação. Porém, esta ligação não é dada como normal na política. Há todo um trabalho de justificação, normalização da posição de políticos “sucessores”, “herdeiros” do capital familiar.

Por suas origens sociais, Flávio Dino insere-se em uma rede de relações que lhe garantiu não só o acesso a certas disposições para o direito, mas acesso a mecanismos de confirmação destas disposições. Não por acaso, um amigo do pai está presente em dois momentos sagração do agente, apresentando o “livro de estréia” e também o “apresentando” no “panteão” da “tradição” jurídica local.

Em relação ao direito, o agente assume toda a configuração de tradição dos juristas da família. Este aspecto não é denegado pelo agente, pelo contrário, é acionando na condição de jurista pertencente a uma “família de juristas” consagrada na *região* entronizada localmente no “panteão” de consagração local.

Se no espaço da política, o agente se reivindica legatário de uma “tradição de esquerda”, no espaço do direito essa clivagem não ocorre. Tem-se então o endosso de narrativas sobre o significado do legado dos juristas para a política, a sagração como pertencente ao “panteão” de juristas locais, a reivindicação da condição de “discípulos” de professores e “mestres” locais, ainda que tal tradição pretenda ser seguida a partir de outras simbologias e referências como o compromisso com a mudança social e da própria postura dos agentes referidos a este espaço.

O nascimento em uma família de juristas significava um capital de relações pessoais, de conhecimento, a familiaridade com ações, funções e lugares específicos, garantido-lhe vantagens na concorrência por determinados espaços no direito e na política, dentre elas, a de poupar um esforço de adaptação e conversão de recursos.

---

<sup>133</sup> “[...] evitam ao máximo qualquer menção à instrumentalização eleitoral dos vínculos de parentesco, reduzem a influência à socialização, ao conhecimento do nome e à familiaridade com o meio político. Em geral, os cálculos eleitorais (transferência de redutos, auxílio dos parentes, utilização da mesma rede de apoiadores, etc.) são bem menos presentes, e os destinos políticos são explicitados com o auxílio de categorias acima elencadas: “vocação pública”, “erudição”, “formação”. (GRILL, 2003, p.141). Para o caso do Rio Grande do Sul, ver a análise de Grill (2003) sobre a família Jobim e Genro.

“Vocação” e “tradição” aliam-se no processo de naturalização da política como espaço da família.

Figurando em um pólo socialmente dominante, Flávio Dino se aproxima de posições politicamente dominadas. Essa *tomada de posição* pode ser entendida pelo declínio político da família exigindo uma reconversão do capital de relações sociais e reputação local.

Seguindo esse indicativo, esposei sua inserção no espaço de “politização”, através do militantismo partidário; e depois no espaço profissional. Neste último aspecto procurei evidenciar as alianças e formas de legitimação, que incluía endossar narrativas sobre a “tradição jurídica” local e estabelecer alianças políticas no interior das clivagens profissionais no âmbito da carreira de Estado que assume.

Mais do que delimitar espaços ou campos de atuação nos quais o agente se insere a partir das respectivas lógicas de funcionamento interno, tentei demonstrar a “porosidade” com que o agente atuava nos diversos espaços, isto é, não demarcando zonas precisas de fronteiras que guardassem relação entre lógicas intrínsecas de atuação.

Em relação à herança familiar, se esta foi evidenciada no espaço de disputa política, isso se relacionava à lógica de inserir ascendentes, como o pai, na “tradição” de esquerda historiografia política Estado. O capital simbólico da família é retraduzido pela posse de novos recursos referidos a uma posição de esquerda, embora com fronteiras sempre permeáveis entre as posições. Tal porosidade indica uma interpenetração das dimensões com que o agente jogava. Porém, é constante a tentativa de estabelecer uma hierarquia entre os níveis diferentes de relação, dando à política um status de supremacia, inevitabilidade, sendo as outras dimensões, segundo o agente, subordinadas, instrumentalizadas por aquela.

No segundo momento, o trabalho se voltou para a análise da “volta” de Flávio Dino à “política”, quanto este se candidatou ao cargo de deputado federal nas eleições de 2006. O foco de análise incidiu sobre as lógicas subjacentes aos modos de apresentação do candidato, aos recursos acionadas para torná-lo “notório”. Primeiro atentando para suas auto-definições, destacando-se a estratégia de “politização” de sua “trajetória”, marcada como “engajada” nos mais variados espaços, e mesmo naqueles mais “esotéricos” às práticas políticas, como o judiciário. Por outro lado, o agente reivindica para si uma “vocação” para a política cujas origens se inscrevem nas razões familiares: o pai cassado pela ditadura e a ambiência política na qual viveu desde cedo. Porém, o uso do passado não explica de todo a “vocação política”. Esta é retalhada por um estoque de fatos e “episódios”, referidos, sobretudo, à sua inserção militante, que dão coerência à trajetória e tomada de posição do agente.

Tal modalidade de apresentação da atividade política, com base na herança familiar e na vocação, estratégias que dotam de lógica e sentido a trajetória do agente, implica na denegação do espaço da política como arena de profissionalização.

Quanto ao seu empreendimento eleitoral, o agente mobiliza os mais diversos recursos para a disputa. Destaquei inicialmente a condição de *mediador* junto a bases eleitorais como trunfo que possibilitou o cultivo e a ampliação de *grandes eleitores*. A condição de *mediador* é indicada pela capacidade de “trânsito” e “acesso” junto à “figuras” da política nacional, além do domínio dos códigos de poder e de acesso junto a autoridades em Brasília. Há uma nítida construção do “carisma” do agente pela sua capacidade de demonstrar proximidade aos “centros do poder” do País. Constitui, assim, uma *rede* política baseada na lógica de reciprocidade materializada no atendimento a demandas e pleitos.

Na condição de *mediador* entre o “local” e o “nacional”, possibilita a comunicação entre essas duas esferas e, principalmente, seu trânsito por diferentes territórios políticos, denotando uma capacidade de diálogo e potencial de metamorfose.

Por outro lado, parte dessa *rede* se reconhece em códigos ideológicos e partidários, com seus agentes se identificando em torno de ideais como “voto consciente”, “perfil progressista” e ancorados em projetos de “transformação social”.

Tem-se, portanto, uma maneira de construir teias de relações combinando continuidades e rupturas ou aparentes rupturas, dimensões que se misturam ao percurso do agente.

Este padrão, “descoberto” pela análise do percurso de Flávio Dino, não é tomado em termos pejorativos com os quais se costuma qualificar a presença da família na política, e mais ainda, as transações patrão/cliente no *tempo da política*.

O presente estudo parte do entendimento de que os agentes no campo político não são nem totalmente guiados pela razão, nem simplesmente determinações da estrutura social.

Na análise da ação/agente, procurei suporte em conceitos operados por Pierre Bourdieu como os de interesse, razão prática, o próprio termo agente, para explicitar o princípio orientador das “escolhas” do agente e assim relacionar as tomadas de posição deste às suas posições na família, sociais, econômicas, intelectuais, profissionais e políticas.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ABÉLÈS, Marc. La reference familiale. In: PATRIAT, C.; PARODI, J. (Orgs.) **L'héritité en politique**. Paris: Economica, 1992.p.81-100.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão. São Luís: FIPES, 1982.
- ALMEIDA, José Antônio. Prefácio. In: COSTA, Flávio Dino Castro e. **Direito de greve no Brasil**. Evolução e limitações ao seu exercício. São Luís: PPPG, EdUFMA, 1991
- BAILEY, F. G. **Les règles du jeu politique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1971.
- BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. **Dicionário das famílias brasileiras**. v.1. São Paulo, s/d.
- \_\_\_\_\_. **Dicionário das famílias brasileiras**. v.2. São Paulo, s/d.
- BARREIRA, Irllys. Chuvas de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. Rido de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- BARNES, J.A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.p.159-189.
- BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das bases**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- \_\_\_\_\_. “O caminho das pedras”: representação política e acesso ao governo federal segundo o ponto de vista dos políticos municipais. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. (Orgs.). **Política no Brasil**: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006. p.179-202.
- BOISSEVAIN, J. Apresentando “amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.p.195-233.
- \_\_\_\_\_. Da regra à estratégia. **Coisas ditas**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990. p. 77-95.
- \_\_\_\_\_. Os ritos de instituição. \_\_\_\_\_. **A economia da trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 1998a. p.97-106.
- \_\_\_\_\_. A força da representação. \_\_\_\_\_. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1998b. p.107-116.
- \_\_\_\_\_. **Contrafogos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998c.

\_\_\_\_\_. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.

\_\_\_\_\_. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio(Orgs.). **Escritos de educação**. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001a. p.66-69.

\_\_\_\_\_. As contradições da herança.\_\_\_\_\_. (Coord.). **A miséria do mundo**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2001c. p.587-594.

\_\_\_\_\_. Introdução a uma sociologia reflexiva. \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 2004a. p. 15-58.

\_\_\_\_\_. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 2004b. p. 107-132.

\_\_\_\_\_. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 2004c. p. 163-208.

\_\_\_\_\_. A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico. \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 2004d. p. 209-254.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. \_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 7.ed. Campinas: Papyrus. 2005.p. 74-83.

BRIQUET, Jean-Louis. Une histoire de famille. In: PATRIAT, C., PARODI, J. (Orgs.) **L'Hérité en politique**. Paris: Economica, 1992. P.155-172.

\_\_\_\_\_. La tradition en mouvement. Paris: Belin, 1997.

\_\_\_\_\_. Dès amitiés paradoxales: échanges interesses et morale du désintéressent dans lês relations de clientèle. **Politix**, n.45, 1999. p.7-19.

BUZAR, Benedito. Apresentação. In: DINO, Sálvio. **Nas barrancas do Tocantins**. São Luís, 1981.

\_\_\_\_\_. **O vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão (1945 a 1965). São Luís: Lithograf, 1998.

CARVALHÊDO, Suely Soares. **As eleições de 1974 no Maranhão**. (Monografia do curso de História da UFMA), 1997.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**. Rio de Janeiro, 1981.

CHARLE, Christophe. **Naissance des intellectuels (1880 – 1890)**. Paris: Minuit, 1990.

CHAVES, Christine de Alencar. Eleições em Buritis: a pessoa política. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio (Orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. p.127-164.

COLLOVALD, A. Identité(s) stratégique(s). **Actes de la recherche em sciences sociales**, n.73, juin, 1988.

CORADINI, Odacir L. Grande famílias e elite profissional na medicina no Brasil. **História, Ciências, Saúde**. Rio de Janeiro, v.3, n.3.nov.1996-fev.1997.p.425-466.

\_\_\_\_\_. Origens sociais, mediação e processo eleitoral num município de imigração italiana. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, Irllys. **Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil**. São Paulo: Anna Blume, 1998a. p.91-117.

\_\_\_\_\_. Panteões, iconoclastas e as ciências sociais. In: FELIX, L.O.; ELMIR, C.P. (orgs.). **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998b. p. 209-235.

\_\_\_\_\_. **Em nome de quem?** Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

\_\_\_\_\_. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920 – 1960). **Estudos Históricos**, n.32, 2003.

COSTA, Flavio Dino de Castro e. **O direito de greve no Brasil: evolução e limitações atuais ao seu exercício**. São Luís: Edufma, 1991.

\_\_\_\_\_. **Autogoverno e controle do judiciário no Brasil: a proposta de criação do Conselho Nacional de Justiça**. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.

\_\_\_\_\_. (org.) **Estudos em homenagem aos professores Antenor Bogéa, Doroteu Ribeiro, José Maria Ramos Martins**. São Luís: CEUMA, 1997.

\_\_\_\_\_. APRESENTAÇÃO. In: BRASIL, Tribunal Regional Federal 1ª Região. Seção Judiciária do Maranhão. **30 Anos: “tempus fugit”**. São Luís: Seção Judiciária do Maranhão, 1998.

\_\_\_\_\_. Discurso em homenagem a Evando Lins e Silva. In: AJUFE. Anais do Seminário “O Supremo Tribunal Federal na História Republicana. Brasília: AJUFE, 2002. p.569 -

COSTA, Nicolao Dino de Castro. **Onze votos vencidos**. São Luís, 1952.

COSTA, Sálvio Dino de Castro e. **Nas barrancas do Tocantins**. São Luís, 1981.

\_\_\_\_\_. **A Faculdade de Direito do Maranhão**. São Luís: Edufma, 1996.

COUTINHO, Milson. Prefácio. In: DINO, Sálvio. **Onde é o Pará, onde é o Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1990.

\_\_\_\_\_. **Memória dos 180 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão – 1813/1993**. São Luís: SIOGE, 1993.

\_\_\_\_\_. A Academia Maranhense de Letras Jurídicas e sua função de resgatar nomes da nossa inteligência. **Revista da Academia Maranhense de Letras Jurídicas**. São Luís, ano I, v.1, dez.2003.p.15-18.

CUNHA, Carlos. Sálvio Dino. In: DINO, Sálvio. **Nas barrancas do Tocantins**. São Luís, 1981.

DA MATTA, Roberto. Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. \_\_\_\_\_ . **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.p.187-248.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ENGELMAN, Fabiano. **Sociologia do campo jurídico: juristas e usos do direito**. Porto alegre: Safe, 2006.

GARRAUD, P. La ville en heritage. In: PATRIAT, C.; PARODI, J. (Orgs.) **L'Héritité en politique**. Paris: Economica, 1992. p.219-234.

GEERTZ, Clifford. Form and variation in balinese village structure. In: POTTER, J. M. Diaz; FOSTER, G. (Orgs.). **Peasant society: a reader**. Boston: Little Brown, 1967. p.255-278.

\_\_\_\_\_. Centros, reis e carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder. \_\_\_\_\_. **O saber local**. 8. ed. Petrópolis: Vozes. p.182 – 219.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GOLDMAN, Márcio. Como funciona a democracia. Uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro, 7 letras, 2006.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: Edufma, 2000.

\_\_\_\_\_. **A invenção de uma rainha de espada: reatualização e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico**. Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA. 2006.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1997.

GRILL, Igor Gastal. **As bases sociais dos compromissos: a constituição de um espaço de concorrência eleitoral no sul do Rio Grande do Sul**. Dissertação de mestrado, UFRGS-IFCH-PPG Ciência Política, 1999.

\_\_\_\_\_. **Parentesco, Redes e Partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tese de Doutorado em Ciência Política, IFCH-UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. **Perfis, carreira e profissionalização política entre deputados federais: notas sobre uma análise comparada acerca da especialização política em dois estados brasileiros (RS e MA)**. Disponível em: [www.abcp.com.br](http://www.abcp.com.br). Acesso em 06/10/2006.

GRYNSPAN, Mario. Os Idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.14, outubro de 1990.p.1-10.

HASTINGS, Michel. Le mythe en heritage. In: PATRIAT, C.; PARODI, J. (Orgs.) **L'Héritité en politique**. Paris: Economica, 1992.p.235-248.

HEREDIA, Beatriz. Lutas entre iguais: as disputas no interior de uma facção política. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. (Orgs.). **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006. p.165-178.

Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. **Patronos e ocupantes de cadeira**. São Luís, 2005.

KUSCHNIR, Karina. **Eleições e representação política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 2000a.

\_\_\_\_\_. **O Cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000b.

LANDÉ, Carl H. Introduction: the dyadic basis of clientelism. In: SCHMIDT, S.W.; alli.(Orgs.). **Friends, followers and factions**. A Reader in political clientelism. Berkeley: University of California Press, 1977.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1993.

LAURENT, A. La magie du nom. In: PATRIAT, C.; PARODI, J. (Orgs.) **L'Hérédité en politique**. Paris: Economica, 1992. p.173-186.

LE BART, C. L'Heritage dans la competition. In: PATRIAT, C.; PARODI, J. (Orgs.) **L'Hérédité en politique**. Paris: Economica, 1992.p.187-198.

MALINOWSKI, B. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural., 1978.

MARANHÃO. **Grilagem de terra no Maranhão**. Discurso de Sálvio Dino, deputado da Assembléia Legislativa do Maranhão, proferido em 14 de maio de 1980. Ata das sessões da Assembléia Legislativa do Maranhão, 1980.

\_\_\_\_\_.Assembléia Legislativa do Maranhão. **Biografias dos deputados (1983-1987)**. São Luís: Sioge, 1987.

MAYER, Adrian C. A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.p.127-155.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac-Naif, 2003.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

NASCIMENTO, Jorge. O triunfo da perspectiva sem limites. In: DINO, Sálvio. **Onde é o Pará, onde é o Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1990.

OFFERLÉ, Michel. Professions et profession politique. In: **La Profession politique**. Paris: Belin, 1999. p.1-30

LAGO BURNETT. Visões dos oprimidos. In: DINO, Sálvio. **Nas barrancas do Tocantins**. São Luís, 1981.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Os comícios e a políticas das facções. **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro: 1995. p.31-90.

PALMEIRA, M. “Política, facções e voto”. In: PALMEIRA, M. e GOLDMAN, M.(orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra-capa Livraria, 1996. p.41-56

\_\_\_\_\_. Eleição municipal, política e cidadania. In: \_\_\_\_\_; BARREIRA, César. (Orgs.). **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006. p.137-150.

PATRIAT, C. Perspective cavalière. In: PATRIAT, C.; PARODI, J. (Orgs.) **L’Héritité en politique**. Paris: Economica, 1992. p.1-24.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, vol 2, nº3, Rio de Janeiro: Vértice, 1989.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

RAMOS, Clóvis. **A intelectualidade maranhense: fase contemporânea**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1990.

RIBEIRO FILHO. Cândido Artur Medeiros. Apresentação. In.: BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Seção Judiciária do Maranhão. **I Concurso de monografias da justiça federal**. Monografias vencedoras/seção judiciária do Maranhão. São Luís: Seção Judiciária do Maranhão, 1998.

SANTOS, Maria Rita.(org.). **Crônicas escolhidas: José Chagas, Ivan Sarney, Jomar Moraes, Oliveira Ramos e Sálvio Dino**.2.ed. São Luís: Litograf, 2002.

SCOTTO, Gabriela. Campanha de rua, candidatos e biografias. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio (Orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. p.165-182.

SILVA, José Carlos Sousa e. Discurso proferido na posse de Dr. Flávio Dino, em 17 dez. 2002, na Academia Maranhense de Letras Jurídicas. **Revista da Academia Maranhense de Letras Jurídicas**. São Luís, ano I, v.1, dez.2003.p.107-110.

TAPAJÓS, Hugo. **Genealogia da família Tapajós**. São Paulo, 1972.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. Mediação e metamorfose. In: KUSCHNIR, Karina. **Eleições e representação política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 2000.p.81-89.

VIDIGAL, Edison. **Discurso por ocasião da despedida de Flávio Dino de Castro e Costa do Conselho da Justiça Federal**. Boletim Interno nº5. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2002.p.5-9.

VILLELA, Jorge Mattar; MARQUES, Ana Claudia. Sobre a circulação de recursos nas eleições municipais no sertão de Pernambuco. In: HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla; BARREIRA, Irllys. (Organizadoras). **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.p. 63-102.

WEBER, Max. A política como vocação. In: **Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro, 1982. p.97-153.

\_\_\_\_\_. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 5.ed. São Paulo: EdUNB, 2004.v.1.

WILLEMEZ, Laurent. La Republique des avocats. 1848: le mythe, le modèle et son endossement. In: OFFERLÉ, Michel. **La professiona politique XIX-XX siècles**. Paris: Belin, 1999. p.201-228.

WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. \_\_\_\_\_. **Antropologia e poder**: contribuições de Eric R. Wolf. (Orgs.) RIBEIRO, Gustavo Lins, BIANCO, Bela Feldman. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial; Campinas: Ed. Unicamp, 2003a.p.56-92.

\_\_\_\_\_. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. \_\_\_\_\_. **Antropologia e poder**: contribuições de Eric R. Wolf. (Orgs.) RIBEIRO, Gustavo Lins, BIANCO, Bela Feldman. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial; Campinas: Ed. Unicamp, 2003b.p.93-112.

#### **DVD's:**

**Flávio Dino**: uma história...São Luís, 2006.

Entrevista concedida à TV Difusora de Caxias por Flávio Dino de Castro e Costa em 01 de junho de 2006.

Programas eleitorais do candidato Flávio Dino de Castro e Costa.

#### **Entrevistas:**

COSTA, Sálvio Dino Júnior de Castro e. Realizada pelo mestrando em 18 de outubro de 2006.

BARROS, Alan Kardec. Realizada pelo mestrando em 09 de novembro de 2006.

COSTA, Flávio Dino de Castro e. Realizada pelo mestrando em 22 de novembro de 2006.

JERRY, Márcio. Realizada pelo mestrando em 13 de setembro de 2006.

MACIEIRA, Mário de Andrade. Realizada pelo mestrando em 04 de agosto de 2006.

Entrevista realizada pelo mestrando com *grande eleitor* em 17 de setembro de 2006.

Entrevista realizada pelo mestrando com *grande eleitora* em 08 de novembro de 2006.

Entrevista realizada pelo mestrando com *grande eleitor* em 14 de novembro de 2006.

Entrevista realizada pelo mestrando com *grande eleitor* em 28 de novembro de 2006.

Entrevista realizada pelo mestrando com *grande eleitor* em 02 de dezembro de 2006.

Entrevista realizada pelo mestrando com *grande eleitor* em 08 de dezembro de 2006.

#### **Jornais:**

Flávio Dino diz porque(sic) trocou a toga pela militância partidária. **O Imparcial**, p.3, 26 mar. 2006.

**O Estado do Maranhão**, p.3, 07 set. 2003.

**O Estado do Maranhão**, p.3, 07 dez. 2006.

Desembarque vermelho. **O Imparcial**, p.3, 15 mar. 2006.

Toga no cabide. **O Imparcial**, p.3, 19 mar. 2006.

Toga no baú. **O Imparcial**, p.3, 23 mar. 2006.

O novo na política. **O Imparcial**, p.3, 26 mar. 2006.

Duas origens e o mesmo destino. **Jornal Pequeno**, p.3, 29 mar. 2006.

Ex-juiz Flávio Dino afirma que ciclo iniciado por Sarney deve acabar agora. **Jornal Pequeno**, p.5, 9 abr. 2006.

**Jornal Pequeno**. Coluna Caxias em Off, p.4, 05 abr. 2006.

**Jornal Pequeno**. 09 abr. 2006.p.3

Personalidades lançam manifesto pró-Flávio Dino. **Jornal Pequeno**, p.4, 12 set. 2006.

Flávio Dino é eleito com 123 mil votos. **Jornal Pequeno**, p.1, 2 out. 2006.

**Jornal Pequeno**, Caxias em Off, 14 jul.2006.

**Jornal Pequeno**, 10 set. 2006.

DINO, Flávio. Política e justiça. **O Estado do Maranhão**, p.3, 28 mar. 2006.

Flávio Dino poderá ser candidato a deputado federal. **Jornal de Verdade**, p.1, mar. 2006.

Flávio Dino e Vidigal garantem obras para Caxias na área de esportes. **Jornal de Verdade**, p.1, abr.2006.

Ex-juiz federal Flávio Dino quer voltar a Brasília como advogado de Caxias. **Jornal de Verdade**, p.2, mai.2006.

**Jornal Veja Agora**. Coluna “Metendo o Bedelho”, p.2, 07 dez. 2006.

**Jornal Veja Agora**. Coluna “Metendo o Bedelho”, p.2, 07 dez. 2006.

#### **Internet.**

Família Barros reuni-se em Grajaú. **Jornal Turma da Barra**. [www.turmadabarra.com.br](http://www.turmadabarra.com.br). Acesso em 12/11/2006

#### **ANEXO 1 – Roteiro de entrevistas**

1 – O Sr. Poderia descrever as suas origens familiares por parte paterna e materna (atividades as quais se dedicavam seus antepassados, principais características dos ancestrais, origem étnica, município em que habitavam, participação política, etc.)?

2 – Qual o grau de escolarização dos seus avôs e, se for o caso, por quais instituições de ensino superior passaram?

3 – Quais foram as atividades profissionais exercidas pelos seus avôs (paterno e materno)?

4 – Quais foram as atividades profissionais exercidas por seus pais?

6 - O Sr. poderia detalhar os nomes de parentes que ocuparam cargos políticos ou eletivos?

7 – O Sr. poderia descrever como foi a sua infância e como acompanhava a política neste período?

8 – Em que momento e idade o Sr. começou a militar politicamente?

9 – Em quais escolas e universidades o Sr. estudou?

10 – Além da formação escolar da escola, havia espaços de formação no âmbito da família, espaços de discussão de temas, de socialização de conhecimentos? O senhor poderia avaliar o significado desses espaços para a sua formação?

11 – Qual a relevância da liderança política prévia na sua campanha eleitoral?

12 – O Sr. poderia descrever a sua campanha eleitoral? Quais foram as principais bases eleitorais? Quais foram os principais apoiadores? Como foram conquistados? Quais os vínculos prévios que possuía com os mesmos?

13 – Quais as razões, na sua opinião, que levam alguns indivíduos se dedicarem de forma intensa e permanente à atuação política?

14 – Entre elas, quais as que pesaram mais para a sua opção de ingressar na carreira política?

15 – Quais as habilidades, competências e conhecimentos necessários para alguém desempenhar uma função eletiva?

16 – Qual(is) dela(s) o Sr. julga mais importante para a sua atuação?

17 – Quais são os fatores, na sua opinião, que contribuem para a permanência de um político entre os ocupantes de cargos eletivos por um longo período?

18 – Como o Sr. define a sua atuação como político?

19 – Quais as principais expectativas do eleitor em geral no Maranhão em relação a um ocupante de cargo eletivo?

20 – Quais as principais expectativas do seu eleitorado em relação ao seu mandato?

21 – Como o Sr. caracteriza a atuação dos ocupantes do cargo de deputado federal no Maranhão?

22 – Quais as prioridades dos seus mandatos e “marcas” da sua atuação política?